



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 088

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 6 DE AGOSTO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 116ª SESSÃO, EM 5 DE AGOSTO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 182/83, de autoria dos Srs. Senadores Alfredo Campos e Martins Filho, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

— Projeto de Lei do Senado nº 183/83, de autoria do Sr. Senador Gastão Müller, que revoga o art. 4º da Lei nº 6.994 de 25 de maio de 1982.

1.2.2 — Comunicação

— Do Sr. Senador Marcondes Gadelha, que se ausentará do País.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Medidas anunciadas pelo Presidente Aureliano Chaves em favor do Nordeste, face o flagelo da seca prolongada que atinge aquela região.

SENADOR CARLOS ALBERTO, como Líder — Considerações sobre o assunto objeto do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 11/83 (nº 72/83, na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, restabelecendo a autonomia do Mu-

nicipio de Santos, no Estado de São Paulo. (Em regime de urgência). **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 105/81 — Complementar (nº 60/75, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1983 (nº 80/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências.

Ata da 116ª Sessão, Em 5 de Agosto de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Moacyr Dalla
e Martins Filho.*

As 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Almir Pinto — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 1983

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

3º É livre a associação de cooperativas centrais ou federações de cooperativas entre si, independentemente de suas modalidades, objetos sociais e áreas de ação ou admissão serem iguais ou diferentes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apreciação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 161/81, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de 33.000 hectares, no Território de Rondônia, para a implantação de projeto de bovinocultura. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 74/83, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à empresa Maisa-Moju Agroindustrial S/A., uma área de terras devolutas do Estado, com aproximadamente 30.000 (trinta mil) hectares. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 196/82, solicitando nos termos dos arts. 75, "A", 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Interna, composta de 7 membros, para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre reforma tributária. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 280/77 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 233/79), de autoria do Senador José Sarney, que institui o voto distrital e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 233/79 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 280/77), de autoria do Senador Tarso Dutra, que institui o sistema eleitoral misto e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FÁBIO LUCENA — Momento político do País.

SENADOR ALMIR PINTO — Projeto do Centro Tecnológico da Aeronáutica — CTA para modificação do clima do semi-árido nordestino. Artigo do jornalista Ari Cunha, do *Correio Brasileiro*, a propósito da visita do Presidente Aureliano Chaves ao Estado do Ceará.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Reflexões sobre o quadro político do País.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Despacho do Desembargador José Vidal, Presidente do TRE, de Mato Grosso, no recurso do PMDB sobre irregularidades havidas no último pleito eleitoral naquele Estado.

SENADOR MARCO MACIEL — Impactos sociais causados pela informática.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 23, de 1983.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

JUSTIFICAÇÃO

Por proposta da Organização das Cooperativas Brasileiras, o Conselho Nacional de Cooperativismo baixou, em 20 de outubro de 1981, a Resolução nº 21, segundo a qual ficou expresso ser "permitida a associação de Cooperativa singular a outra Cooperativa singular independentemente de suas modalidades, objetos sociais, atividades e áreas de ação ou admissão serem iguais ou diferentes".

Posteriormente, a Organização das Cooperativas Brasileiras apresentou a esse colegiado projeto de resolução, segundo o qual seria "permitida a associação de Cooperativa Central ou Federação de Cooperativas a outra Cooperativa Central ou Federação de Cooperativas".

Devido às dúvidas surgidas em relação à competência do Conselho Nacional de Cooperativismo para baixar resolução nesse sentido, ex vi do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 5.764/71, solicita-nos a Organização das Cooperativas Brasileiras a apresentação deste projeto de lei, cujas justificações, em grande parte, são as mesmas apresentadas ao Conselho Nacional de Cooperativismo pelo citado órgão de representação nacional do cooperativismo brasileiro, que passamos a transcrever.

1. O 22º Congresso da ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, realizado em Bournemouth em 1963, aprovou proposição de THORSTEN ODHE, sob o título "Integração Econômica e Desenvolvimento Cooperativo", do qual destacamos o seguinte trecho:

"Coordenar esforços dentro das respectivas áreas, mediante a criação de organismos conjuntos das sociedades atacadistas nacionais e outras organizações centrais, com a finalidade de aproveitar as vantagens de mercados maiores, a fim de contrabalançar os efeitos nocivos das forças monopolísticas e servir melhor os consumidores e pequenos produtores; encontrar formas apropriadas de organização para tais organismos de compra e venda conjuntas e para a criação de empresas de produção que possam beneficiar-se com as vantagens da produção em

grande escala" (Apud ALICIA KAPLAN DE DRIMER e BERNARDO DRIMER, "Las Cooperativas — Fundamentos — História — Doutrina", pg. 344, tradução e grifos nossos).

2. — Ao elevar a integração à hierarquia de princípio cooperativista fundamental, aprovando-o sob a forma de "as cooperativas, para melhor servir aos interesses de seus membros e da comunidade, devem colaborar por todos os meios com outras cooperativas a nível local, nacional e internacional", a ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, em seu congresso realizado em Viena, em 1966, aprovou a seguinte proposição da respectiva Comissão:

"A idéia de uma maior unidade dentro do movimento cooperativo sob várias designações — coordenação, concentração, integração — está ganhando terreno entre os cooperadores que, em sua maioria, estão convencidos de que seus mais sérios concorrentes na atualidade são as grandes organizações capitalistas, integradas horizontal e verticalmente. Não há por que supor que essa concorrência irá diminuir; ao contrário, podemos esperar que, utilizando-se da tecnologia moderna, a empresa capitalista continuará evoluindo rumo ao monopólio e ao oligopólio, não só nos seus mercados nacionais como também no plano internacional por meio de novas unidades multinacionais denominadas áreas de livre comércio ou comunidades econômicas. A concorrência futura não será a dos grandes contra os pequenos, mas dos poderosos entre eles mesmos. O movimento cooperativista se encontra potencialmente entre os maiores. Somente necessita concentrar seu poder em unidades de maior magnitude, aplicando perseverantemente, sem restrições, a partir do plano local até o internacional, o princípio da cooperação entre cooperativas para mostrar sua grandeza e atuar com êxito contra os monopólios".

"Para assim proceder, os cooperadores devem reexaminar periodicamente seus métodos e instituições,

à luz de seus propósitos fundamentais e dos princípios postos a serviço de tais objetivos".

"Se o movimento cooperativo deseja alcançar sua máxima posição de relevo, dentro de cada país ou no plano internacional, as diversas instituições cooperativas devem apoiar-se mutuamente, sem qualquer restrição" (Apud ALFREDO A. ALTHAUS, "Tratado de Derecho Cooperativo", 2ª edição, pgs. 437/438, tradução e grifos nossos).

3. A questão relacionada com a concentração de empresas cooperativas é de excepcional magnitude, sendo praticamente impossível a admissão da viabilidade do sistema cooperativista sem a plena integração das diversas cooperativas. Em 1949, ano da publicação de seu livro "LA RÉVOLUTION COOPÉRATIVE", BERNARD LAVERGNE já advertia que

"Pour nos sociétés comme pour tous les organismes économiques, le problème est de se concentrer ou de périr".

GEORGE LASSERE pondera que

Les secteurs coopératifs n'échappent pas plus que les autres à la nécessité d'une forte concentration.

Não é diferente a lição de PAUL LAMBERT:

"La cooperación debe multiplicar también los lazos orgánicos entre las distintas sociedades cooperativas; a este respecto los progresos, aunque pueden parecer lentos si se los compara con los proyectos ya antiguos, son innegables. Además, indican el sentido de la evolución" (La Doutrina Cooperativa, ed. 1975, pg. 279).

ALICIA KAPLAN DE DRIMER e BERNARDO DRIMER assim se manifestam sobre a questão:

"Expresado em pocas palabras, puede afirmarse que los cambios modernos determinan la formación de unidades económicas cada vez más grandes, tecnificadas y costosas; y que, para arribar a las mismas, se evidencian diversos procesos de "concentración", "fusión", "centralización", "coordinación", etc. (Las Cooperativas — Fundamento — História — Doutrina, pg. 357).

4. Demonstrada a relevância da integração cooperativista, independentemente do grau em que se encontram as cooperativas, sejam singulares, centrais, federações ou confederações, cumpre-nos verificar se há conveniência na associação entre cooperativas centrais e federações de cooperativas.

ALICIA KAPLAN DE DRIMER e BERNARDO DRIMER mostram que

"Cabe asimismo señalar que, si bien las federaciones, ligas y uniones están integradas principalmente por cooperativas de primer grado y las confederaciones lo están por cooperativas de segundo o tercer grado, es frecuente que cualquiera de estas organizaciones federativas prevea en su estatuto la posible adhesión de personas individuales o de cooperativas de distinto grado, así como de organizaciones de bien público o de otras entidades públicas ou privadas, cuando diversas circunstancias lo hacen aconsejable y sin que se subviertan por ello sus caracteres esenciales" (op. cit., pg. 345).

5. Havendo possibilidade de associação entre cooperativas centrais e federações de cooperativas, evitar-se-ão, muitas vezes, investimentos de algumas, perda de capacidade ociosa de outras, desperdícios generalizados, criação de empresas mercantis por duas ou mais centrais e federações. E essas filiações somente se concretizarão havendo mútua conveniência, o que acontecerá quando as respectivas associadas alcançarem benefícios e vantagens na integração.

6. Nossas leis sobre cooperativismo contêm diversas regras oriundas mais das lucubrações de seus autores do que da realidade sócio-econômica do País. Todas elas elaboradas à época de um cooperativismo incipiente, com número reduzidíssimo de cooperativas de segundo grau. A questão, na atualidade, apresenta-se com outras características, exigindo solução voltada para os interesses dos associados de cooperativas, que pretendem boa prestação de serviços por parte das suas respectivas entidades.

7. Pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, que regulamentou o Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro do ano anterior, eram características das cooperativas centrais o "mínimo de três cooperativas de primeiro grau para a sua constituição" (art. 7º, item 3), ao passo que as federações de cooperativas se caracterizavam pelo "mínimo de três cooperativas de 1º grau ou centrais, para sua constituição" (art. 9º, item 3).

8. As cooperativas centrais ou federações de cooperativas, ao ingressarem no quadro social de outras cooperativas congêneres de segundo grau, não quebrarão a harmonia dos respectivos funcionamentos. Terão o mesmo tratamento que recebem as cooperativas singulares: adesão voluntária, voto unitário, se for esse o critério, ou voto proporcional de acordo com o que estiver estabelecido nos estatutos; subscrição e integralização de capital, também nas mesmas proporções, demissão e retirada do capital realizado conforme estabelecido estatutariamente; participação nas sobras e nas perdas em idênticas proporções, etc. O retorno dado às cooperativas singulares irá beneficiar, afinal, os seus associados. No caso de cooperativas centrais ou federações, o retorno recebido por elas irá para suas singulares que, por sua vez, o destinarão aos seus associados. Assim, os benefícios alcançados irão sempre contemplar os associados, pessoas físicas ou jurídicas.

9. A integração entre as cooperativas foi elevada à hierarquia de princípio cooperativo fundamental pela ACI e assim vem sendo considerado em todo o mundo. Esse princípio cooperativista teve o seguinte enunciado: "As cooperativas, para melhor servir os interesses de seus membros e da comunidade, devem colaborar por todos os meios com outras cooperativas a nível local, nacional e internacional". Um dos mais eficientes meios de colaboração é a filiação de uma às outras.

10. O objeto da filiação é lícito e, evidentemente, será sempre oportuno e conveniente. As cooperativas centrais e federações, filiando-se uma às outras, irão evitar capacidades ociosas ou investimentos desnecessários, cujo financiamento se torna cada vez mais difícil em decorrência da situação da economia e das finanças do País. Além do mais, poderão partir para a especialização de serviços ou atividades, investindo mais em pesquisas, o que geralmente só é acessível a empresas de grande porte.

11. Qual a melhor consequência para as cooperativas centrais e federações de cooperativas, suas singulares e os milhares de associados destas últimas, bem como para a coletividade em geral: a não utilização de toda a capacidade industrial e de comercialização e os investimentos desnecessários, ou o seu melhor e mais racional aproveitamento, resultante da mútua associação entre centrais e federações de cooperativas? A resposta é desnecessária, principalmente em nosso País, que dispõe de minguados recursos na atualidade.

12. Convencidos de estarmos apresentando projeto de lei de grande interesse para o País, qual seja o de melhor aproveitar a capacidade instalada das cooperativas centrais e federações de cooperativas, evitando que suas congêneres sejam obrigadas a investimentos dispensáveis ou à protelação do atendimento aos associados e de facilitar às próprias interessadas a especialização em certas atividades ou na industrialização e comercialização de determinados produtos, o que importará, iniludivelmente,

em sensível economia de gastos e na melhoria da produtividade, apresentamos à consideração dos eminentes Senadores projeto de lei que resolverá problemas existentes em vários segmentos do cooperativismo nacional.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1983. — **Alfredo Campos — Martins Filho.**

Legislação citada

LEI Nº 5.704, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I — singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II — cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III — confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

§ 1º Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares, que a elas se filiarão.

§ 2º A exceção estabelecida no item II, *in fine* do caput deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 1983

Revoga o art. 4º da Lei nº 6.994, de 25 de maio de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 4º da Lei nº 6.994, de 25 de maio de 1982.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 6.994, de 25 de maio de 1982, ao regular o processo de fixação da valor das anuidades devidas às entidades incumbidas, por lei, da fiscalização do exercício de profissões liberais, inclui, no elenco de seus dispositivos, preceito extravagante e contrário aos interesses das respectivas categorias profissionais. Assim, o art. 4º do projeto prescreve que, no final do exercício, as entidades recolherão ao Ministério do Trabalho, em conta especial, 70% do saldo disponível, a fim de ser empregado em programa de formação profissional na área correspondente à origem do recurso, consoante disciplinamento a ser estabelecido em regulamento. Ora, o Decreto nº 88.147, de 8 de março de 1983 — que regulamenta a Lei nº 6.994, de 1982 — estabelece que o referido saldo disponível, no valor legalmente indicado (70%) será utilizado em programas de formação profissional, diretamente pelo Ministério do Trabalho ou mediante convênios,

com entidades públicas ou privadas, conforme portaria do Ministério do Trabalho.

É evidente que, além de configurar intervenção indebita nos assuntos da administração financeira dessas entidades de direito público, a medida consubstanciada no art. 4º da Lei nº 6.994, de 1982, não encontra respaldo no objetivo que se deseja para órgãos dessa natureza, aos quais devem ser reservados amplos atributos de ação profissional, seja no que tange à fiscalização propriamente dita, senão, também, no que respeita à execução de programa de vária ordem, objetivando outros campos de interesse das categorias vinculadas. Nesse particular, o Ministério do Trabalho só poderia atuar como elemento estranho aos específicos reclamos das categorias vinculadas, abrigado assim, por força dessa incompatibilidade, ao recurso do repasse, mediante convênios com outras entidades nem sempre afeitas aos problemas permanentemente enfrentados pelas entidades fiscalizadas. Ademais, a lei já estabelece a norma cautelar de submeter à autorização do Ministro do Trabalho qualquer aplicação de recursos que não sejam diretamente relacionados com a fiscalização do exercício profissional (art. 3º da Lei nº 6.994/82).

Diga-se, ainda, que a utilização de saldos disponíveis, por entidades que possuem características autárquicas, é prática recomendável, pois completa o processo de execução orçamentária, implementando a execução de projetos que se desdobram em várias etapas.

Assim sendo, não vemos razão para que sejam desviados recursos dessas entidades, quando é evidente a sua maior identificação com as necessidades das categorias filiadas.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1983. — **Gastão Müller.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.994 — DE 26 DE MAIO DE 1982

Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, e dá outras providências.

Art. 4º No final do exercício, as entidades a que se refere o artigo 1º desta Lei recolherão ao Ministério do Trabalho, em conta especial, 70% (setenta por cento) do saldo disponível, para ser aplicado (vetado) em programa de formação profissional (vetado) na área correspondente à origem do recurso, em forma a ser disciplinada por regulamento.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Em 5 de agosto de 1983

Senhor Presidente;

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea "a", do Regimento Interno, que me ausentarei do País a partir do dia 6 de agosto do corrente ano, por breve período, em caráter particular. Atenciosas Saudações, **Marcondes Gadelha.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A comunicação lida vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador José Fragelli. S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Humberto Lucena, como Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje venho a esta tribuna para comentar a visita que o Senhor Presidente Aureliano Chaves fez ao Recife, comparando, com todos os Srs. Ministros, à reunião da SUDENE, na tarde de ontem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por um dever de educação política, devo dizer que fui surpreendido, como Líder do PMDB, ao receber um convite de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, através do Cerimonial do Palácio do Planalto, para que comparecesse ao Recife, a fim de assistir àquela reunião.

Se saliento este fato é porque é inusitado. De 64 até hoje, jamais qualquer dos que assumiram a Presidência da República teve qualquer gesto de cortesia para com as lideranças de partidos de Oposição.

Antes, porém, lembro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, como todos sabem, o problema do Nordeste tem dois aspectos o estrutural e o conjuntural.

No que tange ao aspecto estrutural, infelizmente, até hoje, pouco se fez na Região, no sentido de fortalecer a sua economia, no sentido de diminuir a defasagem entre a sofrida Região Nordeste e o Centro-Sul. Pelo contrário, essa diferença vem aumentando anualmente, o que significa que até hoje os planos ali executados se não fracassaram totalmente, pelo menos não atingiram os objetivos colimados.

E bem verdade que tivemos um esforço inaudito, no que concerne ao aspecto estrutural da problemática nordestina, do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande idealizador e criador da SUDENE, órgão de planejamento instalado na cidade do Recife, subordinado diretamente à Presidência da República, com a missão precípua de coordenar os órgãos regionais, por conseguinte, a execução de planos-diretores visando o desenvolvimento da Região.

A SUDENE veio tendo como suporte financeiro — os recursos oriundos dos incentivos fiscais, isto é, da dedução do Imposto sobre a Renda na declaração das pessoas jurídicas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos dizer que nos seus primeiros tempos, a partir das administrações de Celso Furtado, do General Euler Bentes Monteiro e de outros superintendentes, não houve um esforço inicial versando a iniciar na Região um processo de industrialização que pudesse fazer com que fosse absorvida, num volume razoável, a sua mão-de-obra disponível, já que a Região Nordeste, como também sabem os Srs. Senadores, é a de mais alta densidade demográfica do Brasil.

Além da industrialização, a SUDENE também resolveu fazer um esforço para recuperação da economia rural, aprovando dezenas de projetos agropecuários ou agroindustriais.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no exato momento em que se começava a criar essa nova condição estrutural para a economia regional, eis que os recursos decorrentes dos incentivos fiscais, sobretudo a partir de 64, e mais acentuadamente a partir da primeira gestão do Ministro Delfim Netto no Ministério da Fazenda, começaram a ser desviados criminosamente da região. Lembro-me bem que quando foram instituídos os incentivos fiscais para o Nordeste, eles vieram em consequência da célebre Instrução nº 204, do Presidente Jânio Quadros, que extinguiu o chamado câmbio de custo, que servia de instrumento para promover a industrialização do

Centro-Sul aceleradamente, sobretudo nos cinco anos de Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como dizia, houve desvio de recursos. E com exceção dos recursos que foram alocados à região Norte, à SUDAM, que também precisava, como precisa, de um suporte financeiro mais adequado para promover o desenvolvimento da Amazônia e criar condições para ocupar aquela imensa área do território nacional fora os incentivos destinados a empreendimentos turísticos, à EMBRATUR, houve grande equívoco ao se destinar recursos deduzidos do imposto de renda para o reflorestamento. Todos nós sabemos das denúncias que freqüentemente têm havido de fraudes nesse setor. Falaram-me de cartas-consultas que são aprovadas pelo IBDF sem que sequer a pessoa possua um trato de terra. Mas, através de privilégio político, consegue a decisão favorável do IBDF, com compromisso de que em seguida o titular da carta adquirirá um determinado pedaço de terra para implantar o seu projeto.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sob o aspecto estrutural, como a SUDENE foi esvaziada com o desvio dos recursos advindos dos incentivos fiscais e como deixou de ser subordinada diretamente ao Presidente da República para se diluir na estrutura do Ministério do Interior, dentro do qual passou a ser apenas mais uma repartição quase de caráter burocrático, a SUDENE, hoje, o que é? A SUDENE quase que passou a ser aquilo que era anteriormente, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, hoje subsiste na estrutura administrativa do País decorativamente. Atualmente, a SUDENE limita-se a atender o problema da seca sob o aspecto emergencial: não só supervisionar o alistamento dos flagelados, em cada Estado nordestino, como assegurar o abastecimento de água através de jantanas e carrossas às cidades que porventura estejam sem condições de atenderem as suas populações.

O Sr. Almir Pinto — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Antes de conceder o aparte a V. Ex^a, eu vou ouvir o nobre Senador Fábio Lucena, que já me havia solicitado antes.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Líder Humberto Lucena, é a propósito do desvio de recursos a que aludiu V. Ex^a Eu chamaria a atenção dos Srs. Senadores do Nordeste para o que publica hoje um dos boletins mais informados de Brasília, o DF Repórter: "No próximo dia 12 todos os Governadores pedessistas do Nordeste viajarão aos Estados Unidos para visitarem o Presidente Figueiredo em Cleveland e conhecer técnicas de irrigação em Estados onde há seca, como o Arizona e Califórnia." Ora, nobre Senador Humberto Lucena, a que conta de recursos correrá essa excursão aos Estados Unidos? Quantas pessoas comporão essa comitiva? Só pode ser por conta dos recursos destinados a combater a miséria do Nordeste. Eu faria um apelo aos Senadores nordestinos para que impedissem essa viagem de dez Governadores, acompanhados de comitiva composta por não sei quantas pessoas, aos Estados Unidos, a pretexto de visitarem o Presidente da República. Isso é um escárnio, isso é uma afronta contra os 30 milhões de nordestinos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Fábio Lucena. Eu ouvi essa notícia e a li na imprensa escrita, mas lhe confesso que não sei qual a origem dos recursos que vão custear essa viagem. Realmente, tem razão V. Ex^a se forem recursos públicos, daqueles Estados nordestinos, será, na verdade, uma atitude injustificável e até revoltante, porque todos sabemos das dificuldades imensas a que chegaram todos os Estados nordestinos. O meu, por exemplo, a Paraíba, está praticamente insolvente, está atrasado no pagamento dos vencimentos do funcionalismo em mais de um mês, deve nove quinzenas de ICM aos municípios e

não paga em dia os serviços de suas dívidas, que é, mensalmente, 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, porque não tem recursos para tanto.

Dai porque eu acolho a intervenção de V. Ex^a, e espero que os Senhores nordestinos com assento nesta Casa possam nos esclarecer melhor a respeito do assunto levantado por V. Ex^a

Concedo o aparte ao nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador, eu mesmo iria reportar-me à questão da viagem dos governadores nordestinos a Cleveland, porque acredito que o convite tenha sido feito pelo Governo americano. Ia também abordar exatamente a questão do IBDF. V. Ex^a se referiu ao fato de que algumas pessoas que possuem retalhos de terra têm projetos, digamos assim, inexistentes, fantasmas aprovados. Eu...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Projetos, não cartas-consultas.

O Sr. Almir Pinto — Não cartas-consultas, é um projeto. Eu fico devendo a V. Ex^a esse favor, porque há 2 anos, nobre Senador, que eu luto junto ao IBDF. Já fui pessoalmente lá. Não falei com Presidente, porque S. Ex^a estava viajando, mas falei com o Presidente eventual, que era o secretário, o chefe de gabinete. Fiz, pela segunda vez, o meu pedido e sempre obtive aquela, resposta, chapa: "Infelizmente, a carta-consulta do recomendado de V. Ex^a, que é a Cajuferrer, que faz o plantio do caju e V. Ex^a sabe que é aproveitado para tudo, principalmente a castanha, que hoje é uma das maiores rendas do meu Estado na pauta de exportação — a resposta, repito — não pode ser atendido, porque não tem dinheiro para novas cartas-consultas por não poder iniciar-se projetos novos. Eu, então, vou pedir a V. Ex^a depois o nome de quem tenha sido mais feliz nesses pedidos, para que eu me aproxime dele, e assim conseguir a aprovação lá para o meu parente e amigo da lavras da Mangabeira, no Ceará.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a, realmente, nobre Senador Almir Pinto, apesar de ser um Senador assíduo na tribuna e fidelíssimo ao seu Partido, e que tem aqui colaborado, permanentemente com o Governo, não está recebendo tratamento adequado por parte do oficialismo, porque eu sei de muitos correligionários de V. Ex^a, inclusive no meu Estado que têm conseguido volumosos recursos do IBDF muitos dos quais, hoje, se encontram em situação financeira muito próspera, graças aos chamados projetos de reflorestamento.

Mas, toquei nesse aspecto apenas para salientar que, no desvio dos recursos decorrentes dos incentivos fiscais que eram destinados ao Nordeste, o que me parecem mais desastrosos foi justamente aquele que beneficiou os projetos de reflorestamento. Acho que era política não tem dado o resultado adequado para o Brasil. Pelo que sei, o que há são pequenos projetos, sobretudo na Região Centro-Sul, de empresas que, em vez de carrearem os recursos do imposto de renda a pagar para o Nordeste ou para a Amazônia, preferem fazer um projeto próprio de reflorestamento dentro das suas propriedades. O resultado desses projetos não tem, a meu ver, correspondido às expectativas do Governo.

Portanto, creio que, nós que lutamos permanentemente pela devolução à Região dos recursos que lhe foram tirados, devemos insistir para recompor o percentual de incentivos fiscais que foram instituídos para promover o desenvolvimento da Região Nordeste, com exceção, com eu disse, da parte destinada à Amazônia e, também da parte destinada ao fomento ao turismo, através da EMBRATUR, que tem realmente realizado um bom trabalho por todo Brasil, indistintamente.

O Sr. Passos Pôrto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Humberto Lucena, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex.^a Em parte V. Ex.^a tem razão e, em parte, não. V. Ex.^a tem razão, creio, na hora em que acha que os recursos oriundos do 34/18 foram redivididos e redistribuídos, inclusive para outras regiões do País e não tiveram a aplicação devido pela doutrina que se estabeleceu no Brasil de que a Região Nordeste era região carente. Mas, nesta redistribuição, se houve uma coisa acertada, foram esses recursos destinados ao reflorestamento do Brasil. Sabe V. Ex.^a que somos um País devastado de recursos naturais, sobretudo, de florestas. A Floresta Atlântica, por exemplo, desapareceu. Procurou-se, ao longo dos anos, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, uma forma de se incentivar o reflorestamento do País e não havia. A forma escolhida foi a dos incentivos que, ao longo desses anos, sobretudo a partir de 1960 tem sido um instrumento, no Brasil, que tem proporcionado o desenvolvimento de determinados setores de atividades em nosso País. Se houve corrupção em alguns destes projetos, eles em absoluto não empanam os seus objetivos. Sabe V. Ex.^a muito bem que, por exemplo, o Estado de Minas Gerais — o nobre Senador Itamar Franco está aqui presente e sabe disso — foi um dos grandes beneficiários desses incentivos. Realmente, fizeram o reflorestamento em áreas que não eram destinada a nenhuma cultura. Deram ajuda àquele Estado, sobretudo, às usinas siderúrgicas. No Nordeste, o nobre Senador Almir Pinto sabe que se deu uma grande destinação desses recursos na produção, por exemplo, da cultura do caju.

O SR. HUMBERTO LUCENA — No meu Estado, desconheço. A devastação foi total e continua, sempre.

O Sr. Passos Pôrto — Mas, todos os projetos do IBDF são cercados de uma série de exigências; há, inicialmente, essa carta-consulta, há uma fiscalização pelas delegacias. Eu lhe confesso com sinceridade que apesar desses desvios, o resultado da aplicação daqueles recursos destinados ao fomento, ao reflorestamento no Brasil deve ter sido bem fecundo. Mas eu gostaria também de destacar no seu discurso um assunto, que deve vir a debater aqui no Senado, que deve ser a reavaliação dessa política de incentivos de isenções fiscais. Eu não creio que isso tenha dado o êxito que se podia esperar. Foi um instrumento criado, há poucos anos no Brasil, que eu não creio que tenha surgido os efeitos desejados, porque são recursos desviados do erário público para se entregar à iniciativa privada com objetivos de incentivar um determinado projeto. Esses projetos geralmente recebem recursos subsidiados, mas a venda desses produtos são por preço de mercado...

(O Sr. Presidente fazendo soar as campainhas.)

O Sr. Passos Pôrto — Só um momento, Sr. Presidente. Então, o que ocorre é que são beneficiários os donos do projeto e não a sociedade brasileira, como um todo. Vou declarar a V. Ex.^a que eu gostaria de ver um debate sobre esse assunto, porque sou contra a política de subsídios que se estabeleceu no Brasil por uma série de coisas e só vieram para tirar recursos públicos que poderiam ter uma destinação melhor e mais reprodutiva. Nós temos um exemplo na industrialização de Minas Gerais e de outros Estados, inclusive do Nordeste, que não surtiu o efeito que seria desejado, tendo em vista que são recursos do povo brasileiro que nós desviamos e entregamos a entidades particulares para fins reprodutivos, cujos resultados só vêm para determinadas pessoas e não para o povo brasileiro.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Em primeiro lugar, nobre Senador Passos Pôrto, eu diria a V. Ex.^a que para

que V. Ex.^a me convença sobre os resultados positivos da política de reflorestamento, V. Ex.^a teria que trazer aqui dados muito concretos. Eu lhe confesso, sou, até o presente momento, um descrente.

O Sr. Passos Pôrto — Eu me comprometo com V. Ex.^a...

O SR. HUMBERTO LUCENA — As informações que eu tenho colidem inteiramente com as que V. Ex.^a traz no seu aparte.

Quanto ao problema dos recursos derivados de incentivos fiscais, nós não temos senão que apelar para eles no que tange a incrementar o desenvolvimento nordestino, e por quê? V. Ex.^a diz que é contra o subsídio. Mas como é que se construiu a industrialização do Centro-Sul, nobre Senador? Com o subsídio, e um subsídio cambial. Sabe V. Ex.^a que, até o Governo do Presidente Jânio Quadros, havia o direito de importar-se equipamentos, máquinas e sobressalentes destinados à industrialização do Centro-Sul através do chamado câmbio favorecido.

O Sr. Passos Pôrto — Mas era uma política de substituição de importações.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Substituição de importações, mas subsidiada. Quem é que pagava a diferença do câmbio? Era o Governo.

O Sr. Passos Pôrto — Mas era de uma forma genérica.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ora, se o Centro-Sul foi beneficiado pelo câmbio de custo e quando esse câmbio de custo poderia beneficiar também o Nordeste foi extinto pela Instrução nº 204, a única maneira que se encontrou, através da imaginação criadora do grande Deputado Gileno di Carli, de Pernambuco, foi justamente instituir um incentivo fiscal através da dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas.

O que estou querendo acentuar aqui, neste instante, quando me refiro ao aspecto estrutural da economia nordestina, que tem sido desprezado por inteiro, é justamente que isso tem acontecido em decorrência do desvio desses recursos, dificultando investimentos maciços na Região, a fim de que a sua economia possa realmente prosperar.

O Sr. Almir Pinto — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Peço a V. Ex.^a que seja breve pois o Sr. Presidente já me adverte para o tempo.

O Sr. Almir Pinto — É justamente o que eu estava falando. Chamo a atenção de V. Ex.^a porque, quis apenas aproveitar uma palavra de V. Ex.^a — **Incremento**. Para o Nordeste não está havendo esse incremento para o reflorestamento, porque com a resposta que me veio lá do IBDF, de não atender a novas cartas-consultas, está muito difícil realizarmos o sonho desejado de reflorestar o Nordeste, por ser enorme o número de projetos antigos favorecendo o Centro-Sul. Isto eu disse ao Presidente do IBDF, na Comissão à qual S. Ex.^a compareceu, que não entendia porque dos 100% que o IBDF destinava ao reflorestamento, 93% haviam sido aplicados no Centro-Sul e 7% em todo o Nordeste. Então, como se vê, há um volume enorme de cartas-consultas atendidas. Se o dinheiro não der para novas cartas, somente ficará incrementado pelo IBDF o Centro-Sul. Esta que é a grande verdade.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Almir Pinto. Mas, para que esses recursos a que se refere o Sr. Senador Passos Pôrto tenham uma aplicação adequada e tragam resultados em relação não só à economia regional mas à economia de todo o País, o que se faz necessário é uma fiscalização contínua, permanente, vigilante da SUDENE e dos de-

mais órgãos federais sediados na região, para evitar justamente a fraude, isto é, o desvio na aplicação dos incentivos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como afirmei de início, temos, por outro lado, o aspecto conjuntural. E é isto que quero frizar. A reunião de ontem, na SUDENE, não trouxe nada de novo. O Presidente João Figueiredo havia anunciado pela televisão a idéia de um Projeto—Nordeste, que foi, ontem, mais uma vez, enfatizado, em discurso, pelo Sr. Ministro Mário Andreazza na reunião da SUDENE, mas esse Projeto—Nordeste não chegou até hoje. Como disse um dia destes, aqui, num aparte ao pronunciamento do nobre Senador Almir Pinto, bastava que tivéssemos reservado cinco bilhões de dólares dos empréstimos contraídos pelo Brasil no exterior, para termos custeado o chamado Projeto—Nordeste. E, hoje, teríamos resolvido naquela região o problema do semi-árido, com os sistemas da grande, da média e da pequena irrigação. Infelizmente, nada disso aconteceu e nem vai acontecer, o que parece, pelo menos no atual governo.

O que é que nós vimos ontem na SUDENE? O Vice-Presidente Aureliano Chaves, no exercício da Presidência da República, anunciou no Conselho Deliberativo a liberação de recursos da ordem de 140 bilhões de cruzeiros, para:

- 1º — Programa de alimentação e nutrição;
- 2º — Financiamentos a pequena e média empresas;
- 3º — Desenvolvimento de áreas semi-áridas;
- 4º — Melhoria de estradas vicinais;
- 5º — Regularização fundiária;
- 6º — Reequipamento de transportes urbanos.

O Sr. Almir Pinto — Faltou o mais importante, que é reservar uma importância, "X", de dois ou três bilhões, para o CTA implantar o MOCLIMA no Nordeste.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Perfeitamente, Excelência. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos esses são recursos para a conjuntura criada com a prolongada estiagem em que se encontra a Região, desde 1979. Mas, em nada esses recursos significam para a modificação estrutural da economia nordestina. Em nada, absolutamente nada.

Aliás, eu gostaria, nesta hora em que falo sobre o Nordeste, de dizer que, há poucos dias, estive no meu Estado, a Paraíba, percorri o sertão, desloquei-me até Catolé do Rocha, cidade sede de uma microrregião, que sempre foi mais preservada nos anos de seca. Encontrei ali uma situação de total calamidade, encontrei o Prefeito, José Otávio Máia, cuidando com a SUDENE de resolver o problema de abastecimento de água, inclusive, do centro urbano.

É que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o reservatório d'água daquela cidade, do alto sertão da Paraíba secou inteiramente, e está hoje reduzida a 30%, graças ao abastecimento feito através de jamantas alugadas pela SUDENE, que levam água de 60 km de distância, da cidade de Pombal para atender a Catolé do Rocha.

Portanto, a situação conjuntural do Nordeste é gravíssima. Mas não será apenas com recursos destinados a resolver problemas de ordem conjuntural que nós havemos de redimir o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu quero assim, insisto, significar neste instante, como nordestino e como Líder do PMDB, a minha perplexidade diante do fato do Senhor Presidente da República ter se deslocado, com todo o ministério, para o Recife, para a SUDENE, a fim de anunciar medidas que pouco significam para a reorganização da economia nordestina.

Melhor seria que Sua Excelência tivesse verificado, por exemplo, como eu fiz em Catolé do Rocha, em contato com os gerentes respectivos, junto ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste, ao Projeto Sertanejo, que os vários projetos que foram criados pelo Governo Federal,

para serem financiados através dos estabelecimentos de crédito oficial, não têm recursos para atender aos pequenos e médios proprietários da região.

Eu cheguei, por exemplo, em Catolé do Rocha e verifiquei que há uma série de siglas: o PROTERRA, o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o PROHIDRICO, e o PROVÁRZEAS. Siglas nós temos demais, cada uma com seu custo administrativo, com seu escritório, com seus engenheiros, com seus funcionários. Mas não há dinheiro para financiar esses projetos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em relação ao semi-árido, e aí volto ao aspecto estrutural, para terminar este pronunciamento, eu indagaria, neste momento, antes de outras obras maiores, como, por exemplo, o desvio das águas do São Francisco, do Tocantins, que implicam em recursos mais volumosos, o que é que o Governo deveria fazer? Deveria financiar, de uma maneira constante e fértil o Projeto Sertanejo, que foi criado graças à iniciativa do Senador José Lins, quando Superintendente da SUDENE. O que é o Projeto Sertanejo? É justamente uma filosofia de ação que o Governo fixou através da SUDENE, para criar em cada propriedade uma infra-estrutura de resistência à seca. Prevê que em cada propriedade se descubra uma maneira de encontrar um ponto d'água, seja um poço, seja um açude, seja uma cacimba, para desenvolver ali pequenos e médios projetos de irrigação, conforme o tamanho da propriedade. E no que tange à média propriedade, exige mais para ela ser atendida, teria que o proprietário reservar 20% de suas terras, para efeito de redistribuição entre os trabalhadores que ali morejam, que ali trabalham. Mas infelizmente este projeto foi criado, está aí, existe, mas não há dinheiro para financiá-lo. Só no alto sertão da Paraíba há dezenas ou centenas de proprietários que estão esperando os recursos do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, para o financiamento do Projeto Sertanejo.

Em conclusão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e não só estranhei o fato de o Presidente da República ter-se deslocado com todo o Ministério para Recife, para fazer o anúncio de medidas que não vão resolver o problema regional, como sobretudo me decepcionei com Sua Excelência. Eu esperava, realmente, que outra fosse a solução encontrada pelo Governo Federal para o problema nordestino, sobretudo após aquela aparição tão emocionada do Presidente Figueiredo na televisão, antes de viajar a Cleveland, após uma viagem que fez à região nordestina, quando viu de perto o drama da seca e dos flagelados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Carlos Alberto — Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto, como Líder.

O SR. CARLOS ALBERTO (PDS — RN, Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sabemos perfeitamente da preocupação que reside no Senador Humberto Lucena, que aqui ocupou a tribuna como Líder da Oposição e como nordestino. E nós, que também pertecemos ao Nordeste e que ocupamos a Liderança do Governo neste momento, gostaríamos de colocar no debate o Governo Federal que ontem se fez presente no Nordeste, muito especialmente em Pernambuco. Para lá o Governo não se deslocou para adotar medidas que venham a mudar a estrutura política do Nordeste. O Governo que tem à frente hoje Sua Excelência o Presidente Aureliano Chaves, se deslocou para o Nordeste com 12 Ministros, atendendo os anseios daqueles que governam o Nordeste e que estão passando por dificuldades neste momento, tivessem as suas reivindicações atendidas pelo Governo. E na verdade o Presidente Au-

reliano Chaves, político hábil, um homem sensível aos problemas e aos anseios do povo, compareceu ao Nordeste para sentir de perto as dificuldades e os dramas que no momento passam os nordestinos. Para lá o Governo não foi deslocado para tomar medidas estruturais, para mudanças radicais, mas é evidente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a presença do Sr. Aureliano Chaves no Nordeste tem por demais um alto significado: e a presença do Chefe Maior da Nação, para sentir de perto a situação do nordestino.

Se o Sul foi atacado pelas cheias e o Nordeste atacado pela seca, é evidente que o Governo que esteve no Sul, também preocupado com a situação de desespero, a situação de miséria, a situação de pobreza, lá esteve. Toda e qualquer medida que o Governo tivesse que adotar — como adotou — tinham que ser medidas emergenciais, porque no momento o nordestino passa por uma crise e toda posição que na verdade deveria ser adotada o foi.

O Governo liberou ontem 140 bilhões de cruzeiros para atender emergencialmente às dificuldades por que passam os nordestinos: a escassez d'água, a situação climática, a adversidade do tempo. Esta seca que calcina as nossas lavouras, mata rebanhos e a seca que faz também com que o homem do campo seja jogado para a cidade. Esta seca que calcina as lavouras é a mesma que faz com que o homem passe fome. E o Governo preocupado lá esteve, para que irmãos nossos do Nordeste não venham a morrer de fome, para que o nordestino não venha a morrer de sede.

Medidas estruturais? Aguardar qualquer mudança radical em termos de política estrutural para o Nordeste? Não! O Nordeste hoje está como o Sul, de mão estendida e pedindo socorro. Da mesma maneira que o Sul hoje está pedindo socorro ao Governo, e que existe hoje, já, um laço fraterno de amizade, de disposição de todos os governantes do sul, em busca de trazer para o Sul as condições para amenizar o sofrimento daquele povo, existe hoje no Nordeste. Se hoje o Governador do PMDB do Paraná, um Governador do PDS do Rio Grande do Sul e um Governador do PDS de Santa Catarina, se unem para discutir a problemática, as dificuldades, as situações difíceis por que passam aqueles Estados é evidente que os Governadores do Nordeste unidos, buscando novos caminhos ou caminhos que possam dar pelo menos perspectivas para aquele povo, fez com que o governante maior em exercício comparecesse ao Nordeste. E nós não podemos jamais, Sr. Presidente, numa hora como esta, deixar de enaltecer esta posição positiva de um Governo que, sentindo as dificuldades, lá se fez presente.

Quanto às medidas que possam ser adotadas, nós as esperamos, e nós esperamos que a palavra seja cumprida. Nós esperamos que mudanças sejam feitas, nós esperamos por uma política que possa permitir realmente o desenvolvimento do Nordeste. Nós esperamos que na verdade o Presidente em exercício Aureliano Chaves possa dar uma contribuição para o Nordeste. E já hoje o Presidente Aureliano Chaves se faz presente no Ceará para assistir de perto a situação do Estado do Ceará. Bom é que o Senhor Presidente da República pudesse visitar a todos os Estados, pudesse sentir o drama de cada Estado. Mas nós sabemos que o problema do Ceará é o problema do Rio Grande do Norte; nós sabemos que o problema de Pernambuco é o problema de Alagoas, como sabemos também que o problema do Ceará é a problemática de toda a nossa região e evidentemente que o Presidente Aureliano Chaves haverá de vir para Brasília com o perfil daquela região sofrida.

Sr. Presidente, quero com isso dizer que o Governo está atento a nossa situação à situação por que passa o Nordeste.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Carlos Alberto, todos nós louvamos, aplaudimos a ida do Presidente Aureliano Chaves ao Nordeste, sobretudo porque diz V. Ex^a que ele não foi em busca de solução para problemas estruturais, ao que me parece não disse V. Ex^a que ele foi socorrer.

O SR. CARLOS ALBERTO — O comparecimento do Presidente Aureliano Chaves não é para mudança estrutural, até porque o mandato dele, V. Ex^a o sabe, é temporário.

O Sr. Fábio Lucena — Mas V. Ex^a afirmou isso. Eu perguntaria a V. ex^a e à História até quando Chefes de Estado têm que ir ao Nordeste para sentir o problema nordestino? Nobre Senador, o Imperador D. Pedro II há mais de um século esteve no Nordeste e doou jóias da coroa para a solução do problema nordestino. O Marechal Deodoro era do Nordeste; Floriano, seu sucessor, era das Alagoas; lá esteve Getúlio Vargas em 1941 e pronunciou o célebre discurso de Fortaleza, quando disse que o Ceará era a Capital do Nordeste. Lá estiveram todos os Presidentes pós-revolucionários que se seguiram ao Movimento de 1964. O Presidente Médici, em 1970, em julho, no dia 8 — V. Ex^a pode conferir — no dia 8 de julho de 1970, quando lançou o PIN — Programa de Integração Nacional — em que ele desviou 30% dos incentivos fiscais do Nordeste para a construção da malograda estrada Transamazônica, retirando seiva do Nordeste para jogar no lamaçal, nos pântanos, nos igapós da Amazônia. O Presidente Médici disse com muita propriedade: "Não queriam que eu viesse, me aconselharam para não vir; em vim e senti, o doravante o Nordeste não será o mesmo". Lá já esteve o Presidente Geisel, o Presidente Figueiredo. E todos dizem, desde D. Pedro II, eu não sei se lá estiveram os Regentes, não sei se lá esteve o Príncipe Regente antes da Independência, mas sei que lá esteve Pedro Álvares Cabral e disto tenho certeza, porque a História nos ensina. Até quando, Excelência, é preciso que Chefes de Estado, Presidentes da República compareçam ao Nordeste para sentir o que toda a Nação já sente, sobretudo quando V. Ex^a diz que ele lá foi para impedir que os seus irmãos, os nossos irmãos nordestinos não morram de fome nem de sede, quando nós sabemos que eles estão morrendo precisamente é de fome e de sede? Até quando, Excelência? É a pergunta que a Nação faz ao Governo. Até quando? Vamos esperar o terceiro milênio, quarto milênio, e o problema do Nordeste não será resolvido? Não, Excelência! Hoje o Nordeste tem quase a metade da representação do Senado: O Nordeste tem 27 Senadores. Acho que esta é a hora de essa representação maciça do Nordeste impor ao Governo soluções compatíveis com as necessidades da problemática nordestina. Perdoe-me por haver me prolongado no aparte.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas é sempre salutar ter a participação de V. Ex^a aqui no Senado Federal, quando participamos de um debate por demais democrático.

Senador Fábio Lucena, quando eu falei da presença do Presidente Aureliano Chaves, no Nordeste, enaltecendo a sua presença, eu me coloquei evidentemente como homem político, que da mesma maneira que ele foi ao Sul do País para sentir de perto, ver a situação de calamidade dos nossos irmãos do Sul, ele também, como chefe do Poder, foi ao Nordeste. Agora, concordo também com V. Ex^a, é bem verdade que muitas já foram as promessas, muitas posições paliativas ou projetos de efeito é sem a continuidade para dar realmente condições ao Nordeste. Nós entendemos que o Nordeste tem muito e em muitas vezes ele sofre pelo paternalismo, em muitas vezes o Nordeste sofre pela situação de calamidade.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a pode informar por que reduziram o orçamento do DNOCS?

O SR. ALBERTO — Eu vou chegar lá.

O Sr. Fábio Lucena — Por que o DNOCS teve o orçamento de 83, reduzido em relação à 82 em 60%? Isto é ajudar o Nordeste? Isto é Governo interessado?

O SR. CARLOS ALBERTO — Eu quero dizer a V. Exª que é exatamente isto que acontece com o Nordeste. O Nordeste, muitas vezes, sofre por conta das pressões do Centro-Sul. E as medidas paliativas que são tomadas não dão para resolver a situação do Nordeste, mas nós não podemos jamais criticar o Presidente Aureliano Chaves porque foi ao Nordeste...

O SR. Fábio Lucena — Mas nós estamos elogiando, Exª, estamos enaltecendo a ida do Presidente, ninguém está criticando. Nós estamos enaltecendo a ida do Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO — ... sentir o drama do Nordeste, para resolver pelo menos o problema agora que é emergencial.

O Sr. Fábio Lucena — Estamos enaltecendo a ida do Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO — Não, o Senador Humberto Lucena não enalteceu, ele criticou a presença do Presidente lá em Pernambuco.

O Sr. Fábio Lucena — Não. Pelo que eu entendi o Senador Humberto Lucena criticou aspectos isolados das medidas propostas pelo Governo no Nordeste.

O SR. CARLOS ALBERTO — A situação — V. Exª é do Norte — é de miserabilidade. Nós estamos de mão estendida...

O Sr. Fábio Lucena — Eu quero apenas lembrar a V. Exª que o Norte é uma consequência do Nordeste.

O SR. CARLOS ALBERTO — ...e toda e qualquer ajuda hoje para o Nordeste é importante. Não sei se amanhã teremos que tomar atitudes violentas e radicais para que realmente possamos ter uma mudança estrutural, aí são outros quinhentos, mas, no momento, a ajuda do Governo, a presença de Aureliano Chaves, o Presidente da República, é por demais importante, Exª.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com muito prazer, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Para que V. Exª não distorça as minhas palavras. Em nenhum momento critiquei a viagem do Presidente para socorrer o Nordeste. Até porque, nobre Senador Carlos Alberto, nós estamos no 5º ano de seca e, portanto, o problema da calamidade nordestina não é de hoje. As enchentes do sul foram recentes e elas poderão durar 20, 30 dias. Há 5 anos que nós estamos em seca e, por conseguinte, o pedido de ajuda ao Nordeste vem de vários anos.

O que estranhei foi que o Presidente da República se deslocasse de Brasília, com todo o seu ministério, para uma reunião da SUDENE, para anunciar medidas puramente conjunturais e liberar recursos que ele poderia liberar daqui mesmo. Ir ao Nordeste, depois daquele discurso do Presidente João Figueiredo na televisão, que se comprometeu com o Projeto Nordeste, para não anunciar nada de mais significativo do ponto de vista de mudanças estruturais na região, tenha paciência, nobre Senador. Foi esse o ponto que eu quis salientar. Longe de mim criticar o Presidente Aureliano pelo socorro ao Nordeste. Socorro, aliás, que vem sendo dado há cinco anos, repito. Sabe V. Exª que foram gastos nesses quatro

anos de seca, incluindo agora os 145 bilhões, quase 500 bilhões de cruzeiros, e se nós formos fazer um levantamento do que ficou, não encontraremos nada. Esta é que é a verdade nobre Senador. Esse dinheiro é gasto a fundo perdido, sem nenhuma contrapartida no plano econômico. Antigamente, tivemos, por exemplo, o Governo Epitácio Pessoa que fez obras de emergência, mas construiu açudes, o Governo de Getúlio Vargas com o Ministro José Américo, que construiu a grande açudagem do Nordeste e o Governo Juscelino Kubitschek que construiu inclusive Orós, no Ceará. Mas hoje, nesses 4 anos ou 5 de seca que estão aí, gastos 400 bilhões de cruzeiros, eu quero que V. Exª me aponte aqui qual foi a obra que ficou em qualquer Estado nordestino.

O SR. CARLOS ALBERTO — Exª eu poderia dizer, inclusive que no meu Estado, hoje temos inaugurada a Barragem Armando Ribeiro.

O Sr. Humberto Lucena — Mas não com verba de emergência.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, com verba do Governo. Que aprova. Não interessa.

O Sr. Humberto Lucena — Estou me referindo às verbas de emergência. Essa barragem foi construída com verbas orçamentárias normais.

O SR. CARLOS ALBERTO — As verbas de emergência essas foram colocadas para as Frentes de Emergência.

O Sr. Humberto Lucena — Mas não ficou nada, nobre Senador, pelo menos até hoje!

O SR. CARLOS ALBERTO — E elas ficaram nas pequenas propriedades.

O Sr. Humberto Lucena — Se o Governo Federal, fizer uma inspeção lá, não encontrará nada vezes nada.

O SR. CARLOS ALBERTO — É bem verdade que as Frentes de Trabalho poderiam ser melhor aproveitadas, estas frentes sim poderiam. O Programa de Emergência das Frentes de Emergência poderiam ser melhores, o dinheiro aplicado poderia ser bem melhor. Mas, a verdade é que nós estamos hoje com o Nordeste passando por uma situação de dificuldades e não podemos esperar por programas. A situação tem que ser emergencial e tem que ser logo, tem que ser já. Como relamente fez ontem o Presidente Aureliano Chaves.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador, há quanto tempo desde 64, que todos os governos que se sucederam prometeram redimir o Nordeste? Há pouco tempo, o Senador Fábio Lucena, deu o seu aparte lembrando a postura do Presidente Médici. O Presidente Geisel fez a mesma coisa. E até agora nada, só se lembram do Nordeste para o socorro da emergência.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, isso eu disse aqui, Exª

O Sr. Humberto Lucena — Mas, a questão é essa. Nós não podemos estar tecendo encômios desmesurados ao Presidente da República, quando Sua Excelência cumpre uma simples obrigação de solidariedade humana. O que nós queremos, nós do Nordeste, e V. Exª deve se alinhar nessa frente, é resolver realmente, de uma vez por toda, o problema estrutural da economia nordestina.

O SR. CARLOS ALBERTO — Claro. E nós acatamos o aparte do Senador Fábio Lucena. Entendemos que é preciso que se promova, mais que depressa, uma mudança na política do Nordeste e que se possa fazer realmente, com efeitos positivos, projetos não mirabolantes, mas projetos que possam, então, dar condições ao

Nordeste. O que acontece é que o Nordeste sempre é tratado com muito paternalismo. Nas horas de dificuldades o Nordeste aparece; nas horas de extrema dificuldade, de calamidade o Nordeste aparece. Agora, é preciso também que se promova uma política eficaz de mudança radical para o Nordeste e nós concordamos.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Concedo o aparte ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo já se encontra esgotado.

O Sr. Passos Pôrto — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para vir ao debate também, em abono às palavras do nobre Senador Carlos Alberto, para lhe dizer que não foram só os recursos deslocados e anunciados pelo Senhor Presidente da República, ontem, que valeram na reunião do Recife. Foi também o discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Mário Andreazza no qual S. Exª reconhece e constata que 90% das Frentes de Trabalho, de emergência são compostas por homens sem terra e de que o problema nordestino vai ser atacado pelo Governo nas duas frentes básicas, o que tem que ser feito sob pena de sermos obrigados a reconhecer que o que aqui vem sendo afirmado e reafirmado, durante estes últimos anos, pelo nobre Senador Fábio Lucena é verdade: de que nunca serão solucionados os problemas do Nordeste se apenas nos valermos desses créditos de emergência, sem antes darmos solução aos problemas estruturais. O Sr. Ministro Mário Andreazza anunciou, ontem, a transposição de recursos e a captação de recursos hídricos, que é fundamental para a região, usando-se o rio São Francisco e o rio Parnaíba, e o problema fundiário, também fundamental, na solução do problema social do nordestino. De modo que acredito que a reunião de ontem foi coroada de êxito, porque o Governo atacou não só o problema emergencial, liberando recursos para imediata aplicação, como também reconheceu — isso é fundamental, porque não vinha reconhecendo — que não se resolveria o problema do Nordeste com a construção de centros culturais em capitais, com a construção de palácios muito bonitos e ostentatórios, sem se jogar os recursos que para lá têm ido a todos os anos nos problemas básicos para a solução do problema estrutural da economia nordestina. Sugeriria que todos lessem o discurso do Sr. Ministro Mário Andreazza, porque ele está carregado de muita verdade e seriedade na solução do problema do Nordeste brasileiro.

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço a participação de V. Exª e no que diz respeito ao IBDF, a que se referiu o nobre Senador Humberto Lucena, gostaria de dizer a S. Exª que há dois anos que o Governo não vem aprovando uma só carta consulta para a constituição de novas empresas reflorestadoras.

Gostaria ainda de transmitir ao nobre Senador Humberto Lucena que se no ano que passou nós tivemos a aprovação de 430 mil hectares para o reflorestamento no País, este ano o Governo concedeu apenas 200 mil hectares — vejam V. Exªs que houve uma redução significativa — numa comprovação de que o Governo quer fortalecer as reflorestadoras já existentes e que pretende dar continuidade aos programas de reflorestamento em andamento, mas, repito, nenhuma nova reflorestadora recebeu um só hectare de terra, ultimamente. Esta é uma comprovação incosteste de que o Governo está atento, de que vai, realmente, dar prosseguimento aos seus projetos de reflorestamento, mas dando, acima de tudo, apoio às reflorestadoras com projetos em execução.

Era esta a nossa palavra, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há "quorum" para deliberação.

Em razão disso, deixam de ser submetidas à consideração do Plenário todas as matérias da pauta de hoje — Projetos de Lei da Câmara nºs 11/83, 105/81-Complementar e 7/83, Projetos de Resolução nºs, 161/81 e 74/83, Requerimento nº 196/82 e projetos de Lei do Senado nºs 280/77 e 233/79 — itens 1 a 8, vez que dependem de votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena, por cessão do Senador Alfredo Campos.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pode parecer estranho que um representante do Norte, do Amazonas, aqui no Congresso Nacional, vez por outra cometa a ousadia de se imiscuir em problemas nordestinos.

Mas não, Sr. Presidente. Longe de ser ousadia, isto é uma obrigação decorrente do próprio processo histórico de penetração da Amazônia e de sua ocupação. E nós, os amazônidas, antes de estudarmos a nossa história, somos forçados, somos coagidos a estudar duas histórias: a história da penetração portuguesa e a história do povoamento da Região Amazônica, que foi efetuado, essencialmente, pelos nordestinos e, em particular, pelos cearenses.

Celso Furtado, na sua História Econômica do Brasil, estima em 500 mil o número de nordestinos que se trasladaram para a Amazônia durante a fase da economia da borracha. E, hoje, na Amazônia inteira o biótipo amazônico é constituído com a participação do sangue nordestino. Lá, eles morreram em situação pior, muito mais dramática e pungente do que os que morrem hoje nos cerrados, na caatinga ou até mesmo nos bairros das grandes cidades do Nordeste, com Recife e como Fortaleza.

Faz alguns dias estive na Capital do Ceará, terra de meus avós, de lá expulsos na grande seca de 1877, em busca da sobrevivência, da subsistência, na Região Amazônica, no interior do Estado do Amazonas.

Portanto, Sr. Presidente, é meu dever, é minha obrigação interferir nos debates a respeito do Nordeste, porque a Amazônia inteira é uma dívida da fibra e da raça do homem nordestino. Assim como todo povo que domina a foz de um rio, domina o rio inteiro, assim os nordestinos, penetrando pela foz do rio-mar, ocuparam pelo povoamento, pelo sacrifício, pelo holocausto, toda aquela imensa região que tem com o Nordeste um vínculo não apenas sentimental mas um liame, sobretudo do, consanguíneo.

O assunto que me traz à tribuna, todavia, não é este, Sr. Presidente.

No dia 30 de junho, véspera do recesso constitucional do Congresso, eu fui o último orador a ocupar esta tribuna e afirmei que, com o recesso do Congresso — isto publicado no *Diário do Congresso Nacional* — a equipe econômica do Governo se serviria daquelas férias forçadas, tão bem combatidas pelo eminente Senador Itamar Franco, se serviria para impor à Nação com ou sem o Presidente Figueiredo, situações de emergência que acarretariam graves consequências para a estrutura econômica e social desta República. Disse mais, que o Senhor Vice-Presidente Aureliano Chaves não teria força nem poderes, como poderes não tinha, nem força o possui o Presidente titular, General João Figueiredo, para deter essa voracidade acipitrina, que, caracteriza a fome e a

sede das aves de rapina, desses Ministros que, enquistados no poder, à revelia do povo, estão levando a Nação a esta situação hoje tão bem configurada pelo *Jornal do Brasil*, quando diz:

"A tecnocracia em Brasília faz duas constatações consoladoras: primeira somando os índices pluviométricos do Sul aos do Nordeste, e dividindo por dois, chega-se à conclusão de que impera um clima perfeito e equilibrado do País. Se quando não há enchentes, o Brasil é que está afundando."

O que aconteceu no recesso, Sr. Presidente? Como advertira, uma vez mais, o Ministro do Planejamento abusaria e debocharia da autoridade do Presidente que assumiu o lugar de Chefe de Estado licenciado, como o fizera da vez precedente em que o Sr. Aureliano Chaves assumiu a Presidência e o Sr. Delfim Netto desapareceu do País. Daquela vez, ele comunicou ao Presidente em exercício a sua viagem, a sua vilegiatura, a sua via-sacra profana de entrega, de alienação da soberania e dos bens da Nação, aos tentáculos do capital estrangeiro e das grandes empresas multinacionais destruidoras da nossa riqueza e devastadoras da vida do nosso povo.

Que fez o Ministro? No dia 8 de julho, ele desapareceu do País, a imprensa inteira o procurou. Aqui está o *Jornal de Brasília*, do dia 9, descrevendo os lances pitorescos da desapareição do Ministro, do incrível homem que desaparece. Deixou o seu carro na rampa do Palácio do Planalto, e o seu motorista dizia que o Ministro estava em audiência com o Presidente Aureliano Chaves; os seus secretários do Ministério do Planejamento não sabiam do paradeiro do Ministro; o Sr. Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda, indagado afirmou que o Ministro Delfim Netto fora a Londres, contratar um empréstimo para a SUNAMAM. E o que aconteceu, em verdade? O Ministro foi a Londres, esteve em Bonn, em Paris e nos Estados Unidos para pedir um *weaver* um socorro à agência do FMI, responsável por aquela instituição na América Latina. Socorro financeiro para cobrir junto ao Banco Internacional de Compensações, o BIS, o pagamento de 400 milhões de dólares, inadimplentes pelo Brasil junto àquela instituição. E, clinicamente, retorna o Ministro ao Brasil, sem dar qualquer satisfação, a não ser a satisfação do deboche que já se constitui no emblema dessa malfadada tróica econômica que está afundando o nosso País, a não ser a explicação do deboche de que fora ao exterior tratar de assunto relacionado com os interesses nacionais.

Como, Sr. Presidente? Que interesses nacionais são esses? A Constituição Federal atribui ao Conselho de Segurança Nacional, composto de todos os Ministros de Estado, do Vice-Presidente e do Presidente da República, o dever de estabelecer os objetivos nacionais permanentes. São homens que não foram eleitos pelo povo. Imagine, Sr. Presidente, quem tem o poder constitucional de fixar os chamados objetivos nacionais permanentes...

Numa democracia, esta competência é dos representantes do povo. No Brasil, até a Constituição de 46, esta competência era do Congresso Nacional, com a assistência do Conselho de Segurança Nacional. Por isto, eu afirmo que, ao invés de haverem implantado no Brasil uma democracia, em verdade o que foi implantado foi uma democlastia, neologismo de origem grega, que significa a destruição do povo, assim como a iconoclastia significativa a destruição dos ídolos.

Sr. Presidente, agora, a pressão não é mais contra o Governo, porque não foi o Governo que abdicou da soberania, uma vez que o Governo não possui soberania. Qualquer um dos que tenham frequentado as escolas jurídicas sabe que a soberania é um bem do Estado e não do Governo. Não cabe ao Governo abdicar daquilo que não lhe pertence.

Soberania, Sr. Presidente, instituto abstrato como o amor ou como a saudade, por exemplo, só pode ser abdicada por aquele que a detém e por aquele que a possui.

Uma Nação adulta, uma nação civilizada, uma nação já envelhecida, porque da idade dos Estados Unidos da América, embora uma nação que tem um povo jovem, não iria jamais abdicar da sua própria soberania.

E que interesses nacionais são estes, Sr. Presidente?

"FMI pára, caso haja moratória."

Se o Governo brasileiro resolver declarar a moratória, suspendendo temporariamente os pagamentos ao exterior, as atuais negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) só continuarão se houver uma autorização específica do diretor-gerente daquele organismo em Washington, Jacques de Laorisiere, pois até agora esta questão não foi colocada em nenhum momento durante as discussões com a comissão técnica que está em Brasília."

Condição o FMI a continuidade dessas negociações à aprovação, pelo Congresso Nacional, do decreto editado em pleno recesso, em plena escuridão da representação popular — Decreto-lei nº 2.045, que retirou dos trabalhadores 30% no reajustamento dos seus salários, que alterou essencialmente a política salarial em vigor no País. Só se o Congresso aprovar esse decreto-lei é que o FMI se dignará a reiniciar as negociações com o Governo brasileiro.

Antes a pressão era contra o Governo. Agora é contra o Congresso. Imaginem, nobres Senadores, um organismo internacional tem a veleidade, tem o topete, tem a petulância de tentar pressionar o Congresso Nacional, para que o Congresso Nacional aprove esse crime cometido pelo Governo Aureliano Chaves, através do Decreto-lei nº 2.045, contra os trabalhadores! Esse órgão internacional apátrida tem o topete e a desfaçatez de tentar pressionar a Casa dos Representantes do povo brasileiro!

Quero ver, Sr. Presidente, a Nação quer ver, se a Câmara dos Deputados, se o Senado da República vão cair de joelhos aos pés do FMI, imitando a conduta vergonhosa desse triunvirato que, após haver abdicado daquilo que não lhes pertence, agora quer transferir a abdição, a genuflexão vergonhosa ao Congresso Nacional.

Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados reagirá, tenho certeza que este Senado Federal, por suas bancadas, em nome da honra do povo brasileiro, não imitará o comportamento de Delfim, Langoni e Galvêas, ajoelhando-se aos pés do Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Alfredo Campos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com muita honra, nobre Senador Alfredo Campos.

O Sr. Alfredo Campos — Nobre Senador Fábio Lucena, escuto com muita atenção este discurso que V. Ex.^a faz hoje nesta Casa. Não é por menos que a Bancada do PMDB apoiou a idéia do Senador Itamar Franco, de que esta Casa do Congresso Nacional não tivesse recesso e funcionasse durante o mês de julho. Em minhas mãos tenho um recorte do *Jornal do Brasil* do dia 26 de julho, período em que este Senado estava em recesso, no qual estampa talvez a mais grave denúncia dos últimos 10 anos, e que talvez tenha passado despercebida pela classe política. Leio, prezado Senador:

"Vinte grandes empresas do Estado de São Paulo são devedoras do BADESP — Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e encontram-se inadimplentes."

Então, não é só o Grupo Matarazzo que se encontra inadimplente.

"Em conjunto, elas representam 80% dos empréstimos concedidos pelo Banco, segundo infor-

mou seu Presidente, Roberto Gusmão, ao mostrar que a crise do Grupo Matarazzo não é uma situação isolada."

Mais à frente continua o Presidente do BADESP a denunciar:

"A inadimplência em pequenas firmas é inferior a 1%."

Enquanto isso, nas grandes firmas a inadimplência é total. 1% é a inadimplência nas pequenas firmas, às quais o Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo só emprestou 20% do seu capital de empréstimo, enquanto que 20 grandes empresas açambarcam 80% do capital do Banco. Repito: 20 empresas devem a esse Banco 80%, e todas as pequenas, as micro e as médias empresas, juntas, devem 20%. A inadimplência nas 20 grandes empresas é total, nas pequenas, micro e médias empresas é de 1%. Os grandes, os ricos, os fortes, os magnatas deste País que fazem parte deste sistema de governo que temos por aqui, que é a plutocracia, o governo de rico para rico, consomem 80% do capital desta Nação e geram, no dizer do Governador Franco Montoro, 30% dos empregos, enquanto as pequenas, as micro e médias empresas geram 70% dos empregos. Nobre Senador Fábio Lucena, a denúncia de V. Exª nesta tarde é muito grave, é muito importante, e constantemente V. Exª as tem feito nesta Casa. Por isso, parabeno V. Exª, dizendo que é necessário colocar um basta na atual política econômica do Brasil, para que possamos trabalhar e viver em paz.

O SR. FÁBIO LUCENA — O aparte de V. Exª muito honrou meu pálido pronunciamento (Não apoiado!), nobre Senador por Minas Gerais. Os números das inadimplências, que devem ser entendidas como concordatas, como falências, que é o último estágio da insolvência absoluta, e são o retrato da situação nacional, porque, se em São Paulo, o Estado mais rico e poderoso da Federação, 20 grandes empresas devem 80%, e o restante, todas as demais empresas devem 20%, no restante do País, no Nordeste, por exemplo, e na Amazônia, a situação é bem pior, porque nesses Estados ditos menores não há esse potencial econômico tão avantajado que há em São Paulo. No entanto, São Paulo vem sendo insistentemente acusado de beneficiário do endividamento externo. Já ouvi neste Senado acusação de que o maior beneficiário dos empréstimos-Estados é São Paulo. São Paulo ostenta quase 1 milhão de desempregados atualmente, 800 mil dos quais são flagelados, foragidos do Nordeste, acredito não mais em paus-de-arara, mas em outros meios de locomoção mais humilhantes e mais degradantes.

Mas, a título de medida de salvação pública, de medida emergencial, de providência, de socorro, o Presidente da República manda ao Congresso Nacional um projeto em que pede autorização para a abertura de crédito suplementar no valor de 2,4 trilhões de cruzeiros, a título do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional.

Ora, alega o Presidente da República em sua justificativa que 1,8 trilhões destes recursos se destinam à assistência da região nordestina. Até aí está muito bem, está muito certo, porque se o Governo não resolver o problema nordestino definitivamente, ele não resolverá nunca o problema brasileiro.

Mas ocorre que é preciso saber se as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que o Governo lança em milhões de unidades em circulação no mercado financeiro deste País não estão dando calote no orçamento fiscal da Nação, porque este é o único País do mundo que tem três ou quatro orçamentos: tem o fiscal, tem o monetário, tem o invisível, tem o secreto, que é o do SNI, por exemplo. Nem o Congresso Nacional tem poder constitucional de controlar o orçamento fiscal que, como sabem V. Exªs, é aquele em que a despesa é fixada e a receita é estimada. Nem o Congresso Nacional tem esse po-

der, porque não pode alterar este orçamento, não pode nem sequer emendá-lo, pode transferir rubricas orçamentárias. Ocorre indagar se esse crédito suplementar não se destina a desviar recursos do orçamento fiscal para o orçamento monetário. Isto é muito sério, porque ambos os orçamentos provêm do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro, só que neste exato momento o orçamento fiscal está sendo confeccionado, está sendo feito para efeito de encaminhamento até 30 de setembro ao Congresso Nacional para ser aprovado, para ser carimbado.

É preciso saber se esse crédito suplementar não vai deslocar desses recursos ditos destinados a auxiliar o Nordeste, recursos para cobrir o calote que as ORTNs estão dando no Sistema Financeiro Nacional. As ORTNs, sabem V. Exªs, dependem do orçamento monetário, e o orçamento monetário, defasado por mil motivos, é feito a bel-prazer pela Secretaria do Planejamento. Toda vez que o orçamento monetário é afundado, é arrombado, é fendido, toda vez que isso acontece, logo o orçamento monetário se socorre do orçamento fiscal, onerando cada vez mais o sofrimento do povo brasileiro, principalmente daqueles que proporcionalmente mais pagam impostos, especialmente os impostos diretos, que são as classes assalariadas.

No fim, Sr. Presidente, quem vai financiar esse calote é o próprio povo brasileiro. Esse crédito suplementar, que eu denuncio ao Senado Federal, denuncio à Nação brasileira, não se destina a auxiliar os nordestinos, destina-se exclusivamente, ou quase exclusivamente, ou absolutamente exclusivo, a cobrir o calote que o orçamento monetário está dando, está desfechando sobre a economia nacional.

O Sr. Carlos Alberto — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — ouço com muita honra o nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador Fábio Lucena, na verdade é empolgante ouvir V. Exª, até pela maneira como se conduz na tribuna do Senado Federal. V. Exª é muito eloquente, e, com a facilidade de expressão que sempre teve...

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu aprendi muito com V. Exª quando ouvia os seus discursos na Câmara dos Deputados. V. Exª, pontificando na época na tribuna da Oposição, me ensinou muito.

O Sr. Carlos Alberto — Não acredito que V. Exª tenha aprendido comigo, até porque chegamos aqui ao mesmo tempo, e aqui estamos vivendo um novo tempo. V. Exª, em Manaus, como vereador, e este seu humilde companheiro como Deputado Federal. Acho que V. Exª coloca o problema da autorização do crédito suplementar de maneira a muito radical.

O SR. FÁBIO LUCENA — Não, Excelência, faço afirmativas claras. Faço uma denúncia.

O Sr. Carlos Alberto — Não é a Nação, não é o Governo Federal tão-somente que está buscando crédito suplementares. Os Governos estaduais, todos eles aí estão.

O SR. FÁBIO LUCENA — V. Exª me permita. Vamos ao diálogo.

Sr. Carlos Alberto — Agora, esteve em Brasília, o Governador de São Paulo, o governador do Rio de Janeiro e o Governador de Minas Gerais. Posso adiantar a V. Exª que o orçamento monetário de cada Estado, que tem autorização para lançar no mercado até 30% de ORTNs — posso dizer a V. Exª que aquela reunião de governadores que houve aqui em Brasília...

O SR. FÁBIO LUCENA — Em primeiro lugar, os Estados não têm orçamento monetário.

O Sr. Carlos Alberto — Orçamento do Estado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Orçamento Fiscal dos Estados.

O Sr. Carlos Alberto — Então, estão solicitando agora, através do pacto feito, autorização para 80%. Veja só, 80%. Eu não acredito...

O SR. FÁBIO LUCENA — E é pouco.

O Sr. Carlos Alberto — Eu não acredito que nenhum Governador da Oposição vá fazer desvio desse dinheiro, como também...

O SR. FÁBIO LUCENA — Exª, por favor, é desvio de finalidade.

O Sr. Carlos Alberto — Desvio de finalidades, mesmo. Quando falo em desvio, V. Exª falou em desvio. Desvio de finalidades. Não acredito que nenhum desvio seja cometido por qualquer governante, como também acredito muito que o Governo Federal vá saber aplicar o dinheiro. Permita-me discordar de V. Exª, porque não acredito, sob hipótese nenhuma, que o Governo do Estado de São Paulo vá fazer má aplicação, como também nem o Governo do Estado do Rio. Se todos, se a Nação, se o País, hoje, vive pedindo dinheiro emprestado, é dada a situação de dificuldades que atravessamos. Mas todos também estão atravessando. Todos os Estados aí estão pedindo, implorando e o Governo atendendo e V. Exª é testemunha que já, na semana passada, aqui estiveram os três Governadores da Oposição e foram os primeiros a receber a atenção do Governo Federal. Esta é a colocação que faço para V. Exª

O SR. FÁBIO LUCENA — Nobre Senador, eu quero deixar, mais uma vez, suficientemente clara a colocação que faço. Alega-se que o crédito suplementar se destina a atender à Região Nordeste em cerca de 1,8 trilhões de cruzeiros. E eu alego que esse crédito suplementar vai subtrair do Nordeste parcela substancial desses recursos, à conta de excesso de arrecadação, para cobrir o calote das ORTNs não resgatadas pelo Governo Federal. É a minha afirmativa: a má aplicação consiste exatamente nisto, em dizer que se vai aplicar no Nordeste, quando vai cobrir o calote do orçamento monetário do Governo Federal.

O Sr. Carlos Alberto — Eu não acredito!

O SR. FÁBIO LUCENA — Quanto a V. Exª não acreditar...

O Sr. Carlos Alberto — Eu já não digo os Governadores da Oposição, até porque eu não tenho advinhão no bolso...

O SR. FÁBIO LUCENA — Quanto a V. Exª não acreditar, o problema de crença é muito subjetivo. Há, por exemplo, Senadores aqui que crêem no demônio, eu, por exemplo, não creio. Mas não me inclua V. Exª. Acho que V. Exª só crê num demônio, naquele criado pelo próprio Deus, o Lúcifer, como eu também.

O SR. ITAMAR FRANCO — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com todo o prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª fala no problema orçamentário brasileiro e, inclusive, na segunda-feira, vamos tentar mostrar ao Senado da República, já que fazemos parte da Comissão de Orçamento, da importância de se unificar o orçamento nacional, naquilo que V. Exª lembrou, que há um orçamento fiscal, o único examina-

do pelo Congresso Nacional, há o orçamento das empresas estatais e há o orçamento determinado pelo Conselho Monetário Nacional. Quando V. Exª fala nesse crédito suplementar e é contestado, cavalheirescamente, pelo nobre Líder do Governo, vejo que V. Exª tem razão, Senador Fábio Lucena. Agora, ainda agora, são retirados, veja V. Exª, 200 bilhões de cruzeiros da Caixa Econômica Federal e do Serviço Nacional da Habitação, através do BNH, para favorecer a exportação brasileira. Essa exportação brasileira, como V. Exª sabe, as vezes é destinada apenas aos grandes conglomerados...

O SR. FÁBIO LUCENA — E controlada pelas multinacionais.

O Sr. Itamar Franco — Isso é o que ia dizer, excelência. Então, a V. Exª assiste inteira razão quando V. Exª coloca, neste momento, pelo menos sob suspeição. E V. Exª vai mais além, na sua assertiva, porque isto, no momento, acontece. Duzentos bilhões são retirados da Caixa Econômica e do Banco Nacional da Habitação. Há mais ainda, nobre Senador Fábio Lucena, veja a que ponto chegou este País sem o controle congressional: mais de três bilhões de cruzeiros que foram retirados, este ano, do orçamento fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional, que não tem meios de fiscalizar, e foram destinados ao Conselho Monetário Nacional, esse Conselho todo-poderoso da Nação. Era este o aparte que desejava dar a V. Exª.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Itamar Franco. O bojo do seu aparte traz uma minúcia interessantíssima, da maior importância. O Governo retira recursos da Caixa Econômica, do BNH, para financiar exportações, isto é, para subsidiar exportações controladas por empresas multinacionais e retira os subsídios, por exemplo, do trigo, do plantador, do produtor e do exportador. Fica demonstrado, mais uma vez, que o sistema alienatório do interesse nacional está em pleno vigor em nosso País. Mas, o FMI ataca e diz que se o Congresso não aprovar o decreto salarial, não haverá negociação.

Pergunto se o Congresso do México, aliás, o México é uma democracia igual à democracia brasileira, não há nenhuma diferença, se o Congresso mexicano aprovou as exigências do FMI. Se o Congresso polonês, no seu petitório, de maratona, aprovou a exigência do FMI. E uma informação estorcedora, que nela só acreditei porque publicada por um dos jornais de maior responsabilidade deste País, em sua edição de 24 de julho, *O Estado de S. Paulo*. Quando da grande crise mexicana, em agosto do ano passado, que coincidiu com a grande crise brasileira, com a diferença de que as autoridades mexicanas comunicaram logo à Nação que iam recorrer ao FMI, e as autoridades brasileiras sonegaram, inclusive ao Congresso Nacional; não apenas sonegaram, negaram-na, afirmando, sistemática e enfaticamente, que jamais iriam ao FMI, — no auge daquela crise, agosto, setembro, do ano passado, ambos os países deviam, aproximadamente, 90 bilhões de dólares a banqueiros no exterior. Vejam a diferença entre o México e o Brasil no que se refere a empréstimos de curto prazo. O México devia a curto prazo 24 bilhões de dólares, e o Brasil 8 bilhões de dólares, quer dizer, apenas um terço. Por que que o México, devendo três vezes mais a curto prazo, se impôs às autoridades financeiras internacionais, é o Brasil, devendo três vezes menos, Srs. Senadores, teve que se ajoelhar, teve que fazer aquele desfile de pires na mão, lá nos Estados Unidos, perante cerca de 500, 600 banqueiros?

E mais: até o fim deste ano, para cobrir os empréstimos a curto prazo, o Brasil, nestes 6 meses, nestes 5 meses, nestes 4 meses e 26 dias, terá que obter novo empréstimo *Jumbo* entre 3 e 4 bilhões de cruzeiros, e não apenas de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, como andam mentirosamente espalhando país a fora e país adentro, ...

O Sr. Almir Pinto — De dólares.

O SR. FÁBIO LUCENA — De dólares. Obrigado, nobre Senador.

... de dólares, 3 a 4 bilhões, e não apenas um bilhão e duzentos milhões de dólares, como andam assoalhando inveridicamente, vale dizer, mentirosamente, as autoridades monetárias e financeiras deste País.

Antes, os vilões eram os outros, porque as autoridades monetárias brasileiras diziam, assoalhavam incessantemente que a situação do País era um verdadeiro Éden. Eis, eis o que os Ministros da área econômica diziam aos banqueiros europeus: "A inflação vai cair." Isto em agosto do ano passado, quando a inflação não tinha atingido a casa dos 70%. E hoje os jornais publicam que, desde que a Fundação Getúlio Vargas, em 1940 ou 1942, deu início ao cálculo do índice inflacionário mensal, hoje, 40 anos depois, a inflação de agosto supera os 13%, atingindo os maiores patamares da negregada história da inflação em nosso País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, só há uma solução para tudo isto: é o Governo reconhecer que já cumpriu com o seu dever. Bem ou mal, não vou discutir. É o Governo, pelo Presidente da República, dizer à Nação que já cumpriu com o dever e que, ao invés de ter implantado uma democracia no País, o que implantou, repito, foi uma democracia; dizer que cumpriu o dever e entregar o poder à sociedade, convocando eleições diretas para presidente da República, sem consenso, sem dissenso, eleições garantidas pelas Forças Armadas.

Eu dizia aqui, no dia 30 de junho, que iriam tentar incompatibilizar os Ministros militares com a sociedade. E aí está o Sr. César Cals, Ministro das Minas e Energia, incompatibilizando o Sr. Ministro do Exército com a sociedade brasileira, lançando o Ministro do Exército contra os chamados candidatos presidenciais, como se o Sr. Ministro do Exército, militar honrado e probo por todos os títulos, tivesse obrigação de apoiar este ou aquele candidato que ainda não foi nem sequer escolhido em convenção.

Só há, pois, esta situação: a devolução do poder aos civis, através de eleições livres, garantidas pelas Forças Armadas; eleições para Presidente da República agora e já, porque não é o Congresso que não pode mais esperar, é a Nação que está farta, é a Nação que não é Jacó, há pouco lembrado aqui em um soneto de camões pelo eminente Senador Luiz Cavalcante. Jacó, que esperou sete anos, mais sete e mais sete para se casar com Raquel, serrana bela, como se o Brasil tivesse que esperar sete vezes sete, como se o Brasil fosse uma serrana bela, para consolidar esse matrimônio espúrio com esses monstros da política econômica que estão afundando o nosso País na desgraça.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com todo prazer, nobre Senador.

O Sr. Luiz Cavalcante — Em primeiro lugar, muito honrado, muito agradecido com a menção ao meu nome, que V. Exª acaba de fazer. Mas V. Exª referiu-se, há pouco, ao índice de inflação de julho, hoje publicado nos jornais: 13,3%. Pois bem, Exª este foi um calculozinho que eu fiz, logo após ler este índice nos jornais da manhã: com esses 13,3% de julho a inflação, no Governo do Presidente Figueiredo, chegou a 2320%. A título de comparação, a maior inflação registrada no Brasil, num período presidencial, foi no Governo Geisel, de cinco anos, que foi 420% em números redondos. Então, já que V. Exª aludiu à minha citação de Camões, eu termino este meu aparte também me valendo de um verso de Camões, aquele em que ele diz: "Jamais louvarei o capitão que não cuidou". Eu, também, jamais louvarei os capitães que não cuidaram da economia do Brasil. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. FÁBIO LUCENA — Muito honrado com a lúcida e sempre oportuna intervenção de V. Exª, nobre Senador Luiz Cavalcante.

Para concluir, Sr. Presidente, peço permissão ao Senado para ler uma oração, a oração contra a crise, publicada no *Correio Braziliense*, edição do dia 10 de julho, página 28, seção "Cartas do Leitor", pelo leitor José Freitas, residente na SQN 303, Bl. C, Aptº 205, Brasília.

"ORAÇÃO CONTRA A CRISE"

"Senhor, atendei minha prece, eu vos peço, compreendi minha situação financeira e não deixai cair sobre mim o desânimo, dando-me forças para suportar o peso da inflação. Sei que será difícil, mas se um milagre acontecer, a tranquilidade poderá retornar não só para mim, como para o meu semelhante.

Eu vos suplico, fazei com que a situação econômico-financeira do País retorne aos patamares suportáveis, concedendo-me, assim, melhores condições de vida.

Iluminai os governantes da Pátria, principalmente os ministros da área econômica. Fazei com que o FMI entenda esta crise e atenda aos pedidos de empréstimos dos quatro grandes projetos em andamento, nem que para isto me seja imposto um sacrifício ainda maior."

Coitado! No mesmo dia, o Presidente Aureliano Chaves editava o Decreto nº 2.045, que usurpava desse leitor 30% do reajuste dos seus vencimentos, a partir de 1º de agosto. E continuou:

"Senhor, eu vos imploro, eliminai de mim o fantasma que me assombra, só em pensar que os preços de hoje não foram os de ontem e nem serão os de amanhã.

Livrai-me dos índices que me atormentam, da desindexação que não entendo, do expurgo que me ameaça, da correção monetária que aumenta a prestação das casas própria e curiosamente diminui os rendimentos da poupança, do INPC; que expurga diminui meu salário, e do BNH que não me deixa dormir.

Senhor, se for para meu bem-estar, livrai-me também das siglas ORTN, UPC, LTN, CIP, CMN, PIS, PASEP, INAMPS, que confundem, burocratizam e me "robotizam".

Enfim, senhor, concedei-me paciência e resignação para resistir, com as forças que ainda me restam, ao peso desta prolongada e devoradora crise, criada contra minha vontade e que ameaça tirar de mim e de meu semelhante o "pão nosso de cada dia".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma oração de toda a Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADA POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, não sei se peço a V. Exª a suspensão da sessão, se tento dizer algumas palavras ao Senado da República, ou se deixo, nesta sexta-feira, o problema nordestino dar os seus fluidos pela Câmara Alta. Acho que seria abusar demais, como representante de Minas Gerais, neste instante, se dissesse alguma coisa.

De qualquer forma, Sr. Presidente, ainda ontem eu ouvia o Senador Luiz Cavalcante, quando o Senador José Fragelli falava em greve no Congresso Nacional, e S. Ex^a referiu que nós outros, que aqui estamos, é que estamos furando a greve. Creio, Senador Luiz Cavalcante, que neste instante os piquetes grevistas do Senador José Fragelli já estão funcionando, porque este é o Senado da República nesta sexta-feira.

O Sr. Almir Pinto — Quero dizer a V. Ex^a que é uma grande honra para o Senado ouvir o único sulista do Brasil Central Oriental, que é Minas Gerais, porque o resto é tudo nortista, nortista e nordestino, Amazonas, Rio Grande do Norte Ceará e Alagoas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, que eu não sei se o Senador Almir Pinto, com esta sua intervenção, pede que eu continue ou não falando.

O Sr. Almir Pinto — Não, Ex^a, nós queremos ouvi-lo com a maior atenção, porque ouvindo Minas Gerais estamos ouvindo o Brasil.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou tentar, Sr. Presidente, em primeiro lugar, ainda que ligeiramente, dar uma explicação dizendo que na terça-feira pretendo, da tribuna do Senado, se me for permitido, mostrar a inviabilidade daquilo com que hoje se tenta mistificar a Nação, por parte de alguns elementos do PDS, e também, hoje, por incrível que pareça, por setores do meu partido e setores influentes do PMDB, particularmente de elementos de São Paulo, o que surpreende ainda mais a nós outros. Vamos provar isso na terça-feira. Eu dizia isso há pouco ao Senador Fábio Lucena.

Refiro-me ao problema da moratória. É incrível que homens do Governo apenas no sentido da falácia, falem na moratória, esquecendo que este Governo, — repito, vamos demonstrar isso na próxima terça-feira — este Governo, que eles representam nesta Casa, foi que assinou um contrato, que, ética e juridicamente, o Governo não pode romper. E fez bem ontem S. Ex^a o Sr. Ministro da Fazenda, ao se referir a um ilustre Senador do seu Partido — o Ministro Galvêas também pertence ao PDS — quando dizia que S. Ex^a não entendia nada ou não deveria entender nada.

Esta é uma verdade, Sr. Presidente, o homem do Governo não pode pedir a moratória e o homem do PMDB, particularmente de meu partido, não há como pinçar a moratória de um contrato que atenta contra a soberania nacional, que atenta contra o povo brasileiro, em que há cláusulas muito mais gravosas que a simples moratória. Vamos demonstrar, se nos for permitido, com dois ou três Senadores, mostrando exatamente que se tenta enganar a opinião pública, já não diria por parte dos homens do Governo, mas particularmente pelos homens do PMDB.

Sr. Senador Fábio Lucena, se se analisarem os contratos que o Brasil tem assinado no campo internacional — e V. Ex^a falou num deles agora — duas projeções políticas nós vamos tirar, que invalidam totalmente: a primeira é a tese do consenso e a outra é o problema da moratória.

Sr. Presidente, ao que parece nem o meu Partido se deu ao luxo de examinar, mesmo os seus famosos economistas, aquilo que o Brasil assinou através do Sr. Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna, hoje, convida-me à reflexão. O Senador Nelson Carneiro costuma buscar um personagem que ele chama de Agapito Durão. Vou buscar nessa pequena reflexão que farei, como disse, ao Senado da República, neste final de sexta-feira, o que ouvi agora de um homem de Minas Gerais, que carinhosamente chamamos de "Zé da Goiaba", a quem conheci há alguns anos, numa fazenda engravada entre minha cidade de Juiz de Fora e um outro Município de Minas Gerais, o Município de Matias Barbosa, quando do batizado da minha segunda filha.

Em Minas Gerais, Sr. Presidente, quando se fala em batizado — e há inclusive um livro de um grande escritor mineiro, escritor Juiz-forano, "Tal Dia é o Batizado" — as conversas se formam em torno das moças casadoiras, se formam em torno de aspectos conspirativos e, sobretudo, aquela conversa amena dos mineiros.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Apenas sobre batizado, para recordar que a sigla, o acordo estabelecido entre os inconfidentes é que o Dia da Inconfidência seria declarado no Dia do Batizado.

O SR. ITAMAR FRANCO — É verdade, Sr. Presidente. E é por isso que temos um livro de um escritor Juiz-forano que diz "Tal Dia é o Batizado".

Eu conheci esse José Goiaba, e há poucos dias, conversando com ele, fizemos algumas reflexões que, hoje, eu trago aos Anais do Senado, lembrando antes de mais nada, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que tentamos — e o Senador Fábio Lucena recordou agora há pouco da tribuna, e ontem eu fui mal compreendido pelo Senador Carlos Alberto — sim, fazer com que o Congresso não entrasse em recesso. Nós temos tentado desde que chegamos a esta Casa, e já lá se vão 8 longos anos, diminuir o período de recesso do Congresso Nacional e, particularmente, agora em julho, quando V. Ex^a, Senador Fábio Lucena descreveu o mês trágico que essa Nação viveu no mês de julho, não só com a doença do Senhor Presidente da República, não só com acordos que se processam no campo internacional, danosos à própria soberania brasileira, mas na crise social que aí está latente.

Sr. Presidente "nada melhor nos dias de hoje" — e me dizia o nosso Zé Goiaba, e me recordava isso — "que relemos certos autores". E como estamos numa cruzada internacional, busquemos não os nossos escritores, mas busquemos Edgar Allan Poe, que é considerado um escritor maldito. Poe escreveu sobre mentes febris, inquietas, o duplo de cada homem, o duplo de cada homem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje tão comum nos nossos dias, tão comum no nosso Brasil. É por isso que busco aqui o grande escritor americano Edgar Allan Poe.

Aqui também me permito recordar um pensamento francês, também francês face à internacionalização da nossa economia. Podia buscar um ditado, um provérbio nosso, mas prefiro buscar um pensamento francês que diz, entre outras coisas, o seguinte, Sr. Presidente. Permita-me a Casa a esnobação francesa para em seguida traduzi-lo "Quand il n'y a plus q'un moment à vivre il n'y a plus rien a dissimuler". Quem tem apenas um momento de vida, não tem mais nada a dissimular.

Não tem mais nada a dissimular, Sr. Presidente. E este é o exemplo que estamos vendo de alguns homens públicos do Brasil nesta hora, em que a verdade biológica que é nossa, de todos eles, mas para alguns se aproxima vellozmente, esses homens não têm mais o que esconder, o que dissimular perante a Nação brasileira. É por isso que o homem de Minas, esse homem do interior que acabei de dizer, Sr. Presidente, faço constar de nossos Anais, José Goiaba, que é por índole desconfiado, quando vê se reunirem para prostrar ou comer, ou para visitarem velhas ruínas de algum colégio, velhos compadres, antigos demandistas, coronéis de fazenda, posseiros, políticos que estão negando aquilo que prometeram nas praças públicas, herdeiros e sucessores; é porque na certa, Sr. Presidente, debaixo desse angu tem carne ou — quem sabe? — muito osso.

No último mês, mês que nós queríamos que o Congresso Nacional entrasse em férias — como eu disse, em férias escolares — essas rodas de prosa se sucederam, intensificaram-se, andaram à solta, mas sempre nos bastidores dos gabinetes ou nas frases, eu estou buscando

um novo conceito para o "PI" ou estou buscando a solução para a quadratura do círculo.

De público, não se falava de sucessão presidencial. Nos conchavos, o assunto era só este; sucessão, é claro, nunca direta; a indireta, de acordo com o grupo representativo desses homens, através do consenso, através da conciliação do colégio eleitoral. Agora, Sr. Presidente, mais do meu Partido do que dos próprios homens do Governo, inventa-se um entendimento nacional, que é uma forma malandra de mudar a denominação do consenso. Tudo, Sr. Presidente, sem a participação do povo, porque esse — e eu pude sentir na minha cidade, numa pequena cidade do interior de Minas —, quando a gente anda na rua e conhece todo mundo, quando a gente conversa com todo mundo, a descrença do povo para com o Congresso Nacional, para com os políticos, para com os governadores, particularmente com os governadores da Oposição. Isso eu encontrei, Sr. Presidente, nas ruas de Juiz de Fora, na minha querida cidade; a descrença do homem. E quando o pessimismo grassa, não apenas naquele meu recanto, mas em todo o meu Estado e neste Brasil. Esse pessimismo, Sr. Presidente, grassa por toda esta Nação, onde o próprio Governo perdeu a sua credibilidade.

Há uma coisa que não se pode negar ao Presidente Juscelino Kubitschek. Ele pode ter tido os seus erros, as suas falhas, mas ninguém poderá negar que ele deu a esta Nação um sentido de otimismo, mostrou que o Brasil poderia ser a grande Nação que nós todos sonhamos. Para esses homens, Sr. Presidente, e para o próprio Congresso, pouco importava a crise nacional, a depressão, o desemprego, a inflação, a dívida externa, os acordos com o Fundo Monetário Internacional e os bancos estrangeiros. Pouco importavam para alguns, Sr. Presidente, as calamidades das enchentes do Sul, ou esta seca nordestina, sobre a qual nós ouvimos aqui, hoje, esse choro centenário dos representantes nordestinos, choro centenário, Sr. Presidente, ou os pacotes econômicos, arrojando o povo, sob a égide do Conselho de Segurança Nacional. Pouco importou a própria doença do Senhor Presidente da República e não se buscou, efetivamente, saída para a crise; só se lembram do povo para penalizá-lo, através de pacotes.

Não se respeitou, Sr. Presidente — e a assertiva é minha e sob a minha responsabilidade — principalmente entre os seus correligionários, a operação do Presidente Figueiredo. Aqui, ontem, escutava o Senador Alexandre Costa, fazendo um protesto educado, quando dizia ao preclaro membro da Mesa Diretora, a homenagem que ele pedia para o Senador Henrique de La Rocque. E o Senador Alexandre Costa lembrava que vamos ter, agora, praticamente um ano de falecimento do companheiro Henrique de La Rocque, e ele, no seu desabafo disse: "Morreu, ninguém mais se recorda, ninguém mais se lembra."

Eu busco a ilação, Sr. Presidente, para dizer que muitas pessoas pensaram o mesmo em relação ao Presidente Figueiredo. Muita gente pensou que o Presidente Figueiredo não voltaria mais ao Palácio do Planalto, que o Presidente Figueiredo já era uma carta fora do baralho, e é, talvez, por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que lá, a seu lado — o que muita gente estranha e muita gente se pergunta — está o Ministro do Serviço Nacional de Informações. Por quê? Nós nos questionamos a nós mesmos se a presença do Ministro do Serviço Nacional de Informações, com as suas ramificações aqui no Brasil, não é exatamente para dizer que S. Ex^a ainda é o Presidente da República, o Gen. João Baptista Figueiredo ainda não é, como gostariam alguns, uma carta fora do baralho.

Sr. Presidente, eu aqui não defendo, por exemplo, a reeleição do Senhor Presidente da República, não estou de acordo com a proposta do Ministro César Cals. Sou um intransigente defensor das eleições diretas, mas acho muito mais limpa a tese da reeleição, porque ela é clara,

porque aqueles que a defendem sabem o que querem e dizem o que querem, que é a permanência do General Figueiredo, como pretende agora, num outro meio, um ilustre Deputado do PDT. Ela é mais clara e é mais limpa que a daqueles que falam em consenso, inclusive no meu Partido, porque atrás desse consenso, ninguém sabe nesta Nação o que virá. É por isso que, antologicamente, o Deputado Magalhães Pinto diz: "na hora em que se colocar um nome acaba o consenso". Atrás do consenso estão motivos espúrios, está a ânsia de poder, está a dança das odaliscas, procurando o poder neste País, sem a participação popular, do País que quer ser a grande Nação do século XXI. Mas só há de ser a grande a Nação do século XXI se ela for uma Nação democrática, se ela respeitar o primado direito, se ela respeitar as leis, particularmente e primordialmente se ela permitir ao povo participação definitiva na ordem política, na ordem social e na ordem econômica.

Essas figuras, Sr. Presidente, por demais conhecidas da Nação, estavam e estão tão desinibidas, tão desembaraçadas em suas andanças, encontros e intermináveis bate-papos políticos na ausência do Presidente brasileiro.

O novo sol era dourado, ainda que momentaneamente. E mudou o que, Sr. Presidente? Mudou a estrutura de poder nesta Nação? Alterou-se profundamente com a saída do Presidente Figueiredo o poder que existe aqui no Brasil? Ainda ontem mostrávamos que não. O Senado da República está discutindo a autonomia de Santos, quando o Presidente da República em exercício, o admirável Aureliano Chaves, mineiro dos mais ilustres, baixa um decreto-lei, quando S. Ex.^a, parlamentar que foi, liberal que é, dentro das tradições mais caras do nosso Estado, poderia pedir à sua Bancada aqui nesta Casa, apenas num simples levantar do Líder da Maioria, para que o Senado da República aprovasse esse projeto, e sua Excelência, em menos de 48 horas, poderia estar sancionando este projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, satisfazendo ao Partido Trabalhista Brasileiro, mas, particularmente, satisfazendo o Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, a estrutura de poder desta Nação não sofreu alteração. Mas é preciso rompê-la e rompê-la democraticamente. Nós não queremos rompê-la através da subversão e nem das armas que não temos; mas queremos rompê-la através das eleições diretas, como lembrava, há pouco, o Senador Fábio Lucena.

A situação foi tão grave, Sr. Presidente, que eu, como representante das Minas Gerais, já no exercício do meu segundo mandato, pela responsabilidade da minha reeleição, uma responsabilidade muito maior, não só pela importância do Estado de Minas Gerais, mas porque da leva de 1974, do MDB, só dois, lamentavelmente, regressamos a esta Casa o Senador Roberto Saturnino hoje Líder do PDT e eu, Sr. Presidente, telegrafei ao Presidente Nilo Coelho, dizendo dos boatos que sentia no meu Estado e da importância do Congresso Nacional ser convocado extraordinariamente.

Infelizmente, Sr. Presidente, a resposta que recebi, educada, do Presidente do Congresso Nacional, dizia que o seu Partido não considerava importante convocar o Congresso Nacional no mês de julho. Aí está, Sr. Presidente, o que ouvimos! Ouvimos até de mentes claras, de mentes esclarecidas, que havia se dado nesta Nação um golpe branco, que o Presidente Figueiredo havia ido à Cleveland apenas para se submeter — e àquela altura se dizia isto — a um exame corriqueiro e que Sua Excelência não voltaria mais a ocupar o Governo do Brasil. E o que se viu durante alguns dias foi a Nação em suspense, o sistema financeiro na expectativa do que poderia acontecer.

Agora, Sr. Presidente, perguntamos nós, usando a expressão de um outro notável poeta mineiro: "E agora José? E agora?"

O Presidente, segundo os médicos, está bem de saúde, e se está bem de saúde, se os médicos consideram o Se-

nhor Presidente da República apto, Sua Excelência precisa assumir o Governo desta Nação, mesmo porque, no nosso entendimento, Srs. Senadores, ao sobrevoar Território brasileiro, o Presidente Figueiredo assume automaticamente o comando da Nação, porque através do Decreto Legislativo nº 18 de 1983, o Congresso aprovou o seguinte:

"Fica o Presidente da República autorizado a ausentar-se do País no mês de julho vindouro pelo tempo que se fizer necessário, a fim de submeter-se a revisão médica em clínica especializada, na Cidade de Cleveland, nos Estados Unidos da América."

O que não podemos continuar a assistir, Srs. Senadores, é ao fato de termos dois Presidentes da República, um olhando as enchentes do Sul ou essa seca nordestina, e outro, lá de Cleveland, comandando esta Nação.

A Nação brasileira não pode continuar a assistir à dualidade de comando, porque é verdade que o Presidente em exercício pode exercer seu cargo, para verificar as enchentes no Sul do País, ou verificar a seca no Nordeste, mas S. Ex.^a o Presidente Aureliano Chaves não pode interferir na ordem econômica e injusta que aí está, Sr. Presidente. E por que não pode? Vamos demonstrar isto na terça-feira.

Acordos foram assinados em nome da Nação e se a Nação não os cumprir ela será levada aos tribunais internacionais, não no foro brasileiro, mas no foro de Nova Iorque, ou no foro de Londres. E por isso, Sr. Presidente, que a grande Imprensa nacional não defende as eleições diretas, e as nossas frases, o nosso pensamento, de nós outros que defendemos com vigor e com o coração as eleições diretas pouco espaço têm na Imprensa. Se aqui estivéssemos, neste instante, defendendo a tese do consenso, a tese espúria e malandra — como eu disse — do entendimento nacional — e dizia, outro dia, um nobre representante da Oposição, grande representante da Imprensa nacional, na televisão, no rádio, estou impressionado com isso"... E eu disse: "fulano, será que você tem meditado sobre as suas teses, suas conceituações que, de repente, mudaram? Será que não é por isso que você tem hoje essa projeção na Imprensa, porque você defende uma coisa que nós da Oposição não podemos defender, porque queremos, que seja através das bases, através do povo, que o Brasil encontre o seu destino?"

O Sr. Carlos Alberto — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador Itamar Franco, eu, aqui representando a Liderança do Governo, na verdade entendo e entendi as apreensões vividas, há alguns dias atrás, por algumas aves agourentas. Mas, nós que conhecemos hoje de perto o Presidente João Figueiredo, que temos consciência da sua personalidade e sabemos, acima de tudo, do seu fortalecimento junto a todos aqueles que fazem o Partido de sustentação, que é o PDS, bem como aqueles que estão no Palácio do Planalto dando também a contribuição para que ele possa continuar conduzindo esta Nação para uma Nação verdadeiramente democrática, jamais colocamos no nosso tabuleiro das discussões a ausência do Presidente João Figueiredo com pessimismos. Acho que V. Ex.^a deve ter prestado grandes e relevantes serviços a esta Nação, a Minas Gerais, porque retornou. E quem retorna é porque alguma coisa fez. Mas, permita-me, companheiro de Senado, discordar quando coloca a tese do consenso como uma tese malandra. Eu não entendo assim. Entendo que o consenso, que hoje se defende, é a união de todos para a busca de uma saída, é a união de todos os segmentos da sociedade para que possamos encontrar os caminhos no-

vos para a Nação. E discordo também quando V. Ex.^a prega a eleição direta como um fator primordial para que possamos mudar o visual deste País. Hoje, V. Ex.^a sabe perfeitamente que vários governantes foram eleitos pela vontade popular. E nós temos em nosso gabinete pesquisas oficiais de opinião pública, de institutos respeitáveis desta Nação, segundo as quais estes mesmos homens que foram eleitos pelo povo se, hoje, tivesse uma eleição, eles não seriam, jamais, eleitos novamente. Veja o quadro! Daí, eu dizer que não é tão importante a eleição direta para que nós possamos resolver os problemas do País. Eu não acredito! A Nação continua e vai continuar entendendo, como nós entendemos, que nós precisamos de patriotas, nós precisamos, na verdade, acreditar no futuro. Precisamos participar desta União, precisamos participar deste consenso, consenso que eu conclamo V. Ex.^a para também dele participar para que possamos encontrar a saída, mesmo entendendo que V. Ex.^a discorde. Mas não é o caso do Governo do Estado de V. Ex.^a, que também foi eleito pelo povo, o Governador Tancredo Neves, porque ele, hoje, também é um dos advogados deste consenso. Nós entendemos que somente com a união de todos, todos desarmados, sem radicalismos, nem de um lado e nem do outro, iremos encontrar esta saída. Sim, na hora em que o PMDB se desarmar, na hora em que o PDT se desarmar, na hora em que todos os Partidos políticos estiverem desarmados para, democraticamente, debaterem e dialogarem. Discordo de V. Ex.^a Peço que me desculpe participar do seu discurso discordando, mas este é o nosso apêrte.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, seria exigir muito de V. Ex.^a, é um refrigério à nossa mente receber o apoio de V. Ex.^a às nossas teses; seria muito esperar. Mas continuo dizendo, Senador Carlos Alberto, um homem que retornou ao Senado da República novamente pelo Estado de Minas Gerais, e V. Ex.^a o diz muito bem, não é fácil retornar, particularmente num Estado como o nosso, de setecentos e vinte e dois municípios. Continuo dizendo em alto e bom som: o consenso, ou o hoje chamado, inclusive por parte de elementos do PMDB, de entendimento nacional, é uma tese malandra. E uma tese que afasta o povo e vai afastar o povo mais uma vez das grandes decisões nacionais. E quando V. Ex.^a cita o nome do ilustre Governador de Minas Gerais, talvez até como uma provocação, pois V. Ex.^a sabe que hoje a bússola do Governador de Minas Gerais aponta para um norte e o meu norte é outro...

O Sr. Carlos Alberto — Eu não sabia, Ex.^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas é verdade, Ex.^a, nesse ponto, eu concordo com V. Ex.^a, e o nobre Senador não concordou comigo. Eu acredito sim, Ex.^a, se alguns homens, hoje, que estão no Governo de alguns Estados, disputassem as eleições, não seriam realmente eleitos. E sabe por que, Senador Carlos Alberto? Porque exatamente estão negando aquilo que prometeram em praça pública. Há um Governador de Oposição que foi eleito porque defendia teses oposicionistas, pelo menos no meu Estado. Não sei no estado, por exemplo, do Senador Fábio Lucena, mas no meu eu posso garantir foi eleito porque defendia teses de Oposição. Veja, Senador Carlos Alberto, que em nenhum comício do meu Estado, — e eu fui a quase todos, inclusive as vezes em comício independente do Governador de Minas Gerais — em nenhum comício, quando se defendia eleições diretas, havia o "mas", Ex.^a o "mas" surgiu após a posse; o "mas" surgiu com o aqodamento, com aquele sonho de noite de verão de subirem a rampa do Palácio do Planalto, sem o voto popular, através de conchavos, através do consenso, através do entendimento nacional, através do pacto das elites. Antes, no meu Estado, falava-se apenas nas eleições diretas. Não havia tese consensual, não havia

tese do impedimento nacional, não havia esse sonho de noite de verão, Senador Carlos Alberto. E aí é que não entendo como é que o PMDB pode acreditar que um homem da Oposição, com o colégio eleitoral em que V. Ex^{ts} têm maioria — o colégio é legítimo, é verdade, mas V. Ex^{ts} têm maioria, como é que podem escolher e poderão escolher um homem da Oposição para chegar a Presidente da República? Talvez, quem sabe esses homens joguem na crise, nas suas tertúlias que nunca chegam ao conhecimento da Nação, eles possam — permita-me novamente a expressão — malandramente, buscar um consenso em que se misturem os votos do PDS e os votos do PMDB e o povo continuará afastado das decisões nacionais.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, ouço V. Ex^a, Sr. Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, em primeiro lugar, quanto a que nos devamos desarmar, nós sempre estivemos desarmados. Ocorre que o Governo é bravo, muito bravo, no desarmamento dos desarmados, recordando o Patrono desta Casa, o Grande Rui Barbosa. Em segundo lugar, entendi a explicação que V. Ex^a deu a respeito da duplicidade de Presidente da República que haverá no Brasil, porque a Constituição é clara; o Presidente saiu do País não licenciado do exercício das suas funções e sim com permissão do Congresso Nacional, para ir ao exterior, tal qual Sua Excelência fosse fazer uma visita à França, à Inglaterra, qualquer país estrangeiro. Tão logo retornasse ao País, teria que reassumir imediatamente as suas funções. Esta é norma constitucional. Se o Senhor Presidente da República, General Figueiredo, voltar ao Brasil e, por um minuto sequer, depois de estar no país, não for investido na Presidência, Sua Excelência terá que pedir licença ao Congresso Nacional para se afastar das suas funções. Isto é da Constituição. Mas V. Ex^a citou Drummond e perguntou "E agora, José"? Mas Drummond fez a pergunta porque "havia uma pedra no meio do caminho". Então, se o General Figueiredo não reassumir a Presidência, nos termos da Constituição, na hora em que desembarcar no Aeroporto de Brasília, há uma pedra no meio do caminho. Esta pedra, seguramente, não está nos Partidos de Oposição.

O Sr. Carlos Alberto — Mas estamos debatendo em torno de suposições. O Presidente ainda está lá em Cleveland, lá nos Estados Unidos...

O Sr. Fábio Lucena — Fatos concretos.

O Sr. Carlos Alberto — Não, nós estamos fazendo suposições, jogando no terreno das suposições; o Presidente está lá nos Estados Unidos. O Presidente vai voltar. Evidentemente que haverá, se, realmente...

O Sr. Fábio Lucena — São fatos e se Sua Excelência não reassumir no dia do retorno, haverá dois Presidentes, o que é um absurdo, uma monstruosidade constitucional!

O Sr. Carlos Alberto — Mas, isso no terreno das hipóteses. V. Ex^a está falando na hipótese de o Presidente não assumir. É uma hipótese.

O Sr. Fábio Lucena — O Senador Itamar Franco é engenheiro, estudou Matemática e sabe que só se chega a uma tese através de uma hipótese. Eu não sou matemático, mas os matemáticos sabem disso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Fábio Lucena, assiste razão às preocupações de V. Ex^a E por quê? É por isso que perguntamos e questionamos. Hoje,

há uma dualidade de poder nesta Nação, mas não se rompeu a estrutura do poder, esta estrutura de poder que nós outros queremos, através das eleições diretas, que entendemos que só poderá ser rompida através das eleições diretas.

Eu queria, então, buscar a pedrinha que diz V. Ex^a Permita-me V. Ex^a colocar o diminutivo aí, na velha frase, eu colocaria uma pedrinha para não assustar muito o Senador Carlos Alberto. Quando V. Ex^a falou em pedra, realmente o Senador Carlos Alberto imaginou, por certo, aqueles rochedos que S. Ex^a estava acostumado a ver, e nós outros de Minas Gerais não temos rochedo para apreciar.

O Sr. Carlos Alberto — Primeiro, não há pedra no caminho. Não há nenhuma pedra no caminho.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas V. Ex^a, Senador Fábio Lucena, me permite, já, Sr. Presidente, na conclusão quase desse meu desencanto de tertúlia, nessa sexta-feira, dizer que parece que V. Ex^a adivinhou quase que o final do meu discurso. Que se acautele o próprio Presidente Figueiredo, digo eu aqui. E que o Vice-Presidente da República, que não pode exercer efetivamente a sua ação presidencial, porque S. Ex^a é apenas um substituto, é um eventual substituto.

O Sr. Carlos Alberto — Parece que o desencanto de V. Ex^a é muito mais com o Governo de Minas Gerais do que com o Governo Federal, porque V. Ex^a até que concorda, hoje, com alguns políticos da Oposição, com a tese de reeleição do Presidente João Figueiredo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu já sabia que V. Ex^a ia dizer isso. Em absoluto. V. Ex^a conhece o meu pensamento. V. Ex^a é um homem que pertenceu à Câmara dos Deputados. V. Ex^a sabe que eu só retornei ao Senado da República porque defendia as eleições diretas.

O Sr. Carlos Alberto — Eu estou me referindo ao desencanto de V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a vai me permitir só o seguinte. É que se eu, nas praças públicas de Minas Gerais, tivesse defendido teses espúrias, como hoje defendem, eu por certo, Senador Carlos Alberto...

O Sr. Carlos Alberto — V. Ex^a fala de inautenticidade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Inautenticidade, não. V. Ex^a não precisa ter medo do jogo de palavras. Eu sei onde V. Ex^a quer chegar, e eu realmente discordo — e não me canso de dizer aqui, que eu não tenho nenhum problema pessoal com S. Ex^a o Sr. Governador do meu Estado. Mas discordo, flagrantemente, politicamente, de S. Ex^a.

Não vejo autoridade no Governo de Minas Gerais, Senador Carlos Alberto, para combater, por exemplo, a ordem econômica injusta que nós combatemos aqui, como falava, há pouco, o Senador Fábio Fonseca, e falo eu, e vou falar na terça-feira, quando o núcleo...

O Sr. Carlos Alberto — V. Ex^a me permite? Há um ditado no Nordeste que diz o seguinte: "mate o homem, mas não mude o nome". Fábio Lucena. V. Ex^a está falando Fábio Fonseca...

O SR. ITAMAR FRANCO — Aliás, quis corrigir, mas, evidentemente, peço desculpas. O Parlamentar é Fábio Lucena, mas S. Ex^a tem Fonseca.

Veja V. Ex^a, Senador Carlos Alberto, que o núcleo hoje, econômico e financeiro de Minas Gerais, é fruto do mesmo autoritarismo que combatemos nacionalmente. Mas eu não gostaria de ser o debatedor aqui do Governador de Minas. Que Deus o guarde, lá, no Palácio das Mangabeiras, e que S. Ex^a possa dar a Minas...

O Sr. Carlos Alberto — Quer dizer que S. Ex^a está precisando da proteção de Deus.

O SR. ITAMAR FRANCO — Que Deus o guarde, repito, e que S. Ex^a possa dar a Minas o Governo que foi prometido nos comícios e nas praças públicas. Mas repito, Senador, que se acautele o próprio Presidente Figueiredo. Que o Vice-Presidente não vá no canto das cerejas, porque os conspiradores de causas elitistas, na minha ótica, não querem nem um nem outro.

O que eles pretendem, Srs. Senadores, é exatamente manter o regime que aí está, a estrutura do poder que aí está, mas não com os homens do Presidente Figueiredo, não como os homens ou com o próprio Presidente Aureliano, mas com aqueles que possam representar realmente uma economia internacionalizada e, cada vez mais, afastar o povo das suas grandes decisões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Faz algum tempo, antes do recesso, que ocupei esta Tribuna e, na oportunidade, li uma carta aberta do Sr. Padre Raimundo Pombo, ao Senhor Presidente da República e, na qual, ele denuncia a corrupção e a fraude que dominou a eleição de 15 de novembro do ano passado em Mato Grosso, resultando, como é público e notório, a posse de um Governador "entre aspas" produto gerado pela corrupção e pela fraude, bem como de um Senador nas mesmas condições.

Na ocasião, alguém afirmava, em parte ao meu pronunciamento, que aquela carta, nada mais era, do que o eterno choro dos vencidos, dos derrotados. Nós de Mato Grosso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, especialmente do PMDB, se estamos lamentando o ocorrido, a aparente vitória do atual Governador, entres aspas, produto gerado pela corrupção e pela fraude, é por estarmos certos de que a verdade eleitoral, em Mato Grosso, foi desavergonhadamente adulterada.

Recorreu-se ao Tribunal Regional Eleitoral e os recursos foram todos julgados intempestivos e principalmente preclusos. Houve até um fato curioso, num dos julgamentos, ou seja, um dos julgadores, reconhecia que tinha havido fraude mas, estribou-se na preclusão para não dar provimento ao recurso.

O PMDB de Mato Grosso recorreu da decisão e, neste momento, há um fato histórico, para os Anais da vida política eleitoral do nosso Estado, isto é, um despacho do Exm^o Sr. Desembargador José Vidal, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, admitindo o recurso. Nesse despacho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, publicado no Diário da Justiça de 4 de julho do corrente ano (página 2), o Sr. Presidente do TRE, homem independente, probo e, acima de tudo, imune a todo tipo de pressão, exarou um despacho, como já disse, que é um atestado público e insuspeito para todos nós que afirmamos ter sido a eleição de 15 de novembro uma farsa em Mato Grosso.

Aconteça o que acontecer, com o recurso no Tribunal Superior Eleitoral, nós estamos certos de que o atual Governador, entre aspas, produto gerado pela corrupção e pela fraude, bem como o último Senador empossado da bancada de Mato Grosso, não representam de fato a legitimidade das aspirações da maioria do povo mato-grossense.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que todos tomem conhecimento da íntegra do despacho do digno Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, documento vivo e imparcial que marcará indelevelmente, a história da política eleitoral em Mato Grosso.

"O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, inconformado com a decisão, proferida por cin-

co votos a zero (unânime), no Recurso previsto no artigo 265, do CE, interpõe Recurso Especial para o Tribunal Superior, com fundamento no inciso I, letra a, do artigo 276, do CE.

No recurso, dão-se, como violados expressamente os artigos 4º, 5º e 223 e seus parágrafos 1º e 3º, 259, parágrafo único do 226 e 270, todos do Código Eleitoral e ainda o artigo 147, da Constituição da República.

O Tribunal recorrido baseou-se na preclusão para desprover o recurso. Acatou a preliminar do douto relator no que foi seguido pelos demais juízes presentes ao julgamento, porque a Reclamação:

a) deu entrada ao Cartório Eleitoral após a conclusão dos trabalhos da apuração;

b) a impugnação da qualificação dos eleitores, tidos como menores, portadores de falsos títulos, já se esvaíra, na forma do artigo 45, parágrafo 6º, do Código Eleitoral, por ocasião da publicação dos editais;

c) na forma do artigo 149, ocorreu a preclusão, de vez que não houve impugnação perante a mesa receptora, quanto às irregularidades na votação; e

d) baseado no "régio parecer do ilibado Procurador Regional Eleitoral".

O Recurso Especial deve ser admitido, uma vez que a decisão foi proferida contra expressa disposição de lei.

Em primeiro lugar, a Reclamação deu entrada ao Cartório Eleitoral, no dia 27 de novembro de 1982 e o encerramento dos trabalhos das três juntas apuradoras foi prorrogado por cinco dias, conforme decisão do TRE, de 26-11-82, a pedido do Juiz Eleitoral da 1ª Zona (documentos de fls. 4670 a 4673 do TRE).

Em segundo lugar, a preclusão não ocorreu quanto à impugnação da qualificação dos eleitores, tidos como menores, de vez que a certidão fornecida pelo Chefe da 1ª Zona Eleitoral afirma categoricamente que "inexistem nos arquivos deste Cartório Eleitoral os editais solicitados... mesmo por que jamais foram feitos tais editais".

Assim, a decisão foi proferida contra expressa disposição dos artigos 223, 171 e 149 do Código Eleitoral.

Além do mais, é bom para a Justiça Eleitoral que o Tribunal Superior examine estes autos que denunciam fatos gravíssimos a desprestígio e macular a Justiça especializada deste Estado e que a preclusão em nada melhora a sua imagem, pelo contrário, deixa sempre a dúvida que o mais alto Tribunal Eleitoral irá dissipar.

Pelo exposto, admito o recurso e conseqüentemente determino a abertura de vista aos recorridos, Partido Democrático Social e Justiça Eleitoral.

Publique-se.

Cuiabá, 1º de julho de 1983.

Desembargador José Vidal, Presidente."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Acaba de realizar-se em Belém/Pará, o XI Seminário, organizado pela Associação das Empresas Estaduais de Processamento de Dados (ABEP), entidade que, reconheça-se, desde 1977, tem contribuído para o estudo e análise de assuntos relacionados com a informática, em particular nos diversos níveis da administração pública.

Nesse Seminário, o temário contemplou, acertadamente, com ênfase especial, as questões relacionadas com os impactos sociais da informática pelas repercus-

sões que o desenvolvimento desse conhecimento vem provocando.

A revolução da informática, assim como ocorreu com a revolução industrial, é irreversível e se deve saudá-la como uma conquista alvissareira e capaz de promover o progresso e desenvolvimento dos povos. Porém, além de aprofundar conhecimentos sobre a melhor forma de proceder para possibilitar sua mais adequada evolução no País, é necessário, *pari passu*, também buscar que a utilização desse conhecimento possa, cada vez mais, contribuir para um rápido e justo projeto de construção nacional.

É sabido que um país se faz grande, forte e soberano na medida em que é capaz de antecipar-se às transformações e comandar o processo de mudanças, visando melhor orientá-lo no sentido do atendimento dos interesses nacionais.

Se fatores diversos nos colocam entre questões urgentes e críticas, não devemos esquecer ser necessário também frisar e agir em função de problemas maiores da nacionalidade. Enfim, mesmo em face da atual crise não podemos nos retrair diante das questões que determinam os nossos próximos passos. Há que permanecer o discernimento de estarem a nosso favor as enormes potencialidades do País e a capacidade de seu povo.

Mais do que nunca é hora de pensar, livre, serena e responsabilmente, as dificuldades brasileiras como um problema que é nosso.

Por isso, com relação a esse, bem assim a outros assuntos, precisa-se estabelecer um debate amplo, com o que se obterão, mais rapidamente, as melhores soluções.

É o que, a nosso ver, está sendo feito com respeito ao campo da informática, se bem, reconheça-se, que o posicionamento oficial brasileiro, se às vezes provoca divergências nas questões acessórias, obtém consenso nos delineamentos básicos estabelecidos pela política governamental do setor.

A partir da revolução industrial, as nações começam, assim parece, a se classificar entre as que conhecem as tecnologias de produção e as que, no máximo, conhecem as tecnologias de processos, geralmente cedidas pelas primeiras.

Essa transferência, quando ocorre, é feita, via de conseqüência, sob o controle da tecnologia de modo a garantir a harmonia de conhecimento.

Com a informática — essa nova e fundamental atividade —, o processo descrito tende a se acelerar em favor das sociedades mais afluentes que contam inclusive com maior facilidade de gerenciamento à distância e de manter em seus territórios o acervo de conhecimentos tecnológicos.

Correto será afirmar-se, pois, que o grande problema para os países em desenvolvimento, face ao enorme progresso nesses campos, será reduzir a dependência tecnológica. Analisando o mundo de nossos dias e perquirindo tendências futuras não se chega a outra conclusão.

O Brasil jamais poderá deixar de considerar a contribuição da informática dentre os avanços tecnológicos recentes, pois já se observa que a sociedade industrial, com todos os seus valores e contradições, começa a ceder terreno à sociedade pós-industrial ou, como prevêem alguns, a sociedade informatizada, tal o domínio da informática no comando desse conjunto de transformações que se vão processando no mundo, e em ritmo vertiginoso. É justamente esse ritmo que nós deve impelir a tentar entender agora os rumos e tendências desse processo de mudanças.

Se a revolução industrial tornou disponíveis instrumentos para aumentar a capacidade física do homem, a revolução da informatização, por sua vez, dota-lhe de conhecimentos e instrumentos que permitem ampliar a sua capacidade intelectual. E — destaque-se — o extraordinário avanço da microeletrônica está permitindo elevar expressivamente a capacidade de tratamento massificado da informação — processamento, transporte e

armazenamento. Daí, resulta que se poderá contar com dispositivos e conhecimentos capazes de afetar um elenco de atividades humanas incomensuravelmente mais amplo.

Isto torna possível o surgimento de atividades não experimentadas, provocando — há de se esperar — novas demandas profissionais e oportunidades de trabalho.

Impõe-se, portanto, que sejamos previdentes e saibamos considerar as potencialidades e restrições da nova era, quando já se torna possível antever alguns dos seus delineamentos.

Os impactos decorrentes das mudanças tecnológicas em curso serão mais significativos, estou convencido, do ponto de vista social.

Há, inegavelmente, o risco de substituição do trabalho humano em larga escala. A polêmica quanto ao acréscimo ou redução de empregos está longe de ser superada.

É evidente que a informática contribui para desenvolver a base industrial, melhorar o meio ambiente, aperfeiçoar as condições de trabalho, e, até, ampliar as horas de lazer. Devemos, contudo, ter sempre presente a necessidade de garantir o direito ao trabalho a todo o cidadão. Particularmente, quando se sabe que, face à aguda crise econômica que atravessamos, as taxas de desemprego já estão sensivelmente elevadas, mesmo nas chamadas sociedades afluentes — Estados Unidos, Europa e Japão.

Para países como o Brasil, é importante atentar-se quanto à necessidade, não só de manter empregos, mas, igualmente, de gerar, por ano, milhares de novas oportunidades de ocupação, incorporando novos contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado de trabalho.

Se a característica da nova era é que o surgimento de oportunidades de trabalho venha a ocorrer, como se afirma, principalmente em áreas mais qualificadas, o ideal será que se possam gerar os empregos de que se necessita e, simultaneamente, graças ao aporte tecnológico dessa revolução, contribuir-se para estabelecer condições de construir o progresso mais rápido do País.

Atenção especial deve ser conferida às admissíveis mudanças na localização internacional dos investimentos, porquanto a utilização do recurso de mão-de-obra barata passa a depender da evolução do uso dos robôs. E, vale observar, se tais máquinas tinham, até bem pouco, custos elevados, experimentam, no momento, acelerada queda de preços, tornando-se cada vez mais acessíveis.

Há, assim, que se equacionar medidas que ensejem a readaptação profissional dos atingidos pelas modificações tecnológicas, certamente causadoras de precoce e inusitada obsolescência profissional.

Por outra parte, as próprias atividades científicas características da nova era proporcionarão, como já foi dito, o surgimento de atividades ainda não experimentadas, tornando possíveis novas demandas profissionais e oportunidades de trabalho.

Talvez que isso venha a provocar o aparecimento de uma nova ordem social, na qual a equação básica deva ser assegurar a todos o emprego e, de igual sorte, certamente, maior disponibilidade de tempo para dedicar-se ao lazer e ao futuro.

De resto, o País sempre poderá promover a criação de empregos no setor de serviços, notadamente em atividades voltadas para os campos de saúde, educação e afins, atendendo, aliás, proposta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o assunto.

Outro exemplo de questão social que merece destaque é a área de educação — nosso maior e mais premente desafio — seja enquanto usuária, seja no seu papel fundamental de propiciar aos cidadãos coexistência proveitosa com a nova tecnologia.

Enquanto usuária, é de se considerar as potencialidades e instrumentos já detectáveis, como a possibilidade de tornar disponível a educação a camadas crescentemente maiores da população, eliminando barreiras entre o homem do campo e o da cidade, ampliando a eficiência

e reduzindo, substancialmente, custos, graças, inclusive, à utilização da telemática.

Será também possível pensar-se na adoção da auto-instrução, empregando para tanto técnicas assistidas por computador, cabendo aos professores papéis de monitoria e assistência aos estudantes.

Enquanto preparadora para a nova tecnologia, por outro lado, a educação deve ser orientada no sentido de propiciar a substituição do ensino uniformizado por modalidades que garantam o desenvolvimento da capacidade do cidadão para enfrentar novas situações; e, bem assim, mudar a ênfase ora conferida ao ensino exclusivamente nos períodos de juventude para um processo permanente e sistemático. Tudo isto sem esquecer, obviamente, a necessidade de assegurar possibilidades de reciclagem para todos, particularmente os que sofreram obsolescência profissional.

É sempre oportuno lembrar que, ao lado de dotar a Nação de pessoas instruídas e de provê-la de especialistas, será impostergável também preparar pessoas com formação em humanidades, mesmo os de habilitação técnica. Pois, o humanismo, ao lado de tornar a vida mais rica e mais feliz, adverte Karl Deutsch, "deve ser ensinado para a compreensão da ciência". "O fosso entre os dois tipos de conhecimento", completa, "pode provocar malefícios ao País".

Por fim, outro aspecto a considerar diz respeito à elevada potencialidade de registro e recuperação de informações a serem proporcionadas pelas novas máquinas e redes de comunicação. Seu uso, contudo, deve obedecer ao princípio de preservação da privacidade do cidadão. Pois, a difusão de equipamentos e, mormente, sua utilização poderão causar graves danos ao cidadão, configurando-se mesmo uma violação de seus direitos e garantias, assegurados, via de regra, nas constituições das nações democráticas (vide art. 153, *caput*, da Constituição do Brasil). Tudo isso requer providências com vistas a garantir que o acesso aos arquivos e seu manuseio se façam com observância do direito de sigilo sobre informações de natureza reservada.

Tais exemplos já seriam suficientes, acredito, para indicar a profundidade de algumas das questões sociais suscitadas pela revolução da informática. Daí ser indispensável a constante reflexão crítica sobre o assunto, necessitando-se, para tanto, estimular e ampliar a participação de todos no assunto.

Será através de um tal procedimento que se poderá discernir quanto aos melhores caminhos alternativos à consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento.

Enfim, como afirmou, certa feita, o grande pensador Arnold Toynbee, "quanto maior for nosso poder de transformar o mundo que nos cerca, maior será nossa angústia se falharmos no desempenho dessa tarefa que sabemos estar ao nosso alcance". (A Sociedade do Futuro.)

Em face dessas razões, é que repetimos ser conveniente um amplo debate sobre o tema. E acreditamos serem encontros como o que a ABEP vem de organizar com a presença de técnicos, especialistas, autoridades governamentais e políticos — oportunidade para uma valiosa contribuição ao tema. Eventos dessa natureza, Sr. Presidente, propiciam, também, uma cada vez maior consolidação da consciência nacional sobre o assunto e oferecem inestimável colaboração ao Congresso Nacional na sua tarefa de definir, com a participação do Poder Executivo, através de lei, uma clara e abrangente política para o setor, em todos os seus aspectos — científicos, tecnológicos, econômicos, mormente industriais, políticos e sociais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Revoga o Decreto-lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, restabelecendo a autonomia do município de Santos, no Estado de São Paulo, tendo

PARECERES, sob nº 642, de 1983 e orais, **favoráveis**, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**
- de **Segurança Nacional**; e
- de **Municípios**

(Dependendo da votação do Recurso interposto pelo Senador Itamar Franco à declaração de prejudicialidade da proposição art. 369, a, do Regimento Interno.)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1981 — Complementar (nº 60/75, na casa de origem), que altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios tendo

PARECER, sob nº 1.362, de 1981, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, favorável ao Projeto, com emendas de nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

3

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1983 (nº 80/83, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 619, de 1983, da Comissão — de **Redação**, oferecendo a redação do vencido.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 161, de 1981 (apresentado pela Comissão de Legislação Social como conclusão de seu Parecer nº 993, de 1981, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro, e voto vencido do Senador Humberto Lucena), que autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de 33.000 hectares, no Território de Rondônia, para a implantação de projeto de bovinocultura, tendo

PARECERES, sob nºs 994 e 995, de 1981, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Agricultura**, favorável, com voto vencido do Senador Leite Chaves.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1983 (apresentado pela Comissão de Legislação Social como conclusão de seu Parecer nº 561, de 1983, que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à empresa Maisa-Moju Agroindustrial S.A., uma área de terras devolutas do Estado, com aproximadamente 30.000 ha (trinta mil hectares), tendo

PARECERES, sob nºs 562 e 563, de 1983, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ; e
- de **Agricultura**, favorável.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 196, de 1982, de autoria do Senador Murilo Badaró, solicitando, nos termos dos arts. 75, "A", 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Interna, composta de 7 membros, para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre reforma tributária.

(Dependendo de parecer oral, da Comissão de Finanças, a ser proferido em plenário — art. 76, § 2º, do Regimento Interno.)

7

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 233/79)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1977, de autoria do Senador José Sarney, que institui o voto distrital e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 182, de 1983, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de substitutivo que oferece, com voto vencido dos Senadores Pedro Simon, José Ignácio e Alfredo Campos.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 718, de 1983 do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão, nos termos do art. 310, alínea "c", do Regimento Interno.)

8

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 280/77)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1979, de autoria do Senador Tarso Dutra, que institui o sistema eleitoral misto e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 182, de 1983, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de substitutivo que oferece, com voto vencido dos Senadores Pedro Simon, José Ignácio e Alfredo Campos.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 718, de 1983 do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão, nos termos do art. 310, alínea "c", do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

nº 23, de 1983

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta nos Processos nºs 001150839 e 003781836, Resolve tornar sem efeito o enquadramento do servidor Genilson do Espírito Santo Jamar, na Categoria Funcional de Agente de Transporte Legislativo, Classe C, Referência NM-24, Código SF-TP-NM-1201, do Grupo Serviços de Transporte Oficial e Portaria do Quadro Permanente do Senador Federal, constante do Ato nº 6, de 1983, publicado no DCN, Seção II, de 2-2-1983 e republicado em 8-4-1983, permanecendo na Categoria Funcional de Agente Administrativo, Classe B, Referência NM-23, Código SF-SA-NM-801, do Grupo Serviços Auxiliares, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de junho de 1983. — **Nilo Coelho**. Presidente do Senado Federal; — **Moacyr Dalla**; — **Henrique Santillo**; **Milton Cabral**.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

8ª Reunião (Ordinária),

Realizada em 18 de maio de 1983.

As dez horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, presentes os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Amaral Peixoto, Martins Filho, Marco Maciel, Pedro Simon, João Calmon, Itamar Franco, Roberto Campos e Octávio Cardoso, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Registrando-se, ainda, a presença do Senhor Senador Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, do Senhor Senador Aloysio Chaves, Líder do PDS; e dos Senhores Senadores Marcelo Miranda, Carlos Lyra e Fernando Henrique Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Virgílio Távora, Enéas Faria e Severo Gomes.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, Sua Excelência comunica que a presente reunião, tem por finalidade, ouvir o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, que comparece à Comissão, atendendo convite sugerido pelo Senhor Senador Itamar Franco, para fazer uma exposição acerca da posição da Chancelaria Nacional no problema da reordenação econômica mundial; tema discutido na quinta reunião Ministerial do "Grupo dos 77", realizada em Buenos Aires. Bem como, sobre demais assuntos ligados à sua pasta, que Sua Excelência julgar necessário. Esclarecendo, que tão logo seja encerrada a exposição, será franquiada a palavra aos Senhores Senadores, para indagações ao Senhor Ministro. Dessa forma, concede a palavra à Sua Excelência, para que inicie a sua fala. Encerrada a exposição, usam da palavra os Senhores Senadores Itamar Franco, Roberto Campos e Marco Maciel, que fazem interpelações ao Senhor Ministro; e ainda, o Senhor Senador Pedro Simon, que salientando a importância do evento, sugere que debates deste nível, sejam mais freqüentes na Comissão. A seguir, o Senhor Presidente agradece ao Senhor Ministro pela colaboração prestada, em atender ao convite formulado, congratulando-se com Sua Excelência e com a Comissão, pelo alto nível dos debates.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da exposição, por determinação de Sua Excelência.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1983, ÀS 10:30 HORAS, REFERENTE À EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, SARAIVA GUERREIRO, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ VIANA

1ª-VICE-PRESIDENTE: SENADOR SALDANHIA DERZI

2ª-VICE-PRESIDENTE: SENADOR AMARAL PEIXOTO

INTEGRA DO APANHADO TAQUIGRÁFICO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Temos hoje a satisfação de ouvirmos, nesta Comissão, o Ministro Saraiva Guerreiro, convocado, aliás, sugerido,

até porque não chegou a ser uma convocação, tanto S. Ex.^a, em várias oportunidades em que temos tido qualquer contato no Ministério, se prontifica a comparecer à Comissão para explicar qualquer problema, enfim, para se mostrar o mais aberto possível à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. S. Ex.^a fará a exposição que julgar adequada e, em seguida, será franquiada a palavra para os Srs. Senadores fazerem as perguntas e as indagações que julgarem úteis para o maior conhecimento dos assuntos em debate.

Dou a palavra ao Ministro Saraiva Guerreiro.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Exm.^o Sr. Senador, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Exm.^o Srs. Senadores:

E para mim uma grande satisfação estar aqui hoje, como estarei sempre pronto a vir. Pediria permissão ao Presidente da Comissão para fazer uma referência de ordem pessoal, inicialmente, porque eu me habituei muito, durante anos, não só como Ministro, mas como Secretário-Geral também e em várias ocasiões em que ainda, em anos relativamente longínquos, na Assembléia Geral das Nações Unidas, eu me habituei à convivência com um ilustre membro do Senado Federal e desta Comissão, o Senador Tarso Dutra, e não posso deixar que neste primeiro momento em que venho, estando ele ausente, de usar a oportunidade para expressar, ante à Comissão, o meu sentimento de falta e o meu sentimento de admiração que tinha por um homem de grande dignidade e de grande significação em termos de vida parlamentar brasileira.

Queria, ainda, Sr. Presidente, agradecer o convite que V. Ex.^a me endereçou para vir aqui, quando voltei da Reunião dos 77, em Buenos Aires, e que se originou de uma solicitação do Senador Itamar Franco, a quem quero agradecer esta oportunidade e o interesse que S. Ex.^a demonstrou, sugerindo que eu viesse aqui, para essa explicação.

Pelo que me lembro, havia uma manifestação de interesse por parte do Senador Itamar Franco, particularmente no que se referia àquelas conferências a que, recentemente, eu havia comparecido, a Reunião dos 77, em Buenos Aires, antes dela, a Reunião de Cartagena, na relação entre este tipo de trabalho multilateral e a situação econômica geral e as suas incidências no que se refere ao Brasil, e havia também uma menção de interesse pelos assuntos da América Central, a situação na América Central.

Então, eu me permitiria, de uma forma muito sintética, não quero tomar muito o tempo dos Srs. Senadores, e creio que sobre estes pontos eu posso fazer — se permite — uma exposição que, talvez, não creio que contenha, a exposição, novidades maiores para os Srs. Senadores, mas talvez dê uma maior precisão à atitude que tomamos nessas reuniões, embora elas sejam conhecidas em suas linhas gerais pelos Srs. Senadores.

Acredito que comentários tenham havido, e às vezes até manifestação da imprensa, de que há freqüentemente uma decepção, e faz-se uma certa confusão entre o curto prazo e o longo prazo em matéria das negociações econômicas multilaterais e há quem diga por que esse tipo de negociação, quando se sabe que depois de vinte anos os resultados foram tão escassos, o problema real é uma negociação a respeito da dívida, a respeito de cada produto que encontra na barreira e assim por diante. Nós entendemos que é preciso diferenciar as duas coisas. Evidentemente, a curto prazo, numa situação emergencial, é preciso atender a esse tipo de situação, e dentro daquele sistema, daquelas normas, daqueles parâmetros que existem, que são reais; e há um aspecto de médio e longo prazos, que é o trabalho de persuasão e negociação, com vistas a obter, na base do interesse comum, tanto em países em desenvolvimento, como em países desenvolvidos, parâmetros que sejam mais propícios para os países em desenvolvimento. São duas tarefas necessariamente liga-

das, mas que, mesmo do ponto de vista método, elas são diferenciadas.

No momento, no curto prazo, nós temos ações dos Governos dos países em desenvolvimento, num esforço conjugado com os governos dos países desenvolvidos e de organizações financeiras internacionais, para atender a situações emergenciais, criadas pelo endividamento externo. A nossa impressão, em que a própria situação emergencial demonstra, de certo modo, é que o sistema, em si mesmo, necessitaria de um exame e de uma reflexão mais profunda e, possivelmente, uma negociação para a sua atualização ou reforma. Há uma precariedade do sistema econômico e há questões estruturais que devam ser atendidas para dar uma maior estabilidade e previsibilidade a médio e a longo prazos. Isto é muito presente hoje, inclusive nos países industrializados. É óbvio que a ênfase é diferente, os países em desenvolvimento têm uma atitude, se se quiser, mais cirúrgica, ou mais interessada em um tipo de negociação que leve a resultados que mudam muito substancialmente o sistema, e os países em desenvolvimento, sobretudo, ultimamente em grande parte em consequência da crise na opinião pública, na opinião dos meios especializados, não é que haja unanimidade, isso não é uma questão em que possa haver uma coincidência total de opiniões, uma espécie de demonstração matemática da verdade, mas há essa sensibilidade, hoje, e talvez é um fato significativo se compararmos com a situação há dois anos de que cabe fazer um esforço.

Talvez eu possa, de uma forma simples, indicar a relativa evolução que é conhecida, que é pública, a posição dos Estados Unidos com relação com o que chamou de negociações globais nas Nações Unidas, na tentativa de fazer essas negociações, se caracterizava por uma crítica à idéia de se tratar tudo em seu conjunto, a posição era esta: por que não negociar no Fundo Monetário Internacional, que é um órgão sério e negociador, os assuntos financeiros, no GATT, os assuntos comerciais, e assim por diante?

Sempre dissemos que a situação havia chegado a um ponto que era impossível não tratar, não ter um ponto focal onde fosse possível encarar todas essas questões de moedas, de finanças, comércio, etc, com uma visão de conjunto, porque elas estão inter-relacionadas, na realidade, cada uma delas tem a sua especificidade, pode ter o seu método próprio de discussão e negociação, mas é preciso que num certo momento, num dado ponto, seja possível ver toda a complexidade desses diversos seguimentos de uma coisa só, se poderia dizer a economia mundial, mas houve uma certa evolução. E, hoje, as autoridades americanas, o próprio Secretário do Tesouro tem dito que, é preciso pelo menos, fazer uma reflexão, não apenas sobre os dois aspectos, mas, pelo menos, no monetário e o comercial num mesmo conspecto, e uma maior conexão entre Fundo Monetário Internacional e o Gatt. No caso dos países subdesenvolvidos é a OCDE. Isto está longe do que nós, os países em desenvolvimento, tínhamos proposto, mas é um progresso.

Ainda com outros aspectos menores, o Poder Executivo americano se dispôs ao aumento das cotas do Fundo Monetário. Apesar das resistências do Congresso ter pressionado o Executivo, há, evidentemente, diante da situação, um esforço, não só o emergencial, de atender a crise dos devedores, dos grandes devedores, como é o caso do Brasil, como mesmo se pensar numa flexibilização do aumento.

Ainda, num depoimento perante o Senado americano, há poucos meses, o próprio Secretário de Estado Shultz mencionou esse fato. Hoje os jornais estão reiterando o que ele já disse, que era preciso não levar os países devedores à política de austeridade, que pudesse ter consequências desestabilizadoras políticas e sociais, inclusive, que pudesse levar à destruição do próprio sistema produtivo desse País. Isso porque a interdependência hoje, na

verdade, é mais real no sentido de que também os países ricos dependem dos países pobres como mercado, como fonte de investimento, rendimentos e assim por diante, tem um ponto de vista de estatística diz que se torna muito fácil.

Ainda recentemente para continuar nos Estados Unidos da América o representante especial do Presidnete para negociações comerciais, fez declarações públicas lembrando que os países em desenvolvimento representam um mercado hoje para as exportações americanas praticamente o equivalente o *know-how* da CEE e do Japão juntos. E que isso significava em termos de emprego etc. É óbvio que ele fazia isso com vistas ao Congresso, onde as tendências protecionistas têm acentuado muito, procurando explicar que a questão da defesa de emprego, dentro dos Estados Unidos da América, não se pode fazer à base simplesmente de dificultar a entrada dos produtos dos países, que eles chamam recentemente de industrializados do mundo, numa base mecânica, automática porque se isso poderia manter alguns empregos, indústrias que a rigor vão se tornando obsoletas nos Estados Unidos, reduziria os mercados para a indústria de maior agregação de tecnologia e que tem uma alta competitividade no mercado mundial que não encontram ainda uma concorrência desses países que estão num estágio de industrialização menos avançado.

Então, o que chamamos de diálogo Norte-Sul, na sua essência, pelo menos do ponto de vista que nós, brasileiros, temos do essencial, visa a uma reflexão e a uma negociação em termos de interesses comuns com os países desenvolvidos. Ninguém tem a pretensão de impor a esses países eventuais soluções que sejam contrárias aos seus próprios interesses. Podem parecer contrárias a um interesse sefioral, interesse de curto prazo, mas é preciso demonstrar e persuadir que a médio e longo prazos esses países devem fazer um esforço de ajustamento interno visando a um tipo de economia em expansão novamente. Esse tipo de economia em expansão necessariamente passa pelo chamado Terceiro Mundo, pelos países em desenvolvimento.

É óbvio que tudo isso é uma rua de duas mãos. Às vezes se visa a volta à recuperação da economia dos países desenvolvidos, que se resolverá o problema dos países em desenvolvimento. Lógico, terá um efeito extremamente benéfico. Mas, não somos, nem sequer nós — de novo cito aqui o Secretário Shultz e outros — é que vêem e compreendem que para que a recuperação econômica, mesmo dos países industrializados, se sustente e se mantenha, será necessária que também os países em desenvolvimento tenham a sua prosperidade e voltem a ser bons compradores e bons parceiros financeiros e dar investimentos privados etc.

A situação até agora tem se desenvolvido no quadro dos acordos do Brethon Woods e para efeitos do GATT, um dos capítulos da Convenção de Havana, como sabe foi gorada — nós tivemos aqui um Senador que foi um dos nossos representantes nessa conferência e que deu uma contribuição muito importante, ainda jovem nas discussões lá em Havana. Mas, esse quadro, digamos quadro jurídico, a sua operação, a partir, sobretudo, dos anos 70, começou a dar mostras de necessidade de atualização e modificações. Digamos assim, durante muito tempo tentaram sem remédios. E a coisa vem de longe. Como V. Ex^{as} sabem houve o famoso Nixon Stot em 1971 que criou uma estabilidade monetária e cambial; depois as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979; o eurodólar; a passagem no caso dos países em desenvolvimento mais avançados do endividamento em relação às instituições públicas para o endividamento junto ao sistema bancário privado, no período chamado de estágio de estagflação, não desenvolvidos. Mais recentemente o choque dos juros, quer dizer, a política interna americana com vistas a resolver os seus problemas internos, os ajustamentos internos numa base inicialmente em termos monetaristas, tudo isso levando em 1982 a uma queda do

comércio mundial, pela primeira vez depois da Segunda Guerra, uma queda no total do valor do comércio mundial em 6%.

Houve uma deterioração dos sistemas de intercâmbio dos países do sul com os países em desenvolvimento, que são necessariamente mais vulneráveis, eles têm menor margem de manobras, têm menos capital acumulado, têm ainda investimentos a fazer na sua infra-estrutura mesmo em projetos essenciais, tanto econômicos, quanto sociais, que param, e que uma parada num país em desenvolvimento representa uma situação de pobreza, uma perda de esperança e uma instabilidade maior. Nos países desenvolvidos há problemas, mas há uma série de meios de alcochoar esses problemas por algum tempo.

Há mais de vinte anos como V. Ex^{as} sabem, esse diálogo nosso não se desenvolve. Teve a sua fase de retórica violenta de oposição, quase de agressão entre os grupos desenvolvidos com os subdesenvolvidos, com o grupo socialista, da Europa Oriental dizendo que não tinha nada com isso, que o subdesenvolvimento era resultado do colonialismo. É uma tese que não aceitamos, a situação real é uma situação de desenvolvidos e subdesenvolvidos. E o interesse a longo prazo de ambos os grupos, como disse, de reativar a economia de uma forma que leve em conta as necessidades e peculiaridades dos países em desenvolvimento e que fique claro que o tratamento diferenciado é mais favorável para os países em desenvolvimento não representa uma perda proporcional para os países desenvolvidos, mas, pelo contrário, será um estimulante até mesmo para a economia dos países desenvolvidos no curso do tempo.

Com a perda de entusiasmo pelo diálogo Norte-Sul, com a frustração constante, alguns países, particularmente Canadá, México e Austrália, tentaram a reunião de chefes de Governo, que se realizou em Cancún, países escolhidos, selecionados, para que pudessem reunir, inclusive os Estados Unidos se dispusessem a participar. Foi necessário caracterizar esse encontro como um encontro que não era de negociação, que não tinha uma agenda estrita, que não agiriam os diversos grupos em função de grupos, mas cada qual por si mesmo. Cada país levando as suas opiniões e as suas sugestões, é óbvio que haveria coincidência conforme as circunstâncias desses países, uma coincidência com outros países que estão nas mesmas circunstâncias. Mas não haveria uma coordenação prévia entre eles para se apresentarem com uma atitude de luta.

Essa reunião teve resultados muito pequenos. Conceitualmente sim, houve um reconhecimento. Está lá nas conclusões dos presidentes, da importância do Sul na economia internacional, aquilo que já me referia antes, e da importância da cooperação internacional para o desenvolvimento, com vistas à reativação da economia mundial. Quer dizer, a idéia geral, o conceito de ordem geral foi, realmente, aceito. Em certo sentido, isso tem uma certa significação, porque havia uma corrente muito forte, que entendia que os efeitos benéficos para as economias dos países em desenvolvimento viriam automaticamente pelas forças do mercado e do comércio internacional. Aqui, houve um certo reconhecimento de que era preciso alguma ação de cooperação internacional volitiva deliberada, mas sem entrar em nenhum detalhe.

Nós vimos na reunião GATT de novembro passado, também uma frustração muito grande, a erosão dos princípios do livre comércio. Aí, a principal confrontação a rigor era ainda os Estados Unidos e o CEE. É uma situação curiosa em que o Brasil, que a rigor sempre foi muito crítico no GATT, embora participasse desse princípio e fizesse um esforço para participar, a rigor nessa reunião defendeu as próprias idéias básicas do GATT, em termos de oposição às tendências protecionistas. Foi nesse quadro, então, que se iniciou a preparação para a 6ª UNCTAD, e pelo sistema adotado os países em desenvolvimento fazem reuniões regionais,

uma na América Latina, outra africana e outra dos países em desenvolvimento na Ásia. E a América Latina se reuniu em Cartagena, e a posição que foi expressada pelo Brasil e pelos demais países em geral latino-americanos, tanto em Cartagena quanto em Buenos Aires, e creio que do ponto de vista de tom e atitude, nós poderemos ter tido alguma influência.

Creio que isso poderia se resumir da seguinte maneira: as mensagens eram de realismo e moderação, como se vê na mensagem do diálogo e consenso em Buenos Aires. Quer dizer, não a idéia de que se vá para uma conferência não optar de votar por maioria, isto é inútil, mas sim um esforço de persuasão e negociação. Há uma maior seletividade nos pontos do temário a que se deu ênfase, ao invés daquela listagem imensa de temas, todos eles muito interessantes, todos eles importantes. Houve um consenso em dar uma prioridade nas manifestações da posição dos países em desenvolvimento, nas questões de comércio e finanças. E uma ênfase, como é natural, da posição desses países na necessidade de uma negociação com vista a mudança dos parâmetros do próprio sistema econômico, é uma divisão de medidas, exposição das opiniões nos dois planos de medidas imediatas relativas a apoio ao balanço de pagamentos, as crises de pagamento, a reativação dos fluxos financeiros e problemas de comércio e matérias-primas. Mas, um esforço simultâneo de encerrar e tentar negociar as questões estruturais.

A posição especificamente nossa desde o princípio, acho que desde Cancún, inclusive desde antes, mas é exposta de uma forma bastante sintética no essencial, era essa de que a crise é global, evidentemente, e que o endividamento em si mesmo não é ele a crise, ele é expressão da crise maior. É o resultado da erosão da cooperação internacional, e não é um simples acidente, nem um episódio superável a curto prazo, se as regras do jogo forem estritamente mantidas.

Assim o Brasil tem agido nos dois planos. No plano emergencial, de acordo com as regras do jogo, fazendo um esforço enorme para manter sua credibilidade. E, por outro lado, uma expressão de opinião e um esforço de persuasão no sentido da mudança dos próprios parâmetros, das próprias regras do jogo, de uma forma que atenda os países em desenvolvimento e que nós entendemos será também tão necessária para os países desenvolvidos a médio e longo prazos. Eu hesito em citar-me, mas tanto em Cartagena quanto em Buenos Aires, procurei expressar essa idéia de que a médio e longo prazos é preciso ir além das medidas emergenciais, ao dizer que não podemos aceitar a suposição de que a questão do endividamento se resolva por força unicamente da implementação de políticas de contenção pelos países em desenvolvimentos.

Nenhum de nós negará a necessidade de medidas de austeridade nas presentes circunstâncias, mas é preciso ter em mente que se nos países desenvolvidos tais medidas fazem sentir em termos de redução e de consumo, por uma população de alto nível de renda, nos países em desenvolvimento o que se reduz é, muitas vezes, a própria margem de sobrevivência de amplas camadas sociais e etc. E faço a comparação. Mas, a conclusão é sempre de que o que deve haver é uma negociação, um esforço para encontrar soluções de interesse. A posição até hoje dos países em desenvolvimento, mesmo a Americana hoje, apesar de, como mencionei, uma consciência, ou pelo menos, de uma explicação de uma consciência da necessidade de ação emergencial, e mesmo certa melhora no sistema existente, é, talvez pudesse dizer assim; o sistema financeiro, por exemplo, como ele existe, diante de um grave problema que se verificou com a situação de endividamento de vários países, inclusive o Brasil, agiu muito bem. E nesse sentido que enfrentou uma situação além daquilo que normalmente fora previsto. Quando o sistema de certa forma definido, se foi formando, houve medidas emergenciais, uma espécie de rede de segurança, de emergência, por parte do Tesouro americano, por parte

do Banco Internacional de Compensações da Basileia, um certo esforço por parte dos grandes bancos, pelo menos, assim por diante.

Isso é verdade, houve um esforço muito grande, se não houvesse os danos seriam consideráveis para todos, inclusive pelo sistema bancário. Mas, o que nós nos perguntamos, é se não se deve buscar algum marco de operações, uma normatividade que previna o surgimento de crise desse tipo e, ao mesmo tempo, leve em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, a diferenciação de tratamento que logicamente faz sentido no caso deles, e mecanismos de negociação e cooperação que funcionem de uma maneira preventiva, mas, eficiente.

Na verdade, o próprio Presidente Figueiredo, no seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, menciona todos esses pontos da posição brasileira de ordem geral, e disse ele, que não há uma crise entre o Norte e o Sul, há uma crise do sistema. Não há uma conspiração do Norte contra o Sul, ou uma rebelião irracional contra países industrializados, mas o sistema em si, atualmente favorece os países do Norte, pelo menos de imediato, e nós achamos que ele precisa ser reformado com vistas a favorecer ambas as partes de uma forma mais equitativa. Como disse o Presidente, na base do ajustamento à nova realidade, entre ela destacou a emergência do Terceiro Mundo em termos e seu peso como mercado, como observador de tecnologia e de capitais, etc. Mencionou sua preocupação com a deterioração das instituições multilaterais, sua decepção com Cancún fez uma crítica a certas políticas econômicas dos desenvolvidos, juros excessivos, protecionismo e às situações insustentáveis geradas pela elevação do custo de serviço da dívida e fez uma exortação a medidas para liberalização do comércio, expansão dos fluxos financeiros e redução dos juros. As mesmas idéias foram reiteradas na declaração do Presidente Figueiredo, do Presidente La Madrid, na recente visita bilateral, em que eles se dirigiram inclusive aos chefes de governo dos sete países mais industrializados, vão se reunir em William Sburg proximamente, buscamos ajudar a conformar um processo negociador, procurando nisso ser moderados e racionais, não partindo para fantasias, mas procurando persuadir sobretudo, com vistas à retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento, em uma abordagem que interligue os diversos aspectos do problema sobretudo, comércio, finanças etc.

É óbvio que esse diálogo não vai resolver as situações agudas de endividamento, como o Senador Itamar Franco mencionava na sua solicitação, que se fizesse um pouco qual a relação com o problema de dívida externa. É óbvio que esse tipo de diálogo Norte-Sul, não vai resolver os problemas agudos e emergenciais. Pode servir para que solução dessas situações se faça ou venha a ser influenciada, se tivermos êxito nesse esforço de persuasão e negociação, é possível que essas situações agudas possam vir a ser tratadas com algum reflexo de uma visão mais ampla, de uma perspectiva de longo prazo, de tal modo que, a crise de endividamento não se transforme em mais um enorme óbice ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, mas sirva talvez para dar início à remoção de certos obstáculos que a presente estrutura do sistema coloca para as nações em via de desenvolvimento.

Aí, esta, digamos assim, que é a relação entre o que pretendemos como percepção, como sugestão do que deve ser a modificação do sistema e a sua possível influência se esse trabalho de persuasão tiver efeito sobre a influência, sobre o reflexo, sobre a maneira de tratar, mesmo dentro das normas atuais, dos parâmetros atuais, tratar em concreto a questão do endividamento. Creio que sim, se é que eu podia dizer e não creio que tenha acrescentado muito ao que os Srs. Senadores conhecem.

Mas Sr. Presidente da Comissão, pergunto se devo interromper agora, para que me façam as perguntas que

desejarem sobre esses aspectos, ou se devo passar, de imediato, a fazer uma pequena exposição sobre América Central, que eu creio que era o outro ponto principal a que o Senador Itamar Franco se referiu na solicitação inicial para a minha vinda. Como é que o Sr. preferiria?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Acho que seria talvez melhor, V. Exª concluir toda exposição, e depois se abriria um debate, também amplo, para os dois temas.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sobre a América Central, a rigor, se se quiser, não é um assunto totalmente divorciado daquele que vínhamos tratando antes. Temos dito, várias vezes e reiteradamente, e de um modo geral todos admitem, não apenas o Governo brasileiro, mas mesmo os demais países que têm analisado o problema da América Central, que o fenômeno, que a intranquilidade, que a instabilidade, que a tensão que existe na região é, em grande parte, é essencialmente, ou é no seu sentido mais profundo, um reflexo do subdesenvolvimento, uma forma de subdesenvolvimento de estruturas econômicas e sociais que acabaram em muitos desses países, não todos, se anquilosando, e uma certa impossibilidade de uma evolução que criasse, que elevasse em geral o nível de vida médio do povo, ou que criasse segmentos intermediários na sociedade, e assim por diante. E, há toda uma história por detrás, muito longa, nesses países, de uma presença, ou de uma influência muito grande dos Estados Unidos da América. Há, enfim, toda uma gênese dessa situação, que é muito conhecida e todos estão de acordo em que exista.

O Brasil tem tido nessa região uma presença limitada, muito boas relações com cada um desses países, num comércio diminuto, embora estivesse em crescimento, um certo tipo de relações culturais interessantes, convênios assinados que facilitavam aos jovens desses países a entrada em universidades brasileiras. Há muitos profissionais liberais técnicos em todos esses países, que fizeram seus estudos no Brasil. Mas, nunca estivemos, de fato, envolvidos diretamente nas questões da América Central. Nós nos manifestávamos, em várias ocasiões, no passado, quer na OEA, quer nas Nações Unidas, quando havia um problema.

Temos entendido, isso falando no campo operacional, e desde o princípio dissemos e apoiamos, que os esforços da Venezuela, Colômbia, México, atualmente, esses três países e o Panamá estão fazendo um esforço para buscar aquilo que sempre buscamos: uma solução política, uma solução negociada. Em alguns momentos, também, embora nós tenhamos um escrúpulo extraordinário de dar mesmo qualquer indicação sobre questões internas de outros países, tenho repetido, nós nunca agimos como professores e juizes, não temos receitas, mas mesmo em algumas ocasiões no caso em conjunto, por exemplo, de visitas do Presidente Figueiredo a países vizinhos, temos acrescentado o voto de que a solução política encontrada seja democrática e pluralista, além de pacífica e negociável. Não temos ido além disso, porque é muito difícil resolver, de fora, os problemas que resultam de um processo longo e profundo.

Nós entendemos que a base para a solução — e temos dito isso muitas vezes — é a autodeterminação e não-intervenção. Ora, não-intervenção se aplica a todos. — Falamos da nossa política sempre pragmática e responsável, mas podemos falar que ele é precipista, em certos aspectos ela é basicamente assim. Por isso que não uso rótulo algum nestes quatro anos. Ninguém percebeu isso porque ninguém está seguindo a política externa, só duas ou três pessoas. O único foi um jornalista, Luiz Alberto Bahia, de *O Estado de S. Paulo*, faz dois anos que notou isso, que eu não uso rótulo. Não que eu ache errado, o uso do rótulo, "pragmatismo responsável". Não acharia errado que se dissesse que a política externa brasileira é precipista. Mas, isso é uma coisa a ser definida pelos historiadores, pelos acadêmicos no futuro.

Nós operamos dentro de certos princípios. Quer dizer, estamos vendo na realidade diante das situações concretas, aquilo que as soluções que são politicamente possíveis e que mais se aproximam da implementação dos princípios. Isso não é novo, nem é matemática, mas não se faz mecanicamente, se se fizesse, os assuntos internacionais seriam resolvidos por uma corte internacional, e não o são. Isso é objeto de negociação, de aproximações, de busca, de encaminhamento pacífico. Naturalmente, os princípios são guias, não são mecânicos. Entendemos que nesses países esse princípio da não-intervenção é muito importante. Para que ele exista e produza seus efeitos, é preciso que haja uma adesão a esses princípios por parte de todos e um cuidado extraordinário por parte de cada um; o que é muito difícil de prever. Agora o grupo de Contadora está fazendo um esforço nesse sentido, conversando bilateralmente com cada um, depois em conjunto. Não está entrando propriamente no mérito, nem agindo a rigor, nem sequer como mediador, mas como amigável componedor, como se diz em espanhol — conciliador.

Neste momento, do nosso ponto de vista, não nos parece conveniente que tenhamos nenhuma ação mais concreta do que resta de dar apoio a esse grupo. Não temos, em absoluto, por que adiantarmos numa receita detalhada sobre como deve ser resolvido o problema. É do interesse nosso e achamos que é possível uma evolução política da situação, dar esse apoio a esse grupo que está fazendo esse esforço.

Por isso, Sr. Presidente da Comissão, neste assunto não gostaria de ir além daquilo que todos conhecem, que é a posição de princípio do Brasil e do ponto de vista diplomático operacional essa posição de apoio político aos países do grupo de Contadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concluída a exposição do Sr. Ministro, deveria dar a palavra, preferencialmente, se quiser usá-la, ao nobre Senador Itamar Franco, que foi quem solicitou a presença do Sr. Ministro nesta Comissão.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, agradeço a preferência que V. Exª me deu. Não sei se devo educadamente aceitar ou não, mas vou aceitá-la.

Evidentemente, vou abordar, a primeira parte positiva do Sr. Ministro das Relações Exteriores. Mas, de pronto, fazendo uma reclamação muito respeitosa da demora que os Ministros de Estado tem em atender as convocações do Congresso Nacional. Digo isso, Sr. Ministro, com muita sinceridade, porque há horas que sinto-me responsável. Não é porque V. Exª está no cargo de Ministro de Estado, mas por ter sido relator de V. Exª quando foi chefiar uma missão do Brasil no estrangeiro. Tive o prazer de relatar favorável, como muita alegria para mim, a sua presença nesta chefia.

Vê V. Exª que há mais de 40 dias fizemos essa solicitação. Não vejo, às vezes, o escrúpulo que tem o Congresso Nacional em se dizer que foi convocado ou convidado. Isso não importa. O importante é a presença de V. Exª, hoje, neste Congresso Nacional. Veja V. Exª que se abordou o problema da Reunião dos 77 em Buenos Aires, e há quanto tempo esta reunião se processou. O problema da Nicarágua, e vou dizer que fiquei decepcionado com a intervenção de V. Exª, em relação ao aspecto do problema da América Central e da Nicarágua. E vou dizer porque fiquei decepcionado, não com a pessoa de V. Exª, mas, com a explanação que a mim não me convenceu, e que não traz ao Congresso Nacional e, particularmente, ao Senado Federal e a sua Comissão de Relações Exteriores, nenhum fato novo. Esperávamos aqui uma intervenção mais explícita do Ministro de Estado. Evidentemente, uma coisa que tem-se defendido, Sr. Ministro, e aqui quero fazer uma ressalva muito importante

ao Presidente do Congresso, Senador Nilo Coelho. Quero dizer a V. Ex^a, nobre Senador Nilo Coelho, que, como homem do Governo, hoje Presidente do Senado, V. Ex^a tem se posicionado na defesa de uma maior intervenção no Congresso Nacional, particularmente no Senado Federal. Pode parecer aos menos avisados que só agora começa-se a interessar pela política externa. Pelo contrário, V. Ex^a e eu, e tantos outros que, não agora, mas há muito temos exigido mesmo que o Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, tem o direito, tem o dever não apenas de aprovar os Srs. Embaixadores, mas de referendar ou não os atos internacionais. E nós precisamos conhecer os atos internacionais.

Mas, Sr. Ministro, encaminharia assim na parte da ordem econômica algumas perguntas a V. Ex^a — e é claro que não conhecendo, diria eu que Senadores da República precisam conhecer com prioridade a parte expositiva para que não cometam nenhuma interpretação indevida ou pergunte aquilo que já foi exposto, e é tão difícil realmente, V. Ex^a que é homem que está no dia-a-dia da ordem diplomática, enquanto nós estamos no fluxo de informação, agora, e dentro desse fluxo de informação, nesse instante, para raciocinar o que nem sempre é facilitado.

Mas, perguntaria a V. Ex^a, na primeira parte, o seguinte: sabemos que o Governo brasileiro vem defendendo nos foruns internacionais a necessidade de uma nova ordem econômica. Desconhecemos, entretanto, qual a proposta específica que vem sendo apresentada, que tipo de mudanças estruturais são reivindicadas, que mecanismos de controle sugerimos. Enfim, que ordem alternativa visamos, se é que há uma ordem alternativa. Esta é a primeira pergunta que desejáramos saber de V. Ex^a.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Excelentíssimo Senhor Senador Itamar Franco, devo explicar o seguinte: quando V. Ex^a fez o requerimento, eu estava viajando. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores manteve um contato comigo a minha volta da viagem. E, a rigor, esse foi o primeiro dia possível, dentro da minha agenda, para vir e, mesmo assim, esse é um dos chatos, digamos, entre outras modalidades de engargo. Mas, devo dizer que tanto um assunto quanto o outro, fossem eles expostos há um mês atrás, ou expostos, hoje, a situação, na verdade, é a mesma nesse sentido de que não houve nenhum evento interveniente importante.

Do ponto de vista do chamado diálogo Norte-Sul, o poróximo evento importante é a Conferência Sexta (UNCTAD) em Belgrado em princípios de junho e eu irei a essa conferência, pelo menos na parte inicial, terei contatos com vários chefes de delegações para a minha intervenção, e depois a conferência continua por mais uns vinte dias sob a chefia da delegação do nosso Embaixador Maciel. A minha preocupação era vir aqui antes dessa reunião da conferência e tive de fazer um esforço para isso, porque fiz com muito prazer.

Devo dizer, e temos dito isto, que é uma política externa, no caso felizmente a do Brasil, deve refletir o que o País é e os seus interesses. É óbvio que, para nós, o debate nas Casas do Congresso pode ser muito útil, com reflexos das correntes de opinião dentro do País. Acreditamos que, até hoje, a linha que temos tomado, que o Governo Figueiredo tem tomado nas relações externas do País, quer bilateralmente, quer nas discussões dos temas universais, nas negociações multilaterais, reflete um consenso ou um quase consenso nas suas diretrizes gerais, nas suas linhas básicas do que o Brasil é e das tendências de opinião pública no Brasil.

Devo dizer ainda, que eu soube e fiquei muito grato pela opinião favorável e generosa do Senador Itamar Franco, quando relatou a esta Comissão a indicação do meu nome para Embaixador, em Paris, em 1978. Não me esqueço desse fato e sei que o Senador Itamar Franco

tem um interesse por política externa e acho isso muito estimulante.

Devo dizer, também, que todos os tratados têm sido submetidos à aprovação do Congresso, como manda a Constituição, e nem podia ser de outra maneira. O que talvez se possa fazer desde já, mesmo através de minhas relações com o Congresso, é fornecer, suprir, por exemplo, as resoluções das diversas conferências, os textos das intervenções da delegação do Brasil sobre o debate geral e sobre pontos importantes, enfim, esse tipo de material que dá uma informação, digamos, documental importante.

Tudo isto é publicado, mas é uma questão de organização e de facilidade de acesso de organizar isto como fluxo normal diretamente para esta Comissão. Estarei sempre pronto a vir aqui ou a receber, também, informalmente, qualquer membro da Comissão que deseje conversar sobre qualquer assunto. Isso eu tenho feito com vários, neste mês com uns dez, e tenho, dentro de qualquer pergunta, dito o que posso dizer.

Sobre o caso da pergunta específica que diz respeito à nova ordem econômica internacional, não há um projeto detalhado e único. Há elementos que são comuns a todas as apresentações de idéias por parte do País em desenvolvimento. Esses elementos seriam os elementos a negociar, digamos assim, constam inclusive de resoluções quer da UNCTAD, quer da Assembleia Geral, mas que podem ser, como disse, sob uma grande variedade de temas. A proposta da conferência de Buenos Aires, disse que tinha havido uma concentração em dois, finanças e comércio, mas que implicam, por exemplo, uma maior liquidez, um maior acesso a financiamentos públicos, inclusive, das instituições multilaterais, a melhores condições de pagamento em termos de prazos, em termos de juros, a uma definição dos condicionalismos que, necessariamente, terão de existir para concessões de empréstimos um pouco mais flexíveis na área dos produtos de base, uma luta por acordos de produtores e exportadores. Produto por produto, conforme as características de cada produto, como nós temos no caso do café, no caso do açúcar, não temos conseguido concluir por causa da situação particular da CEE. E há inúmeros outros, há vários deles funcionando bem e outros não funcionando tão bem. De modo geral, o do café é o único que tem funcionado com uma certa regularidade.

E as modalidades são as mais diversas, são objeto de negociação: os sistemas de quotas, sistemas de estoques reguladores, cooperação dos importadores para fiscalização das quotas para que não hajam exportadores, quando eles mesmos violam os acordos, portanto mais que sua quota, ou os importadores importarem de países de fora do acordo, assim por diante. Os africanos, sobretudo, se interessaram muito pela criação do que se chama fundo comum que, afinal, foi criado — e os próprios países envolvidos aceitaram — de dimensões pequenas com contribuições sobretudo dos importadores, mas também dos exportadores e que serviria como uma espécie também de reserva, de linhas de recursos, quando um dos acordos específicos de produtos de base estivessem sem meios de manter um estoque, ele poderia recorrer a esse fundo comum. Essa foi uma iniciativa que nós apoiamos mas, por motivos políticos, não vimos, nessa iniciativa, uma solução capaz de, realmente, alcançar um objetivo maior, mas foi uma idéia que se conseguiu desenvolver.

Em matéria de produtos de base, como se sabe, isso é muito importante para o Brasil, apesar de que, hoje, metade das nossas exportações são de produtos manufaturados, mas ainda é fundamental a exportação de produtos de base. Mas para muitos países é uma questão de vida ou morte há países, como os Srs. sabem, que têm 70% de sua exportação concentrada num produto. Era esta a nossa situação nos anos 30, e uma queda brusca de

preços desses produtos organiza completamente a vida deste País.

Sempre nos batemos, é um dos pontos cardiais de uma nova ordem econômica Mundial, que haja mecanismos que efetivamente evitem essas variações violentas e a deterioração constante dos preços das matérias-primas dos produtos de base. No campo do comércio, em que se ensera a questão dos produtos de base, temos defendido no BATT e na UNCTAD, aquilo que exige um tratamento diferenciado. Conseguiu-se no GATT, há muitos anos já, introduzir um novo capítulo ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio sobre reciprocidade relativa.

O GATT se centralizou, desde a sua origem, na questão de baixamento nas tarifas de alfândega. Então, para simplificarmos o caso, quando um país dá uma concessão, eles fizeram uma concessão do outro há uma fórmula para calcular o valor de cada concessão, e é um toma cá dá lá, pelo menos em princípio na base da igualdade de concessões, da comparatividade de concessões. Então o princípio na base da igualdade de concessões, da comparatividade de concessões. Então o princípio geral de que dos países em desenvolvimento não se devia exigir concessões exatamente iguais, mas podiam ser relativamente menores, quer dizer, um tratamento diferenciado, em princípio, em tese, foi aceito. Como operacionalizar isso, nunca se conseguiu completamente.

Na preparação do chamado *tok round*, que foi um esforço para enfrentar as formas que se haviam desenvolvido para, enfim, executar políticas de proteção, por fora do que havia sido negociado no GATT, por fora da questão de tarifas de certas barreiras mais conhecidas e a invenção de novas barreiras e, ao mesmo tempo, práticas consideradas distorcivas como subsídios, etc, isso durou muitos anos de preparação. A Delegação do Brasil no GATT foi muito ativa no contexto Comércio é Desenvolvimento, na elaboração de conceitos e de fórmulas que pudessem ser negociados com vistas a um tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento.

Havia várias idéias concretas e nós podemos mandar uma listagem dessas idéias que foram propostas, nem todas foram aceitas, uma relativas à escalação tarifária outras ao diferimento no tempo das concessões que os países em desenvolvimento fizessem, quer dizer, eles teriam de imediato a concessão que se desse em matéria tarifária ou de barreiras, mas o seu comprometimento em reciprocidade, ao invés de ser imediato seria deferido no tempo, com prazos marcados, e assim por diante.

Isso tudo são coisas muito concretas. Mas o conceito da nova ordem econômica internacional que nós temos usado implica numa aceitação não só de conceitos mas sobre operacionalização como algo natural, como algo que está embutido no quadro jurídico, digamos, das relações de finanças, de comércio etc. Nós podemos passar, talvez, para cada uma das áreas do relacionamento econômico internacional, que sempre haverá da parte daqueles países em desenvolvimento que defendem uma ordem econômica internacional, será sempre isto. Um tipo de tratamento para os países em desenvolvimento adequado, que reflita suas necessidades específicas às suas circunstâncias.

Os países em desenvolvimento importarão tanto quanto puderem porque são carentes, eles precisam de bens e de serviços para desenvolver sua infra-estrutura, precisam da poupança externa. Se não fosse assim, não seria em desenvolvimento. Ou seriam desenvolvidos ou seriam países subdesenvolvidos, mas totalmente estagnados. Então, este processo dinâmico que é o desenvolvimento de um país em desenvolvimento, requer esses aportes estrangeiros de fora, e eles precisam pagar isso de alguma forma e a forma que terão de pagar será vendendo bens e serviços, e a longo prazo as contas se equilibrariam de alguma maneira, por diversos processos.

É lógico que este é um raciocínio para médio e longo prazo. Não é um raciocínio para resolver as contas a fe-

char no fim do ano. Mas, como eu disse, a relação dessa visão, desse trabalho de persuasão e da disposição de negociar essas modificações, se e na medida em que se tiver mesmo que não totalmente, mas, parcialmente, por setores, por propostas ou sugestões concretas, ou uma crescente aceitação por parte dos países desenvolvidos, pode ter até mesmo um reflexo benéfico na atitude com relação à negociação de dívida e tudo isso. E quando se fala de uma nova ordem econômica internacional é preciso ver que isso está colocado num contexto de países soberanos e independentes e que não se poderia pensar hoje, não há clima para sentar e fazer uma grande convenção mundial que substitua no seu conjunto os Tratados, as convenções de Bretton Woods e o Tratado Geral de Comércio e Tarifas, não há ambiente para isso. Nós exploramos todas as vias, as vias setoriais, assunto por assunto. Mas temos de manter uma visão de conjunto, um conceito do que poderia ser essa nova ordem econômica internacional e como ela funcionaria com esse tratamento diferenciado, como esse estímulo por todas as formas aos países em desenvolvimento poderia reverter e reverteria na expansão maior da economia mundial para a qual nós temos de caminhar. Não podemos — nem os países desenvolvidos, nem muito menos nós — estar numa espiral descendente e de efeitos negativos cumulativos, cada qual se fechando mais, cada qual comprando menos, cada qual se empobrecendo e à medida em que cada um faz isso, forçado pelas circunstâncias, tem um efeito cumulativo no empobrecimento dos demais, inclusive dos mais ricos a longo prazo, se esse processo descendente não for parado.

Não sei se pude satisfazer ao Senador Itamar Franco, mas eu não poderia dizer o que seria a nova ordem econômica internacional na forma, digamos, de um projeto de tratado. Eu posso dar uma idéia da motivação dos conceitos de como a título ilustrativo isso se refletiria num caso ou noutro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Acredito que, neste momento, a Presidência deve trazer aqui uma informação para assinalar que a demora que houve na vinda do Ministro à Comissão, decorreu de circunstâncias do conhecimento da Presidência e nunca de uma proteção provocada ou suscitada por S. Ex^a.

Houve uma série de viagens do Presidente, viagens do Ministro, e sempre S. Ex^a se colocou em contato com a Presidência da Comissão de Relações Exteriores para encontrarmos um dia mais adequado.

Como é sabido, para haver uma maior presença da Comissão, essas reuniões devem ser entre terça e quinta-feira, marcar uma reunião dessas na segunda-feira ou na sexta-feira, é realmente, pelo menos, temerário.

De forma que, nessas circunstâncias, tive que combinar com o Ministro que fosse, às vezes, atendendo viagens de S. Ex^a ou viagens do Senhor Presidente da República, que houvesse essa proteção inclusive porque a matéria, segundo me parecia ou me parece, e também é a opinião de S. Ex^a, não oferecia nenhuma urgência, não haveria prejuízo para as decisões ou para o conhecimento da Comissão, que o depoimento fosse prestado hoje ou numa segunda-feira, há 15 ou 20 dias atrás.

De forma que se foi danoso para a Comissão e se há algum motivo de crítica para isso, a Presidência quer assumir, pelo menos, grande parte dessa responsabilidade.

Continua com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, já vejo o nobre Senador Roberto Campos ali levantando o dedo, vou dizer a ele...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Para depois.

O SR. ITAMAR FRANCO — Temos algumas perguntas a fazer ao Ministro, mas poderia até ceder a vez ao Senador Roberto Campos, se quiser ficar...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não, Não!

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a pode até fazer a pergunta, porque seria interessante...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Não, o Senador Roberto Campos pediu apenas que, depois de V. Ex^a, deseje usar a palavra.

Continua com a palavra V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, nós precisamos terminar com esse problema de milindres. Eu, particularmente, achei que o Ministro poderia ter vindo antes, opinião minha. E respeito a posição de V. Ex^a e do Ministro, mas discordo também quando se diz que os fatos são os mesmos. Os fatos não são os mesmos e nem poderiam ter sido os mesmos, em função sobretudo quando tentamos abordar o problema da Nicarágua e da América Central, outros fatos aconteceram aqui, a própria presença dos aviões líbios no Brasil, com carregamento de armas para Nicarágua, era um fato novo que já poderia ter sido ultrapassado com a vinda ou não de S. Ex^a o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, ao final da reunião ministerial do Grupo 77, realizada em Buenos Aires, noticiou a Imprensa que o nosso Governo posicionou-se frontalmente contra qualquer iniciativa pendente na formação de um bloco de países devedores. Essa posição é da responsabilidade do Itamaraty ou foram os setores econômicos-financeiros do Governo que ditaram esta estratégia diplomática?

E há pouco V. Ex^a se referia a essa nova ordem econômica, e aqui recordamos que o Presidente Reagan acha que não é preciso uma nova ordem econômica quando ele diz que as forças do mercado é que devem agir.

Evidentemente, para o Presidente de uma nação poderosa é muito fácil falar em forças do mercado, mas para nações que buscam o desenvolvimento, como o Brasil e outras, me parece, evidentemente, que deveriam ou poderiam se constituir em grupos quando nada a para exigir ou ter uma força de persuasão. É a pergunta que encaminho a V. Ex^a

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Senador, esta é a questão da renegociação em conjunto da dívida externa dos países endividados, foi objeto de uma pergunta, em Buenos Aires, de jornalistas que fizeram a pergunta, e a minha resposta foi a seguinte: o que nós aqui, em comum, podemos apresentar a respeito do aspecto financeiro, do aspecto inclusive da dívida, dos fluxos de recursos, etc., é uma plataforma comum que já temos e vamos desenvolver sobre conceitos, sobre normas, inclusive até sobre modalidades de operação.

Agora, a negociação com os bancos credores dificilmente poderia ser feita em conjunto, porque há uma especificidade evidente na dívida de cada um desses países, na sua condição relativa quanto a prazos, ao perfil da dívida, quanto à potencialidade ou não de pagar e, até mesmo, quanto às decisões políticas de governo que são variáveis e dificilmente nós poderíamos nos entender para fazer um tipo de negociação propriamente dita com os bancos em conjunto.

Podemos, isso sim, ter uma plataforma comum em termos de posição no Grupo dos 24 dentro do FMI, em termos das posições multilaterais que vamos tomando, e isso existe. Isto é uma posição de Governo. Evidentemente, no Governo Figueiredo há coordenação, eu não diria lá em Buenos Aires, algo que fosse contrário à posição dos meus colegas da área econômica ou alguma orientação do Presidente da República.

Devo dizer, também, que os demais países, na situação que estava o Brasil, como o México, a Argentina, para citar estes dois principais, também tinham a mesma posição — de modo que até mesmo inicialmente seria difícil uma decisão de fazer uma negociação conjunta, quando

os países devedores, e por motivos lógicos e específicos, cada um deles não via essa possibilidade prática.

Agora, não é que o assunto não possa ser estudado, considerado, eu não vejo muito, e tão pouco os Ministros da área econômica no Brasil, como tornar operacional esse tipo de ação conjunta. A pressão conjunta no sentido de obter melhores parâmetros, melhores condições em geral, conceitos, normas, isso sim.

Agora, não conheço ainda o documento porque é muito recente esses documentos, o Presidente do Equador havia pedido ao secretariado da CEPAL e ao secretariado do SELA que fizesse um estudo sobre a situação da América Latina na emergência, na situação, e nesses estudos parece que há alguma sugestão sobre dívida em termos de uma ação conjunta. Mas eu não conheço os termos ainda, isso foi entregue dia 15 ao Presidente do Equador, que pediu que os demais presidentes mandassem enviados especiais para receber esses documentos, e o nosso Presidente designou o Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty. Não vejo que esses empresários possam discutir lá a substância dos documentos, isso terá que ser estudado nas capitais e com cuidado. Mas, talvez possam e é isso que talvez se verifique, pelo menos é o que prevemos, que estabeleçam entre eles algum prazo ao fim do qual poderia haver uma troca de análises e comentários entre os diversos governos, seguida, possivelmente, de uma reunião para examinar.

Mas, mesmo esses documentos, eu não conheço o texto, não posso dizer, em que sentido, por exemplo, o documento SELA, se refere ou prevê a possibilidade de negociação conjunta de dívida. A apresentação de posições comuns, em termos, como eu disse, de conceitos e de normas, de parâmetros desejáveis, isto sim, certamente nós já tínhamos e será mantido e aprimorado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Ministro, tem o Itamaraty perdido espaços para os setores econômicos de outra área governamental? Explico: participou, por exemplo, das negociações com o BIS, com o Tesouro americano?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sr. Senador, não há por que o Itamaraty necessariamente participar, a responsabilidade principal, obviamente, é do Banco Central brasileiro e dos Ministros da Fazenda e, no nosso caso também, do chefe do SEPLAN. É uma negociação com banqueiros sobre a dívida, da mesma forma que nós não negociamos a tomada dos empréstimos. Nesses casos, o que o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores pode fazer é, sempre que haja necessidade, as gestões diplomáticas junto a um governo ou outro, ou apoiar a ação dos Ministros da área econômica nessa área. Não é da competência necessária, nem mesmo habitual, de nenhuma cancelaria essa negociação com bancos ou Tesouros estrangeiros. Aliás, não é só no caso do Brasil, se V. Ex^a for examinar as negociações levadas a cabo pela Argentina verá que é o Ministro da Economia, que é o Banco Central, o Banco da República, se for examinar como o Governo mexicano tratou da sua dívida, V. Ex^a verá que são as autoridades econômico-financeiras, é evidente que a Chancelaria tem que saber, ele tem que ter a visão de toda a face externa do País, mas isso não quer dizer que tenha que negociar cada assunto quando a responsabilidade principal e até mesmo o conhecimento detalhado da situação não é necessariamente dela. Então, a rigor, o Ministério das Relações Exteriores não perdeu nenhuma área de sua competência por terem as negociações com os bancos terem sido levadas a efeito pelos Ministros da área econômica e pelo Presidente do Banco Central.

É óbvio que quando se trata de uma situação tão ampla como esta há implicação política, é óbvio que nos encontros diplomáticos, nas conversas, até mesmo por ocasião de encontros multilaterais, o problema é debatido também com autoridades de outros países, mas não a ne-

gociação propriamente dita com os banqueiros. O Tesouro americano, por exemplo, isso esteve dentro de um quadro em que o próprio Presidente da República esteve envolvido, quer dizer, foi às vésperas da vinda do Presidente Reagan ao Brasil, tudo isso tinha um certo sentido, digamos, político e diplomático. Mas, repito, a negociação em si, não só no Brasil como em nenhum outro país, cabe ao Ministério das Relações Exteriores. Poderia caber, se os órgãos internos nossos fossem incapazes. Às vezes acontece. O Ministério das Relações Exteriores, no passado, em certas ocasiões, tratou de assuntos que, a rigor, e até mesmo ao nível técnico, com operações de órgãos internos, às vezes por uma deficiência ou falta desses órgãos. Não é o caso, felizmente, hoje, porque temos bens estruturadas as várias áreas governamentais. Houve uma época em que o chefe do departamento econômico do Itamaraty participava até do Conselho Monetário Nacional, de certa forma, o que não é essencial, o que devemos saber é daquilo que o Conselho trata e que tem uma repercussão externa, se tem, por exemplo, repercussão sobre compromissos assumidos pelo Brasil em virtude de tratados ou de acordos com outros países, ou tratados multilaterais concluídos em organismos etc. Naturalmente, temos que saber porque, de certa forma, somos os guardiães e ver uma autorização para que o Brasil se afaste daquela norma ou uma apresentação e renegociação de textos e assim por diante.

Não sei se isto satisfaz ao Senador, mas é pouco que posso lhe dizer sobre o assunto.

O SR. ITAMAR FRANCO — A pergunta Ex^a coube exatamente pela observação final de V. Ex^a quando no passado havia uma determinada participação do Itamaraty. Aliás, fico muito feliz que o Itamaraty não tenha participado disso, porque, na minha opinião, esse acordo como o BIS foi tão escandaloso e é tão escandaloso para a Nação brasileira que permite ao BIS o direito de estabelecer a taxa de juros, unilateralmente, e vai mais além, permite-se e dá-se carta branca para que receba do Fundo Monetário Internacional, face ao acordo de crédito ampliado, as cotas que o Brasil teria que receber. Fico até satisfeito que o Itamaraty não tenha participado desse acordo com o BIS e com o Tesouro americano.

Sr. Presidente, eu teria nesse campo algumas perguntas, mas devo, em virtude de outros Senadores desejarem interpelar o Sr. Ministro, fazer uma sugestão a V. Ex^a, se me for permitido: é que vou interromper a minha participação desta exposição do Ministro, na parte econômica e acredito que seria interessante que todos os outros Srs. Senadores debatessem nesse aspecto e em seguida voltaríamos ao debate do problema da América Central.

Essa a sugestão que encaminho a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Atendendo à sugestão do Senador Itamar Franco, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos, que já me havia solicitado a palavra.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, eu não teria propriamente perguntas a fazer. Gostaria de meditar junto com o Ministro — meu querido amigo de longos anos, meu colega quando jovens nas Nações Unidas, quando ambos éramos mais jovens e menos imprudentes. Gostaria apenas de meditar com S. Ex^a sobre três ou quatro temas, começando com o problema "existencial" do intervencionismo na América Latina, passando depois para a nova ordem econômica internacional e, finalmente, alguns aspectos de política comercial. Mas receio que a meditação seja um pouco longa e prefiro que o Senador Itamar Franco termine a sua inquirição antes que eu use a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, permita-me? Acho que devemos dividir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Neste caso vou franquear a palavra aos demais Senadores que desejem debater...

O SR. ITAMAR FRANCO — Presidente, acredito que seria interessante dividirmos em duas partes, porque o problema da América Central e, particularmente, o aspecto da Nicarágua vai exigir um outro tipo de abordagem. Agora estamos examinando a ordem internacional, a participação do Brasil no grupo do 77 que foi a primeira parte da convocação de S. Ex^a o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Vou franquear a palavra aos demais Senadores que desejem fazer uso dela, se não houver, a palavra volta ao Senador Itamar Franco, para que S. Ex^a retorne às suas perguntas e no final passaremos à fase da meditação que é até uma parte mais tranqüila.

O SR. ITAMAR FRANCO — Acho que todos nós estamos precisando de uma meditação espiritual.

Sr. Presidente, vamos então tentar agora no problema da América Central e da Nicarágua.

Como eu disse, Sr. Ministro, às vezes, quando um Senador da Oposição fala, pode parecer uma certa indelicadeza, mas eu achei, sinceramente, bastante decepcionante a intervenção de V. Ex^a no problema da Nicarágua e, particularmente, da América Central.

Porque entendo, salvo ponto de vista contrário, que respeito, que este é hoje um problema seriíssimo, um problema que tem despertado a atenção e o envolvimento de nações poderosas, não só em relação à América Central mas, particularmente, à Nicarágua.

Acho que a posição brasileira, nesse instante, é uma posição que nos deixa apreensivos, primeiro, porque o próprio Ministro ao vir à Comissão de Relações Exteriores do Senado, em poucos minutos, acabou não dizendo nada sobre a América Central, dentro evidentemente do meu ângulo de observação.

Eu vejo que, quando o Presidente da Comissão diz: nada aconteceu antes da convocação do Ministro, acho que fatos aconteceram, estamos aqui hoje vendo um problema seriíssimo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Vianna) — Permita-me Ex^a, não que não tenha acontecido nada, não aconteceu nada que fosse prejudicial, que fosse prejudicado por essa...

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas poderia ter acontecido, não é verdade?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Teriam chegado aqui do mesmo modo, se tivéssemos aqui o Ministro vinte dias atrás.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não quero discutir com V. Ex^a, a quem tenho o maior respeito, mas é que poderíamos ter hoje outro Governo na Nicarágua, já poderíamos ter tido outro Governo na Nicarágua nesses 45 dias que nos trouxeram com muita alegria o Sr. Ministro aqui.

Perguntaria, Ministro, que evidentemente o problema da Nicarágua hoje é que invoca a presença dos aviões libios, vale exigir, quando V. Ex^a se referia, na sua explanação, do enfoque que o Brasil dá à América Central, deveria referir também a outro tipo de enfoque que já se dá ao próprio Suriname. Então, terei que fazer essa abordagem, porque esse conjunto, esse esboço de V. Ex^a na sua explanação, me obriga a ampliar o quadro de observações que terei que fazer.

Diria o seguinte a V. Ex^a: o Itamaraty tem reiterado posição no que tange aos conflitos ora em curso na América Central, favorável a uma solução negociável e pacífica. Isso, no entanto, é válido, bastante válido. Exis-

tem agressores e agredidos. Uns com muito mais poder econômico e militar do que os outros, ninguém desconhece isso também. Os poderosos não querem a paz, ao contrário, cometem a invasão do território nicaraguense através de tropas mercenárias.

Como especificamente pretende o Governo ver o conflito chegar a um fim negociável quando uma das partes se nega peremptoriamente a tanto? É a primeira indagação que faço a V. Ex^a

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sr. Senador Itamar Franco, cada país age de acordo com o que pode fazer. Não temos uma política externa que vá além dos nossos meios. Os nossos meios são políticos e diplomáticos, não vão além disso. E, obviamente, no momento, o esforço, com vistas à solução negociada desses diversos conflitos, é que não são apenas esse diferendo controverso, esta queixa da Nicarágua contra Honduras. Há também problemas com a Costa Rica, há acusações e contra-acusações sobre apoio da Nicarágua à guerrilha de El Salvador, é todo um conjunto de circunstâncias.

Difícilmente, a não ser que isto estivesse diante de uma Corte, e não está, se poderia, numa base de condenações jurídicas ou morais, resolver o problema. O problema, do ponto de vista político, necessariamente, envolve a aceitação por todos do repúdio a todas as formas de intervenção, quer ostensivas, quer sub-reptícias. A aceitação por cada qual, sem discussão, do regime interno prevalente no seu vizinho, havendo, de qualquer uma das partes, o desejo de influenciar, por meios materiais, a revolução interna do outro, necessariamente a situação se deteriorará e necessariamente esses países, que são países pequenos, acabarão recorrendo, de uma forma ou de outra, às superpotências, porque são aquelas que, em situação de conflito, podem dar apoio financeiro, apoio de armamento, e assim por diante.

O próprio objetivo do Grupo de Contadora, se o Sr. quiser, estarei de acordo com o Sr., que estão remando contra a maré, mas estão fazendo o seu esforço, é no sentido da redução de armamentos, no sentido da supressão de todos os movimentos e formas de intervenção, de tentar influenciar a vida interna dos demais; é no sentido da redução ou mesmo eliminação dos assessores militares estrangeiros, nesses países, no sentido de, do ponto de vista de execução, de alguma forma, talvez, de observação das fronteiras, enfim é um esforço em que se destina a tirar, acabar com a tensão.

É extremamente difícil, obviamente por causa das concepções que cada governo tem daquilo que ele considera essencial. Embora remando contra a maré, embora não agindo como árbitros, e nem mesmo como mediadores, o que esses países estão fazendo é, no momento, aquilo que parece mais construtivo, dentro dos meios que esses países dispõem, que são meios exclusivamente políticos e diplomáticos. Não são países, como não é o Brasil, em condições de, por métodos militares, impor sua vontade, ou por pressão econômica, mas o objetivo que eles têm em mente se coaduna com o interesse, inclusive, na minha opinião, dos próprios grandes países.

Não temos condições, podíamos tomar uma atitude de verbalização de manifestações, de indignação contra uma parte ou duas, ou contra todas, ou dar conselhos específicos, mas não é esse o nosso estilo, nem achamos que com isso contribuiríamos, em absoluto, para uma solução. Nós nos pronunciaremos quando for necessário, nos organismos internacionais, quando as próprias partes interessadas levarem esses assuntos, espere-mos que elas não os levem além daquilo que for, ou daquela situação que for absolutamente necessária, e que haja um campo ainda para o trabalho mais discreto e mais, se se quiser, equânime, desse grupo que está procurando, com seus bons ofícios e com seu empenho, evitar o pior, o estopim da bomba, digamos assim.

É por isso, Sr. Senador, que não me sinto em condições. Não creio que seja do nosso interesse, nem do in-

teresse de uma possível evolução racional, digamos assim, para a situação na América Central, irmos como Governo, bem entendido, além daquilo que temos dito. É óbvio que haverá opiniões, aqui, no Brasil, divergentes. Há uns que vêem apenas um período comunista na Nicarágua; outros, pelo contrário, vêem aí exclusivamente o aspecto de uma intervenção americana, etc. O próprio Presidente disse em Cancún, é um outro aspecto, que não acreditamos, é uma solução militar, ela pode resolver no curto prazo, mas se as causas subjacentes continuarem, teremos de novo uma intranquilidade e novamente, em algum momento, o renascer de controvérsias, de conflitos e de desestabilizações na região.

É muito complexo, e não podemos, e não se pode exigir de nós a responsabilidade de liderar a solução para a América Central. Pode-se exigir de nós, sim, que ajamos de acordo com aqueles princípios, que entendemos que poderiam ser, se assim pode dizer, encaminhar uma solução negociada, uma solução que não leve à perturbação da situação, à contaminação dessa solução pelo conflito leste-oeste como elemento predominante no encaminhamento da solução. Ele está aí visível, mas é preciso fazer um esforço para que ele não seja o inspirador essencial de eventuais soluções políticas. Quer dizer, as soluções políticas ali, naquele caso, têm que ser mais complexas e é preciso que todos esses países, inclusive os da região, entendam isso, o esforço que têm eles que fazer, em certo sentido, se se quiser, de alta limitação no interesse próprio e no interesse comum de não levar seus planos individuais de tipo político a ferro e fogo, mas procurar aquele ponto de equilíbrio que não crie o pretexto e não crie uma situação que, de certa maneira, aspire, puxe para si, o jogo de poder mundial.

Fui um pouco vago ainda, eu me desculpo com o Senador porque não posso dizer aqui que a nossa receita é esta, tal país faz isso, tal país faz aquilo e, assim por diante. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — A gente gosta da sinceridade do Ministro. O Ministro diz que foi vago e a gente aprova a sinceridade.

Mas, Sr. Ministro, como é que o Brasil tem visto as posições do Presidente norte-americano? V. Ex.^a falou em verbalização, mas verbalização que não existe na Nicarágua, mas existiu no tempo da Argentina, mesmo antes de ela recorrer à Organização dos Estados Americanos.

Mas perguntaria a V. Ex.^a, não só a posição do Presidente americano que tem incentivado, tem inclusive fornecido, pelo menos é o que noticia a imprensa estrangeira, instrutores, recorreu ao próprio Congresso Americano, lá se recorre ao Congresso Americano para essas aprovações, verbas e eu perguntaria agora, diretamente, a V. Ex.^a Como é que o Governo brasileiro vê o Governo da Nicarágua? E vou mais além, Ex.^a, tenho conhecimento de que o Governo da Nicarágua enviou, recentemente, não sei se enviou ou não, porque nós não estamos bastante informados, que o Governo da Nicarágua teria enviado documentos às autoridades brasileiras, expondo seu ponto de vista dos conflitos armados que estão abalando aquele País, e denunciando e nomeando a agressão norte-americana. Então, a pergunta vem: como o Governo brasileiro vê o Governo da Nicarágua, como tem visto a posição norte-americana, e qual é a posição da Chancelaria brasileira face a essa documentação, se ela recebeu, e se ela pode ser dada ao Senado da República?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Temos recebido sempre a expressão dos pontos de vista de todos os governos particularmente envolvidos na situação, o Chanceler Discoto me tem mandado telegramas em que ele explica porque levou ao Conselho de Segurança, recentemente, a sua queixa, a sua argumentação, e nós, mais do que isso, inclusive, por nossa missão nas Nações Unidas, somos informados dos debates, da mesma forma o go-

verno americano, e não é de hoje, nos tem informado sobre como eles vêm a situação ou os fatos a que eles indicam sobre acusação à Nicarágua de que ela ajuda a guerrilha de El Salvador com armamentos, etc., apresenta a sua ajuda ao Governo de El Salvador que é um Governo soberano com o qual temos relações diplomáticas normais e, de fato, o que o Presidente norte-americano pediu agora ao Congresso, recursos, verbas para continuar, aumentar esse auxílio ao Governo de El Salvador, nós sabemos e ambas as partes falam nisso e a própria Nicarágua reconhece que ela tem recebido armamentos da União Soviética, de Cuba, etc.

O fato de que os aviões libios passaram por aqui não quer dizer que não esteja havendo e há abertamente essa transferência de armamentos. Sabemos, enfim, das posições e das queixas de todos, não tenha dúvidas sobre isso, porque evidentemente, cada um desses países tem interesse em informar os demais sobre aquilo como eles vêm, as intervenções a que eles se referem que estão sofrendo, de um lado e do outro, as acusações ali saem por todos os lados e por todas as direções.

E é justamente por isso que nós condenamos todas as formas de intervenção. Acharmos um risco muito grande que se crie, por causa dessas formas de intervenções diversas, por causa do armamentismo em toda a região, que se crie essa contaminação de uma situação local, já de si grave e instável, uma contaminação pelo grande conflito de poder que há no mundo, e achamos que deve haver, estamos convencidos, um grau de moderação, de sofisticação em todas as partes muito acentuado.

Essa é a opinião que temos dado, não apenas aqui em público, mas diretamente a cada uma das partes, embora não estejamos empenhados, nem devemos estar, diretamente, no processo negociador do Grupo de Contadora. Obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Ministro, pelo que pude apreender, o Brasil defende a soberania do povo nicaraguense?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Nós defendemos a soberania de todos os Estados soberanos. Consideramos fundamental, lógico, evidente, que sim, a Nicarágua tem direito à sua autodeterminação, é um problema dela. Só temos uma atitude contrária às formas de intervenção em assuntos internos de outros países. E, como eu disse antes, as acusações são mútuas, em todos os sentidos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apenas mais duas perguntas. Sr. Presidente.

Sr. Ministro, V. Ex.^a falou em armamentos, evidentemente, talvez a pergunta não coubesse ao Ministro das Relações Exteriores, mas aproveito a oportunidade, já que estamos nos referindo a armamentos. O Brasil permite e negocia — eu, inclusive, tenho um projeto tentando regularizar isso no Senado da República sobre o problema de venda de armamentos — por que se permite ao Brasil negociar com outros países, vender armas aos outros países e não tem sido permitido vender à Nicarágua, se é que a Nicarágua fez essa solicitação ao Governo brasileiro e se a Chancelaria brasileira tem conhecimento disso?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Temos alguns critérios. Em primeiro lugar, não temos vendido armamentos, nem aliás a natureza do nosso armamento se presta a tanto, de forma a mudar equilíbrios regionais em lugares onde há um conflito, uma potencialidade de conflito, em que a venda desse armamento poderia levar uma das partes à convicção de que poderia resolver, pela força, a situação conflitiva.

Na verdade, tudo que temos vendido a diversos países, não é decisivo, em termos do poder desses países de enfrentarem um conflito militar. Esse critério se torna ainda mais sensível quando se trata de América Latina. No

caso da Nicarágua, que me lembre, não houve iniciativas para compra, nós, aliás, estamos hoje, em grandes dificuldades para a venda a países em que tenhamos de dar financiamento, dada a nossa situação, e seria, de certa forma, contraditório, porque, como eu disse, um dos objetivos do esforço do Grupo de Contadora está fazendo, declarado, é reduzir o nível de armamentos na região, levar a uma redução. Seria contraditório, com o apoio político que estamos dando a esse grupo, se vendêssemos armamentos a países da região. No momento não estamos vendendo armamento a nenhum país da América Central.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vou, então, englobar as minhas três últimas perguntinhas finais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Mas, nobre Senador, V. Ex.^a disse que tinha só uma pergunta. Se V. Ex.^a Fizesse uma sucinta, deixaria um tempo pois o Dr. Roberto Campos deseja falar ainda.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas é que aproveitei o tempo dos outros Senadores que não falaram. De qualquer forma, Sr. Ministro, são três perguntinhas muito rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V. Ex.^a poderá formular as três e depois o Sr. Ministro as responderá.

O SR. ITAMAR FRANCO — Irei separar as três — creio que V. Ex.^a não está zangado comigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Não, pelo contrário. V. Ex.^a abrilhanta tanto a Comissão que eu não poderia me zangar.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Ministro, vou atender ao nosso querido Presidente, formulando três perguntas a V. Ex.^a A Primeira, não sei se estou enganado: por que o Brasil não mantém Embaixador junto ao Governo da Nicarágua e apenas um representante diplomático? Esta, a primeira pergunta. E as outras duas — gostaria que V. Ex.^a nos esclarecesse a posição da permanência dos aviões libios no Brasil, o problema dos armamentos e qual a solução que se pretende dar ao episódio, quais os entendimentos feitos com a Líbia, neste momento, ontem e não de 40 dias atrás, mas ontem, quais as perspectivas e soluções do problema, se há perigo de um agravamento das relações internacionais, e qual foi a posição da Chancelaria brasileira no episódio? Esta, a segunda pergunta. E a terceira, mais simples ainda — quando se falou em verbalização para a América Central, eu gostaria de saber se o Brasil, ao enviar um alto funcionário do Governo brasileiro ao Suriname, ele quebrou a verbalização verbal a que V. Ex.^a se refere, e quais foram as consequências e o porque da presença de um funcionário e não um diplomata junto ao Suriname.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Pois não, nobre Senador. Sobre o primeiro ponto, nós temos um encarregado de negócios em Manágua que é o Ministro de Segunda-Classe que, aliás, preenche até, já, os requisitos para ser comissionado Embaixador. Ele vinha trabalhando muito bem, muito objetivo e muito correto, e não sentimos uma necessidade maior de ter um agente com o título de Embaixador, de imediato. Naturalmente, esses assuntos ou chefia de missão diplomática não são muito fáceis, mas não há nenhuma questão de princípio envolvida aí, inclusive já examinei em mais de uma ocasião, a possibilidade de designação de algum Embaixador ou Chefe de missão, com o nível de Embaixador e, inclusive, a possibilidade de designar o próprio encarregado de negócios, posto que ele preencheu, já, nos últimos meses, há pouco meses, aquele requisito mínimo de três anos como Ministro de Segunda, para que pudesse ser comissionado Embaixador.

Quanto à questão dos aviões libíes é bem conhecida. Nós tratamos esse incidente nas suas características próprias, e eu recordaria o que é de conhecimento comum, e completaria, foi pedido uma autorização de sobrevôo e pouso para a Nicarágua, para levar auxílio médico. A nossa posição, sempre, é a de não desconfiar, **A Priori**. Foi concedida a autorização e, depois, verificou-se que, num dos aviões, havia armas e explosivos e, portanto, nos outros havia o risco de que, também, a carga fosse dessa natureza, e nós agimos de acordo com direito que são reconhecidos pela Convenção de Chicago, isto é, o art. 35 que se refere especificamente a essa carga e à necessidade de uma autorização especial quando há um sobrevôo para os aviões que transportam armas e explosivos; e o art. 16 da mesma Convenção que permite ao Estado territorial, dá o direito ao Estado territorial, de fazer a busca para a verificação da carga.

Isto foi feito, estritamente, de acordo com normas. Devo dizer que não se podia agir de outra maneira, evidentemente. Era absolutamente correto fazer assim. O assunto que tem demorado mais é a questão do retorno da carga e dos aviões. É óbvio que o Brasil não vai se apropriar de coisa alguma. Mas, o que se faz no caso de um voo que foi autorizado sob uma alegação e se verifica que aquela alegação não corresponde à verdade? É desfazer o voo, quer dizer, é voltar tudo ao ponto zero, ao ponto de partida — os aviões e a carga. Para esse retorno, aí não há uma questão, a não ser o próprio retorno, de princípio ou uma norma jurídica obrigatória ou indicativa sobre como fazer. Isto é uma questão a negociar entre as partes — o modo do transporte, o modo do retorno.

Ora, nós, nesta questão que, realmente, é de ordem prática e não de ordem de princípio ou de norma jurídica, tínhamos, já que o objetivo era desfazer o voo, um requisito essencial, aquilo que é da essência em matéria do retorno é ter uma segurança objetiva de que, de fato, os aviões e a carga voltaram ao ponto de origem. Aí, havia vários aspectos técnicos, tentou-se e o Governo libí aceitou que fosse por um avião civil de um terceiro país, como foi o caso da Alitália — isto demorou um pouco — e, depois, verificou-se e a própria Alitália negou, nas normas da IATA havia um problema também, que o avião não poderia levar tudo e é o único avião que anda, aí, pelo mundo e, também, ia demorar. Depois tentaram-se outras fórmulas, os canais de comunicação com a Chancelaria e o Governo libí foram mantidos sempre aberto ou levar para um terceiro país onde os próprios aviões libíes poderiam pegar a carga ou, simplesmente, pôr num navio, o que era muito seguro.

Mas, essas modalidades outras, o Governo libí não aceitou e o próprio Coronel Khadafi tem dito, publicamente: "Só aceito se voltar nos meus aviões a carga". Para o Governo brasileiro, a questão é de que a nossa preferência é por outra solução — os aviões por um lado e a carga por outro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Permita-me apenas uma intervenção, para que eu não perca o meu raciocínio?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a disse que, há pouco, o Governo libí havia concordado no transporte do avião civil. Isto se deu, realmente?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — O transporte pelo avião da Alitália...

O SR. ITAMAR FRANCO — O Governo libí aceitou?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — ...sim não foi possível por motivos de regulamentos de aviação civil,

coisas da IATA, problemas de não poder levar toda a carga, coisas de ordem interna.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Governo libí aceitou isto V. Ex^a disse que ele só aceitaria nos mesmos aviões — com os aviões civis ele tinha aceito?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Só depois, quando nós estávamos explorando alternativas, como o envio para um terceiro país, no meio do caminho, ou o envio por barcos, houve a declaração do Coronel Khadafi de que só aceitava se voltasse no mesmo avião, etc. Esta questão de voltar ou não no mesmo avião, para nós, não é uma questão de princípios. Como disse, é uma questão prática. O objetivo nosso é ter a garantia de que volte tudo a Trípoli. Esta é uma hipótese que podemos estudar. Nós não excluímos essa hipótese como incompatível com nossa soberania, é lógico que não é, ou incompatível com uma norma de direito que, tampouco, não é. É uma questão de ordem prática que nós vamos estudar e ver se adotamos esta fórmula. Poderemos ter certas garantias do Governo libí, não só escritas mas, de verificação que nos dêem essa segurança objetiva, de que a carga efetivamente volta para a Trípoli.

Esse é um assunto que será uma decisão do Governo, e que acredito que se possa tomar sem uma delonga maior, não vejo porque transformar esse assunto numa questão emocional. Temos tratado todo incidente com a maior objetividade, e temos limitado incidente aos seus aspectos próprios. Não tomaremos iniciativas de deteriorar relações com este ou aquele País, cumprimos aquilo que nos cabe dentro da preservação estrita da soberania nacional, das normas de direito e do interesse nacional, mas preservados, como disse, esses aspectos que são fundamentais, naturalmente, que as questões de ordem prática, o método, o modo, nós podemos evidentemente considerar, examinar possibilidade como fazer.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apenas então, eu sei que o Presidente não está querendo, mas eu tenho que fazer a última prevenção nesse aspecto, que só falta o problema do Suriname. Então, V. Ex^a já vê possibilidade, e agente até causa agora uma certa expectativa, que os próprios aviões que aí estão transporte a carga?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Não há nenhuma razão de princípio que impeça. É uma questão de ordem prática apenas de ter a garantia, a segurança de que volte a mesma Trípoli.

O SR. ITAMAR FRANCO — É pena que se custou tanto para chegar a essa solução. Mas de qualquer forma...

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Tentamos sempre fórmulas que nos dessem a garantia de volta. Essa era a que menos garantia, podia dar! Mas de certas condições que vão ser estudadas de ordem também técnica, além de compromissos diplomáticos e possibilidade de verificação, é continuamos em contato com o Governo Libí sobre o assunto.

O SR. ITAMAR FRANCO — E a última do Suriname, Sr. Ministro?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sobre o Suriname, diria o seguinte, que é bem conhecido também; nós temos um quadro geral de relações com todos os vizinhos que se têm caracterizados já há tempos, e no período do Governo Figueiredo, inclusive, com engajamento pessoal do Presidente, na criação de um diálogo fluido e de um sistema de relações de toda confiança. E posso garantir que esse sistema existe, há toda confiança entre os Governos nossos vizinhos e nós mesmos, nós falamos com toda a liberdade, até pelo telefone eu tenho falado com os Ministros do exterior de outros países; e se há al-

guma dúvida, sobretudo brasileira, da parte de algum deles, já se criou esse hábito de que o primeiro Governo como que eles falam, qualquer dúvida que elas tenham, conosco mesmo há um grau de confiança e diria de familiaridade confiante completo. Nós temos isto com todos, inclusive, temos e vimos mantendo com o Suriname este tipo de diálogo. Os Srs. se lembrarão inclusive que, em janeiro do ano passado, fiz uma viagem ao Suriname e à Guiana que considerei uma viagem muito importante, justamente são dois vizinhos com os quais tínhamos que manter o mesmo espírito, a mesma atitude de ligação, de estrita e escrupulosa não interferência em assuntos internos.

O que se passou? Durante esse período, se reuniram Comissões mistas, haviam programas de cooperação previstos, não enormes porque tampouco o País requeria programas extraordinários ao projeto de cooperação, muita coisa vinha sendo feita com o Suriname, já, e o que aconteceu? Em dezembro do ano passado, em consequências de eventos internos do Suriname, o Governo Holandes retirou a sua ajuda, que vinha sendo um aporte de grande importância para a economia do Suriname, e também os Estados Unidos retiraram essa ajuda que era menor, mas era significativa também como um ponto político.

E o que que o Brasil fez? O Brasil continuou com o tipo de relação que tinha com o Suriname, nós tínhamos um Embaixador lá, que trabalhou perfeitamente com a maior correção, mesmo em momentos muitos difíceis, mas estava lá à sete anos, e que já estava para sair, e que está indo para a República Dominicana. Os Srs. vão receber dentro de alguns dias, a mensagem do Presidente, o **aprememente** foi dado ontem. E, dada a situação, eu mandei para lá um encarregado de negócio, um Ministro de Segunda, brilhante, Ministro Lampara e digo isso para que os Srs. vejam o interesse que nós mantínhamos e tivemos em manter um contato normal.

Então, a nossa avaliação, e que está de acordo com a nossa posição de ordem geral, era que não se devia isolar esse País, se devia manter com o Suriname, como com os demais vizinhos nossos, um relacionamento discontraído e franco, sem julgarmos, em absoluto, de questões internas do Suriname. E achávamos importante que evidentemente, por falta de outras opções, não fôssemos aqui, em nossa região, atrair ou criar aquelas tensões, como eu disse, da contaminação, do jogo de poder mundial.

Ora o Presidente Figueiredo resolveu mandar o Ministro Venturini como seu representante pessoal e específico nessa situação, isso provocou uma série de erros de interpretação, aqui, no Brasil, e devo dizer que fiquei satisfeíssimo que fosse o General Venturini ao estava estritamente de acordo, com que há mais de dois anos o Governo Brasileiro vinha procurando fazer com o espírito da nossa política geral em relação aos vizinhos, com as próprias linha e diretrizes gerais da nossa política na região. E porque o General Venturini e não o Ministro das Relações Exteriores.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não pediria tanto.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Era necessário justamente, dar ao Governo do Suriname, uma garantia muito concreta e que tudo aquilo que havia sido equacionado, em termos de nossa cooperação, e que estávamos fazendo algumas coisas já de imediato, outras mais lentamente, é que, dada situação em que estava o Suriname, necessita-o urgentemente, digamos assim de um apoio, que nós estávamos dispostos a dar esse apoio efetivo. E isto será um trabalho de Governo, porque o Itamaraty tem a sua opinião e eu tenho a minha opinião, eu conversei com o Ministro Venturini obviamente antes da viagem, nós nos mantemos muito bem entrosados o tempo todo, e são diversos órgãos da administração pública brasileira que vão ter de operar nesses projetos de coope-

ração. O próprio Presidente da República, ordenará essas diversas cooperações, que não será apenas um trabalho que necessariamente é mais lento de auscultação das possibilidades desse órgão, ou daquela companhia, etc mas que é uma decisão política central de fazer executar essas formas diversas de cooperação com o Suriname. As nossas, devo dizer, relações com o Suriname, como qualquer outro País, estão baseados, como eu disse, estritamente no respeito da evolução interna desses países. Podemos ter uma opinião sobre o comportamento externo, naquilo que nos afete, mas não sobre os assuntos internos do Suriname.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Franco) — Tem a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, como tem uma longa área a cumprir e o tempo é escasso, falarei rapidamente nesse esforço de meditação conjunta com o Ministro, mas não sobre os assuntos do Vietnã, do Suriname, desculpe-me

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, como há longa área a cobrir e o tempo é escasso, articular-me rapidamente, num esforço de meditação conjunta com o Ministro. Seguindo o preceito do Profeta Iaias, vamos "raciocinar conjuntamente".

Um dos aspectos mais desagradáveis o da ordem política, ou da desordem política internacional, é que as superpotências têm como imperativo existencial, não admitir alterações substanciais do balanço de poder nas áreas que consideram "de interesse vital". Isso não depende de nossa aprovação. É um fato da real-politik. Desconhecer isto seria cairmos no reino da política dos sonhos, a TRAUME — politik — a "política dos Sonhos" — ou então da ideo-politik, ia. Que tem manifestações diferentes. No caso da União Soviética, a percepção da ameaça a zonas de interesses vitais, em função de alterações no equilíbrio do poder, a levou a proclamar a Doutrina Brejnev — o direito de invadir para "preservar a pureza do socialismo". Com isto sofreram a Checoslováquia e a Hungria, e agora está sofrendo a Polônia, que é vítima de uma cripto-invasão. Um outro caso óbvio é o do Afeganistão, em que nem ainda se configurava uma perspectiva de alteração no balanço de poder, apenas a erosão de um governo comunista. Mas uma simples suposição de ameaça levou a União Soviética a uma ação assim violenta.

No caso dos Estados Unidos, a percepção medrosa de alteração do balanço do poder em áreas de interesse vital produziu vários eventos: uma tentativa de invasão de Cuba, mal sucedida; uma operação bem sucedida na República Dominicana, e, agora, o problema centro-americano para só citar a história recente.

Isso cria para nós todos o que chamo de "dilema dos vizinhos". Consideremos o problema da Hungria, da Polónia, da Romênia, ao tomarem posição em face da agressão Russa ao Afeganistão. Foi para eles difícil e doloroso dilema. É para nós também um dilema difícil adotarmos uma posição em relação ao problema da América Central. A título de mera especulação filosófica, se é que o assunto merece o título de filosófico, poder-se-ia configurar quatro hipóteses:

Uma, seria um abstencionismo total de nossa parte. Isso não impediria intervenções norte-americanas, nem inibiria contra-intervenções, mas também não as sancionaria. Seria uma espécie de atitude de Pilatos, desinteressado em conhecer a verdade. No caso, fomos um pouco além, porque no comunicado de Cancún, os dois presidentes, o do Brasil e o do México, rejeitam a intervenção americana irrestritamente, sem maior análise do mérito da questão. É uma combinação da postura de Pilatos,

que é abstencionista, com a atitude de Caifás, que é de prejudgamento.

Uma segunda atitude seria a de protesto incondicional, e absoluto, e parece que nesse sentido evoluiu a declaração de Cancún. Mas é uma atitude que pode nos criar problema para o futuro, pela indistinação, ou falta de matisamento entre intervenção e contra-intervenção. A nós todos nos repugna a idéia de intervenção. Toda a tradição política, jurídica e diplomática brasileira é vigorosamente e justificadamente contra a intervenção. Não estou certo de que, olhando para o longo futuro, nos devamos atar as mãos em matéria "contra-intervenção". Temos que pensar o impensável, por repugnante que isso pareça. Se, por exemplo, tivesse ocorrido — *quod Deus avertat* — uma vitória dos Tupamaros no Uruguai (o que per se não seria particularmente grave), e se essa vitória fosse seguida de um esforço armamentista intenso, com visível apoio de uma potência extracontinental, e se esse apoio assumisse proporções muito além do razoavelmente necessário para a segurança interna desse país vizinho e irmão, qual seria nossa reação? Teríamos de esperar até que houvesse infiltrações nas fronteiras do Rio Grande do Sul, para fazer algum ensaio, ainda que tímido, de contra-intervenção? Talvez fosse essa a nossa atitude — abstencionista total. Eu apenas não gostaria de passar julgamento desde já. Preferiria que não atássemos nossas próprias mãos. Esse o primeiro dos postulados da sabedoria diplomática: sempre pensar, e estar preparado para o impensável!

Uma terceira atitude seria apoiarmos um esforço de mediação. Isso já estamos fazendo, corretamente, ao apoiarmos o grupo da Contadora. Este Grupo, aliás, nem sequer é mediação. Visa à mediação e sim aquilo que o Ministro chama muito justamente de "composicion amicable".

Uma quarta possível posição seria o reconhecimento de uma responsabilidade coletiva da Organização dos Estados Americanos, barrando-se, então, intervenções e contra-intervenções de qualquer tipo, por um país individual, sendo referidos todos os problemas à consciência coletiva das nações americanas. Isso me faz lembrar um episódio mal explicado, que se prestou a julgamentos totalmente absurdos e injustificáveis. Refiro-me ao episódio de nossa participação na Força Interamericana de Defesa, por ocasião da intervenção na República Dominicana. O episódio não foi bem explicado e nossa tentativa de coletivizar a abordagem de problemas latino-americanos, ao invés de deixar que os Estados Unidos intervissem unilateral e arbitrariamente, não foi bem entendida. Àquele tempo, não sendo um Ministro das Relações Exteriores, e sim apenas Ministro do Planejamento, pouco tinha a ver com o problema, e certamente nenhum grau de responsabilidade. Mas procurei informar-me do pensamento do Presidente Castello Branco, que era o seguinte: os Estados Unidos nunca deveriam intervir sem discutir previamente, com outros países americanos, sua percepção das tendências latino-americanas, pois esse debate evitaria interpretações apressadas e confusões, simplórias e perigosas entre o que é simples desejo de reforma social, e o que é perversão ideológica. Muito frequentemente tendem os Estados Unidos a confundir as duas coisas e a ver, no que é mera reforma social, uma espécie de perversão ideológica embrionária. Mas, se quisermos que os Estados Unidos adotem postura diferente, consultando-nos previamente, e recorrendo à consciência coletiva dos países latino-americanos, então, essa coletividade, em contrapartida, deveria estar preparada para assumir responsabilidades. O direito de exigir consulta prévia implica abandonarmos o abstencionismo, assumirmos responsabilidade coletiva. O Presidente Castello Branco tornou então claro que, já sendo irreversível a decisão americana de intervir na República Dominicana, nós não fugiríamos à responsabilidade coletiva, como uma espécie de advertência aos

Estados Unidos, para não mais empreenderem intervenções unilaterais. E condicionamos nossa participação na Força Interamericana de Defesa a dois princípios:

1. essa intervenção deveria ser meramente temporária;
2. essa intervenção deveria visar unicamente à consolidação e não à defesa de interesses norte-americanos.

A consolidação democrática envolveria, obviamente, repulsa a intervenções cubanas de tipo ideológico.

Essa a nossa posição de então, infelizmente mal explicada e pior entendida. Mas, era uma posição absolutamente honesta e realista.

Uma das consequências dessa posição, e o nobre Senador Luiz Viana, que viveu a intimidade do poder atestando-a, é que o Presidente Johnson desde então nunca deixou de escrever ao Presidente Castello Branco, dando-lhe parte de todas as suas iniciativas e, às vezes, pedindo-lhe opiniões e sugestões, mesmo em casos extracontinentais que não envolviam diretamente o interesse brasileiro.

Por isso, Sr. Ministro, eu me permito, a título construtivo — fazendo apenas uma análise, pois sinto que errei demasiado para fazer críticas — sugerir-lhe que matizemos nossa posição. Pois coisas podem acontecer em nossas fronteiras, que nos encontrem de braços atados, em nome de princípios demasiados rígidos, que tem mais a ver com a Ideo-Politik — do que com a cruel e nauseabundo "Real Politik" dos nossos dias.

Sr. Presidente, se me forem dados mais alguns minutos, sem querer abusar da paciência dos Srs. Senadores, mencionaria mais outros tópicos. Permitem-me continuar, disponho da paciência dos Srs. Senadores? Esses dois tópicos tem a ver, o primeiro com a nova ordem econômica internacional; e o segundo, com o aproveitamento de oportunidades comerciais. Confesso que acho irrealista várias das propostas, e muito do entusiasmo que cercam a discussão da nova ordem econômica internacional. Por motivo simples, um deles é que muitos dos nossos países — e ousaria dizer que o Brasil não está totalmente isento de culpa — usam o apelo ao auxílio externo para evitar penosas reformas internas. Muitos dos mais veementes no protesto contra a ordem econômica internacional, e que mais reclamam assistência econômica internacional e mais pedem recursos financeiros, são países que devotam boa parte do seu orçamento, (infelizmente não é o caso do Brasil) à corrida orçamentista. Poderia citar, se não fosse antidiplomático, dez exemplos de países que reclamam recursos externos, e os desperdiçam vilmente numa insensata corrida armamentista. Isso infirma a autoridade do Terceiro para reivindicar maciços aportes de capital.

Mas, a ironia da história é que a nova ordem econômica internacional, em seu primeiro postulado, quer dizer, a transferência maciça de recursos se realizou. Apenas os países ricos não a queriam, os países pobres dela não sabiam, e o Itamarati nada percebia. Através do mercado eurodólar, realizaram-se a partir da primeira crise do petróleo, ou mesmo antes, a partir de 1972, maciças transferências de recursos, muito maiores do que as do Plano Marshall. Essas transferências foram maciças. A nova ordem internacional neste aspecto se realizou, e o Terceiro Mundo está cada vez pior, simplesmente porque não houve bom gerenciamento interno, e sim desperdício de recursos, sem reformas internas para complementar o apoio externo.

O SR. PEDRO SIMON — É o caso do Brasil?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não diria que é o caso do Brasil. O Brasil foi um dos países que até melhor aproveitou, através de grandes projetos, o auxílio internacional. Apenas pagou um preço inflacionário. É preciso reconhecer que nossa política de grandes projetos para substituir importações teve um preço que não é ape-

nas o preço dos juros internacionais. É o preço da inflação interna, que ninguém, nem o Governo, nem a Oposição, querem pagar. Quem recomenda que reconheçamos realisticamente esse preço interno, são pobres economistas isolados, castigados pela experiência, mordidos por acusações, como o Professor Eugênio Gudin e Santo Octávio Gouvêa de Bulhões, meu colega do Ministério da Fazenda. Ninguém mais quer pagar o preço da luta antiinflacionária — não tenhamos ilusões — tanto no Governo como na Oposição, ninguém quer medidas recessivas, às vezes necessárias para aplicar um choque antiinflacionário.

Sr. Presidente, para que falemos da nova ordem econômica internacional com autoridade, temos que fazer reformas internas. Nós e todo o Terceiro Mundo.

O Ministro abordou um ponto importantíssimo, o protecionismo internacional, que hoje dificulta nossa restauração econômica. O protecionismo é uma moléstia, pois na realidade não protege o emprego, e sim apenas transfere o desemprego, seja entre setores do mesmo país, seja para outros países. Mas, teremos autoridade moral para sair de lança em riste contra o protecionismo dos países ricos? O Brasil é um dos países mais protecionistas do mundo, pois adotamos em larga escala um sistema de proteção infinita e abusiva, que é a de reserva de mercado. Seria muito melhor termos tarifas altíssimas, do que recorremos à reserva do mercado, porque isso é uma proteção incondicional e absoluta. Se tivéssemos esposado, como doutrina, que o protecionismo é errado para qualquer país, e que nós só o adotaremos temporariamente, enquanto durar a crise de pagamentos, mas com a intenção de futuramente liberalizarmos nosso comércio internacional, então sim, teríamos autoridade para reclamar contra o protecionismo internacional. Quando Embaixador em Londres ao reclamar contra o protecionismo inglês incipiente, expressei em tentativas de impor proteção contra mercadorias brasileiras, ouvia das autoridades britânicas um simples refrão: "existe algum vislumbre de que o Brasil, pelo menos intelectualmente, como exercício filosófico, esteja convencido de que o protecionismo é um mal? Eu tinha que me calar objetivamente pois inexistia entre nós tal convicção..."

Passarei a um terceiro comentário se ainda dispuser da paciência dos Srs. Senadores; mas consentiria em ser interrompido abruptamente, se já excedi os limites da tolerância humana.

O terceiro problema, que eu afloraria, é o problema das relações comerciais e exploração de oportunidade de intercâmbio.

Segundo entendo, Formosa isto é a China não-comunista, havia solicitado permissão para instalação de um escritório em Brasília.

Será isso um alvo despropositado? O comércio nosso com Formosa, infelizmente, talvez é hoje, maior do que aquele com a China Comunista. Eu visitei a China Continental, convidado, aliás, por uma corporação do Governo chinês — a CITIC — e fiquei encantado com o país. Absorvi tudo que podia de sua cultura, e reconheci que potencialmente é um mercado gigantesco. Mas, não o é no presente. Nossas exportações não chegam a 90 milhões de dólares, e o nosso déficit comercial é muito grande, oriundo, principalmente, de importações de petróleo. Conversamente, nós exportamos para Taiwan, no ano passado, nada menos de 194 milhões de dólares, como Taiwan nos exporta muito pouco, o saldo líquido foi de 179 milhões de dólares!

Nossas exportações envolvem minério de ferro, havendo um contrato de 10 anos com a Vale do Rio Doce para a venda anual de um milhão e meio de toneladas de ferro. A exportação para Taiwan já começou a ser importante para a indústria química, e sobretudo para a indústria de veículos, peças e acessórios, que é uma indústria notoriamente subocupada no presente. Não devemos desprezar esta oportunidade comercial. Surge o proble-

ma político: contraria isso o requisito primordial de preservarmos nossa amizade com a China comunista? Acredito que não. O que a China comunista quer vetar é o comércio de armas com Formosa. Ela se irrita com os Estados Unidos e passou mesmo a uma posição algo antagonística, depois de uma lua de mel, por causa da exportação de armas norte-americanas. Mas não é essa a nossa intenção, nem nos foi pedida qualquer exportação de armas. E não deveríamos fazê-lo, numa situação tão delicada quanto esta, porque é importante preservarmos nossa amizade com a China continental, gigantesco mercado no longo prazo. Mas recomendaria que nossas relações comerciais com Formosa não continuassem assim envergonhadas e quase clandestinas, através de uma vaga Comissão de Países do Oriente, situada em São Paulo, como disfarce para uma intensa atividade comercial. Eu não recomendaria, certamente, a instalação de um escritório em Brasília, apesar de termos dado esse privilégio a OLP — que não nos compra absolutamente nada — porque isso poderia despertar ciúmes na China Comunista. Mas não vejo por que não legitimarmos uma representação estritamente comercial em São Paulo, para facilitarmos os contactos dos exportadores e assim contribuímos para minorar nossa crise do balanço de pagamentos.

Curiosamente, Formosa tem algumas lições a nos dar. Sofreu a crise do petróleo como nós sofremos, sofreu o protecionismo industrial dos países ricos, como nós sofremos, sofreu a queda dos preços das mercadorias primárias como nós sofremos... e o que aconteceu? Há uma dívida de apenas 6 e meio bilhões de dólares e reservas cambiais de 10 bilhões de dólares! Sejamos humildes para, de vez em quando, estudarmos exemplos alheios.

Muito obrigado. Minhas desculpas ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Ministro Guerreiro.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente da Comissão, meu amigo Senador Roberto Campos, quanto à primeira parte das suas reflexões foram muito interessantes sobre a América Central. É óbvio que o Sr. ministro não pode falar com a mesma liberdade que o Senador, por isso eu disse que, pelo momento que podemos dizer como ação prática é o apoio político ao grupo de Contadora. É o que há, no momento, de possibilidade difícil embora, de tirar o estopim da bomba.

As reflexões que o Senador Roberto Campos fez sobre possíveis diferentes atitudes e opções, evidentemente sempre estiveram presentes em nosso espírito, apenas nós como Governo, temos atuado de acordo com a situação como ela se apresenta, com os meios de que dispomos tendo, entretanto, certas guias, certas diretrizes que, necessariamente, definem em termos de princípios. Agora, esses princípios como eu mesmo disse, na minha exposição, como a sociedade internacional não está organizada numa base subordinação, é evidente que um País como o Brasil não pode impor, ele pode trabalhar em favor desses princípios, orientar-se por eles, e não deve deixar de fazê-lo. Não vemos evidentemente — eu disse isto aqui — que exista ou que nós atuemos como juízes e adotemos sentenças em cada caso, nós fazemos um trabalho político e diplomático, e, sobretudo eu creio que ficou muito claro — já havia dito — aqui nós fazemos, na medida daquilo que os nossos meios permitem e o faremos sempre — e esse é o papel da diplomacia — tudo que for possível para evitar aquela situação limite que atrai o jogo de poder mundial, que não ignoramos, evidentemente, mas é óbvio que nós não agimos mecanicamente, automaticamente, em função dos interesses em jogo nessa confrontação de poder. Nós procuramos preservar a nossa autonomia e evitar, na medida do que podemos a criação de situações extremas, em que esse jogo

de poder acaba se impondo aos países de uma região, por exemplo.

De modo que eu não tenho a preocupação que tem o Senador Roberto Campos sobre possíveis necessidades de atuação prática do Brasil, pelo fato de sermos contra todo tipo de intervenção. Mesmo se se quisermos certo trabalho profilático, contra situações que tenham um potencial de intervenção, que se criem e que representem uma ameaça racional muito provável de intervenção.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O que significa, afinal de contas, a intervenção?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Diria, não vou falar para o futuro porque eu tenho de tratar das coisas que existem, concretas e não sobre hipóteses. Não manifestei sobre hipóteses e eu diria o seguinte: se eu não estou falando em contra-intervenção, embora seja compreensível o fenômeno, na contra-intervenção, é uma defesa contra uma forma de agressão, se se quiser, eu digo que o esforço nosso é para prevenir, na medida dos meios de que dispomos que são limitados, necessariamente, situações em que se coloque o problema ou possa a vir a colocar, Sr. Presidente. É isso o que eu disse, que no momento — nesse momento eu posso dizer não posso ir além disso — quanto ao que eu disse uma vez, obviamente à agência que me fez uma entrevista e me fez uma série de perguntas e eu disse: o Brasil jamais tolerará o risco a sua segurança ou uma ameaça a sua segurança quer venha ela de superpotência, de uma potência ou de qualquer outra coisa, — eu usei essa expressão — se se quiser.

Agora, sobre o segundo ponto da ordem internacional, aí eu não concordo, realmente, com o Senador Roberto Campos, por exemplo, em certos pontos. Realmente houve uma grande disponibilidade de capital, de fluxo de capital em consequência da liquidez criada pelos dólares e, isso os países em desenvolvimento tomaram muitos empréstimos porque havia essa liquidez, eles tinham projetos interessantes, o Brasil não aplicou poder-se discutir, um outro projeto, não vou entrar nisso, mas realmente ele tomou empréstimos, por exemplo, no nosso caso, para projetos que tinham um sentido de desenvolvimento no Brasil. O que eu disse na minha exposição anterior, é que justamente o objetivo da nova ordem internacional era a busca de condições melhores para os fluxos de capital. Tomamos uma base comercial, com juros que variariam no tempo, imprevisíveis, os juros necessariamente sujeitos também aos reflexos das políticas nacionais de um outro País, no caso os Estados Unidos, por exemplo, e assim por diante. Havia um elemento de imprevisibilidade ou de não adaptação às necessidades dos países em desenvolvimento, talvez do ponto de vista de prazo, de maturação, etc. Por outro lado eu estou inteiramente de acordo com ele não que os países em desenvolvimento não tenham autoridade não se trata disso, nós tratamos objetivamente dessas pretensões, mas estou inteiramente de acordo com ele e é óbvio que os países em desenvolvimento devem fazer como todo país, aqueles esforços internos são necessários, ter a coragem política tanto nas lideranças de Governo quanto da Oposição naquilo que ela é responsável, vez que ela seja muito crítica de objetivamente quando se demonstra necessidade dos sacrifícios, fazer os sacrifícios. É o que eu digo, apenas objetivamente e independentemente dessa necessidade e desse dever de fazer por si, o desenvolvimento tem de ser necessariamente em primeiro lugar um esforço próprio, ele não pode ser feito de fora. Que essas condições externas mais propícias em seus condicionalismos são válidas, e nós, o Brasil que procura tratar com seriedade os seus assuntos internos, não vai apontar o dedo a um outro país em desenvolvimento, porque no seu esforço nacional nós podemos achar que ele não fez o que devia.

Quanto às relações com a China e Formosa, creio que quando nós reconhecemos a República Popular da China, isso ficou muito entendido com as autoridades de Formosa quando comunicamos a ela a situação, que não havia um embargo ao comércio, o comércio poderia continuar mas que eles não poderiam ter repartições oficiais, repartições de Estado de Governo aqui no Brasil. Poderiam ter um escritório comercial que eles quisessem, como sujeito às leis brasileiras, como um escritório de uma companhia privada. E tanto não houve empecilho ao comércio, que o próprio Senador Roberto Campos indicou que a nossa exportação para Formosa é maior do que a nossa exportação para a China. Nós importamos muito mais da China Ocidental, porque ela nos vende petróleo. Aliás, começou a nos vender 20 mil barris num momento em que havia dificuldades de obter suprimentos externos, e continua vendendo. Mas, inicialmente, quando ela nos deu essa quota para importarmos os 20 mil barris, nós estávamos tendo dificuldades para obter suprimentos. De modo que não há, propriamente, aí um problema maior.

Quanto ao exemplo de Formosa, do que ela fez internamente, etc. isto é um problema de difícil translação para o Brasil, que é um país continental. Formosa, de certa maneira, se especializou em certas produções. Não vou discutir a nossa política interna, evidentemente, mas ela sempre foi um pouco voltada para a idéia de um desenvolvimento acelerado, certo ou errado. A idéia do protecionismo também, eu disse aqui que um dos objetivos é que o protecionismo nos países desenvolvidos não pode ser a mesma coisa que é nos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento, por definição, têm que criar as suas indústrias, de alimentá-las, de criar a sua base industrial. E os países desenvolvidos já estão em condições, em muitos casos o Senador conhece isso muito bem de ir passando para níveis mais altos de sofisticação. Conhecemos o caso do Japão que fez isso, porque ele age como uma unidade, o problema da política industrial nas grandes nações. Mesmo de um ponto de vista de comércio global, tão importante talvez hoje quanto tarifas, barreiras não tarifárias e outros aspectos de comércio. Nós, no caso nosso específico, o Embaixador se referiu a uma questão de objetivos, uma adesão à idéia de um comércio mais livre como um objetivo. Nisto eu estou de acordo com ele, eu acho evidentemente que o nosso objetivo é nos desenvolvermos, de proteger certas indústrias, criar uma economia mais complexa, aproveitar vantagens que tenhamos, às vezes até nessas medidas, preocupações de tipo estratégico, não só no Brasil como em todos os países. Mas, nisso eu estou de acordo com ele, que em tese, em princípio, como objetivo final, não devemos ter outro fim último, senão poder estar em condições de ter a nossa indústria em condições de competitividade, sem necessidade de um protecionismo, à ou-trance. Isto é, o excesso do protecionismo, ou a sua adoção de uma forma permanente e sem limitações pode levar a uma queda de produtividade necessária nele, porque não há estímulo para a produtividade. Isso tem de ser feito com um extraordinário cuidado, porque os países em desenvolvimento, é o caso do Brasil, têm uma propensão em importar brutal, se não houver um cuidado muito ponderado, pode se perder o controle. Mas eu estou de acordo com ele quanto ao objetivo final, o nosso objetivo é nos tornarmos desenvolvidos, é nos tornarmos competitivos e não é sermos autárquicos que é uma ilusão completa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Antes de encerrarmos a reunião...

O SR. MARCO MACIEL — Gostaria de indagar ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, como ele vê a diferença entre a Guiana e a Venezuela.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente, posso resumir. Consideramos essencial que haja um encaminhamento pacífico e negociado para essa questão, são dois países amigos, com os quais temos relações de intimidade. É um desses casos, tanto um país, como o outro como eu disse, em que o diálogo é totalmente fluído. Não foi por outro motivo que ao visitar a Guiana, em janeiro do ano passado, eu vinte dias depois fui a uma visita de trabalho a Caracas, não porque procurasse qualquer forma de mediação, mas para conversar, para sentir, para que um entendesse a nossa posição com relação ao outro, não entramos no mérito da questão, não era esse o nosso interesse, nem achávamos que contribuiríamos para nada se entrássemos no mérito da questão. Mas sim, nessa preocupação de que não se deteriorasse a um ponto de não retorno a relação entre os dois países, por causa dessa controvérsia. Devo dizer que encontrei, tanto em George Town quanto em Caracas uma disposição firmemente pacífica de encarar o problema. E, ultimamente felizmente as duas partes conseguiram convir, em pedir ao Secretário-Geral das Nações Unidas que se ocupe desse diferendo entre elas, que faça um esforço ou para ele mesmo buscar uma solução, ou buscar um método de solução. As posições são muito divergentes, como o Senador conhece, mas há, felizmente, uma atitude de tratar politicamente do assunto por parte tanto da Venezuela quanto da Guiana.

Sr. Presidente, se me permite eu queria, numa última palavra, agradecer a presença do Presidente do Senado durante toda reunião. Eu sei como ele é um homem ocupado, isso muito me honrou e me deu muito prazer. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, apenas se Ex^a a colaboração. E ao encerrar a reunião, desejo, com que nós compreendamos que a reunião tem que terminar. Gostaria de salientar a importância de que esses contatos da Comissão de Relações Exteriores do Senado, com S. Ex^a o Sr. Ministro do Exterior, não seja assim uma coisa tão rara, que seja algo realmente que nos permita, através de contatos mais frequentes, um debate mais positivo. Principalmente agora, quando nós temos, na figura do Senador Roberto Campos, a apresentação de uma série de teses que, a rigor, nós teríamos que ter agora dois conferencistas, fazermos uma série de perguntas também para o ex-Ministro e atual colega, Roberto Campos, que também fez uma exposição em muitos pontos divergentes da do Ministro, mas que, pela hora, nós não podemos fazer debate.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Agradeço a V. Ex^a B9 a colaboração. E ao encerrar a reunião, desejo, sobretudo, me congratular com a Comissão, com o Ministro, pelo alto nível desse debate e pela oportunidade que ele abre para outras oportunidades de contato aqui. A presença do Ministro, como eu salientei no início, que sempre se oferece e sempre se ofereceu, para estar presente na Comissão todas as vezes que a Comissão ou alguns dos seus membros julgar útil, julgar necessário, para uma melhor avaliação da nossa parte da direção da política externa do Brasil.

Muito agradecido ao Ministro pela gentileza.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Gostaria de que a ata registrasse as minhas felicitações ao Ministro pela clareza de sua exposição.

O SR. PRESIDENTE — (Luiz Viana) — V. Ex^a será atendido.

Está encerrada a reunião.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES

E OBRAS PÚBLICAS (CT)

2ª Reunião, realizada em

30 de junho de 1983

Às onze horas do dia trinta de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Presidente, Lomanto Júnior, Luiz Cavalcante, Affonso Camargo, Carlos Lyra, Alberto Silva e Hélio Gueiros, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Alexandre Costa e Marcelo Miranda.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Lomanto Júnior, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1982, que "Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, a 4 de abril de 1979". Posto em discussão e em seguida em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Alberto Silva, que emite parecer favorável, com duas emendas da CEC, ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1982, que "Institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira/Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Luiz Cavalcante, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1982, que "Fixa os números máximos permitidos de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Affonso Camargo, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1981, que "Dá nova redação ao artigo 110 da Lei nº 5.108, de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa do trânsito de sua responsabilidade". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Alberto Silva, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1981, que "Aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Dando continuação, o Sr. Presidente cede a palavra ao Sr. Senador Luiz Cavalcante, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1982, que "Aprova o texto do Convênio sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Carlos Lyra, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1983, que "Estabelece normas

sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário e dá outras providências". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Lomanto Júnior, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1981, que "Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Hélio Gueiros, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1983, que "Dá o nome de Bernardino de Souza à ponte sobre o rio Real, na BR-101, divisa dos Estados da Bahia e de Sergipe". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

9ª Reunião, realizada em

2 de agosto de 1983

Às dez horas do dia dois de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Presidente; Lourival Baptista, Benedito Ferreira, Altevir Leal, Murilo Badaró e Marcelo Miranda, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Marcondes Gadelha, Jutahy Magalhães, Saldanha Derzi, Mauro Borges, Alfredo Campos e Gastão Müller.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Alexandre Costa, de acordo com o parágrafo único do art. 94 do Regimento Interno, passa a Presidência dos trabalhos ao Senador Lourival Baptista.

Prosseguindo, o Senhor Presidente eventual comunica que a reunião se destina à apreciação da Mensagem nº 153, de 1983, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Joel Ferreira da Silva para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro José Parsifal Barroso.

Continuando, o Senhor Presidente eventual torna a reunião em caráter secreto, para apreciação da Mensagem Presidencial. É então lido o parecer do Relator-Presidente Alexandre Costa, com discussão da matéria entre os presentes e votação secreta. Depois de lacrado o envelope com a Ata de apuração dos votos, é encerrada a parte secreta da reunião.

Tornada pública, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores e a declara encerrada, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será por Sua Excelência assinada.

COMISSÃO DE ECONOMIA

10ª Reunião,

realizada em 16 de junho de 1983

(Extraordinária)

Às onze horas do dia dezesseis de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Jorge Kalume, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Hermes, Severo Gomes, Benedito Ferreira, Lomanto Júnior e João Castelo, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Luiz Cavalcante, Albano Franco, Affonso Camargo e José Fragelli. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Projeto de Resolução nº 13/83 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a elevar em Cr\$ 114.178.153,00 o montante de sua dívida consolidada. Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso, que apresenta parecer que conclui por audiência ao Poder Executivo. Não há discussão e o parecer é aprovado por unanimidade. São adiados, devido à ausência dos Relatores, os PLS nº 232/81 e PLS nº 233/81. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. Senadores e dá por encerrados os trabalhos, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.